

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

ESTADO DE EMERGÊNCIA ECONÔMICA

Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Humanas - Especialidade Direito do Estado.

VASCO FERNANDE FURLAN

NOVEMBRO DE 1984

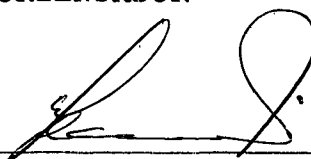
ESTADO DE EMERGÊNCIA ECONÔMICA

VASCO FERNANDE FURLAN

ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA E APROVADA EM SUA
FORMA FINAL PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO.



Profº ALCIDES ABREU
ORIENTADOR



Profº PAULO HENRIQUE BLASI
COORDENADOR

BANCA EXAMINADORA: Profº ALCIDES ABREU
Profº ARI KARDEC DE MELO
Profº CESAR LUIZ PASOLD

O AUTOR DEDICA

À MYRIAM, esposa, e aos filhos
FÁBIO, FERNANDO e LUCIANA, pe
la compreensão.

O AUTOR AGRADECE:

Ao Professor PAULO HENRIQUE BLASI, Coordenador do Curso de Mestrado em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina;

Aos **Professores** que o incentivaram e que compõem o referido Curso;

Ao Professor ALCIDES ABREU, orientador do Mestrando, pelo seu interesse demonstrado na orientação do trabalho da Dissertação e que abriu horizontes;

Aos Funcionários do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pela atenção que dispensaram ao Mestrando;

Aos Funcionários da Assembléia Legislativa, lotados no Gabinete do Mestrando, que colaboraram com o mesmo, desde que iniciou o Curso, em 1980.

Finalmente, a todos que concorreram ou colaboraram para o êxito do trabalho.

BEM COMUM

"1. Diz-se dos fatores propiciados pelo Estado com vistas ao bem-estar coletivo, formando o patrimônio social e configurando o objetivo máximo da Nação.

2. Valor organizador da coletividade, que caracteriza seu estado ou condição.

3. A ordem social justa.

4. O mesmo que interesse público."

(in "DICIONÁRIO DE DIREITO POLÍTICO" de Oswaldo Ferreira de Melo - Ed. Forense, (1978).

SUMÁRIO

RESUMO.....	VII
RÉSUMÉ.....	VIII
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - Origem da Idéia da Institucionalização do Estado de Emergência Econômica	10
1.1. A Catástrofe Catarinense de Julho-Agosto/83.....	10
1.2. A Enchente de 1984 do Rio Itajaí	15
1.3. O Vendaval de Maravilha.....	17
1.4. Os Fatos e Desencantos e a Proposta.....	19
ANEXOS:	
I - Fundo de Participação dos Estados	22
II - Telex Enviado pelo Sr. Governador do Estado de Santa Catarina, ao Sr. Presidente da República, em 84.	23
III - Documento apresentado ao Governo Federal com vistas ao Desenvolvimento da Operação Reconstrução - 84... ..	24
IV - Pronunciamento do Autor na Assembléia Legislativa , em Sessão de 09.08.84	25
CAPÍTULO II - Um Conceito para Estado de Emergência Eco- nômica.....	26
CAPÍTULO III - Explicando o Conteúdo do Instituto Estado de Emergência Econômica.....	27
3.1. O Estado de Emergência Econômica é uma Situação de Excepcionalidade.....	29
3.2. A Excepcionalidade é Decretada pelo Estado.....	31.
3.3. O Beneficiário da Emergência Econômica é a Sociedade	32
3.3.1. Medidas de Emergência.....	32
3.3.2. Estado de Sítio.....	33
3.3.3. Estado de Emergência.....	35
3.4. Nação Versus Estado: A Questão que Perdura Crucial..	37
3.5. A Excepcionalidade Decretada tem por fim Explicitar Direitos e Gerar, Implementar e Executar Medidas Eco- nômicas, Políticas, Psicossociais e Militares.....	39
3.6. As Medidas Devem ser Suficientes para Prevenir, Ate- nuar e Recuperar Danos Atuais e Potenciais.....	41

3.7. Os Danos atuais e Potenciais Devem ser Referidos a Pessoas Físicas, Famílias, Comunidades e Organizações de Toda Natureza.....	43
3.8. Os Danos Devem Ser Referidos à Causa ou Causas da Excepcionalidade Reconhecida.....	45
3.8.1. Definição de Calamidades.....	45
3.8.2. Classificação das Calamidades.....	47
3.8.2.1. Calamidades Naturais.....	48
3.8.2.2. Calamidades Humanas.....	51
3.8.3. Descrição, Definição ou Conceituação das Espécies de Calamidades.....	60
3.9. As Medidas Beneficiam Enquanto Durem os Efeitos e as Repercussões de Calamidades.....	62
ANEXOS:	
V - Pedido de Recurso Financeiro do Governo de Santa Catarina ao da República, para a Reconstrução Catarinense.	64
CAPÍTULO IV - Por que uma Disposição Constitucional e não a Lei Ordinária para Institucionalizar o Estado de Emergência Econômica?.....	65
CAPÍTULO V - Como a Constituição Explicitará o Estado de Emergência Econômica?.....	66
CONCLUSÕES.....	68
POST FACIO.....	71
BIBLIOGRAFIA.....	79
APÊNDICE:	
A - Legislação Brasileira sobre Calamidades Públicas.....	82
B - Descrição, Definição ou conceituação das Espécies de Calamidades. Ocorrências de Calamidades no Brasil.....	113

RESUMO

O propósito da dissertação é demonstrar a necessidade de se dispor no País de meios jurídicos que recubram com oportunidade e suficiência os riscos de calamidade que pendem, sempre sobre a Sociedade. Identifica-se no estado de emergência econômica o instituto jurídico hábil para este efeito. O estado de emergência econômica é concebido como a situação de excepcionalidade editada pelo Estado a benefício da Nação, tendo por finalidade explicitar direitos e gerar, implementar e executar medidas econômicas, políticas, psicossociais e militares para, por meio delas prevenir, atenuar e recuperar danos atuais e potenciais que possam vir a sofrer ou tenham sofrido pessoas físicas, famílias, comunidades e organizações de toda natureza, em decorrência de calamidades (naturais e humanas), e enquanto durarem seus efeitos e repercussões, e de cuja superação dependa a normalização, a retomada e a expansão do processo produtivo.

A dissertação entende que o estado de emergência econômica é matéria constitucional e que a regulamentação deverá ser objeto de Lei Complementar. A Lei Complementar decodificará o instituto nas normas indispensáveis e suficientes para restaurar patrimônios (aspecto material) e reinstalar a confiança (aspecto psicossocial), abrindo caminho à retomada e expansão do processo produtivo, após a calamidade.

RÉSUMÉ

Le propos de la dissertation est démontrer la compulsion d'y avoir au Brésil des moyens juridiques qui recouvrent avec opportunité et suffisance les risques de calamité qui tombent toujours sur la société. On identifie dans l'état d'urgence économique l'institution juridique compétente à cet effet. L'état d'urgence économique est conçu comme la situation "d'exceptionnalité instituée par l'État au profit de la Nation, ayant comme finalité expliciter droits et aussi produire, préparer et exécuter providences économiques, politiques, psychosociales et militaires pour qu'on puisse à travers d'elles avertir, atténuer et récupérer dommages actuels et potentiels qui puissent souffrir ou qui ont déjà souffert personnes physiques, familles, communautés et organizations de toute nature, à cause des calamités (naturelles et humaines) et prolonger ses effets et répercussions, et dont la surmontation dépend la normalisation, la reprise et l'expansion du procès productif".

La dissertation exprime que "l'état d'urgence économique" est sujet constitutionnel et que la réglementation devra être objet de Loi Complementary. La Loi Complementary décodifiera l'institution dans les normes indispensables et suffisantes pour rétablir patrimoines (aspect material) et réinstaller la confiance (aspect psychosocial) en ouvrant des chemins à la reprise et expansion du procès productif, après la calamité.

INTRODUÇÃO

A Sociedade Catarinense sofreu três impactos de forças naturais entre julho de 1983 e outubro de 1984. Primeiro foi uma catástrofe. Entre julho e agosto de 1983, ao longo de trinta dias e outras tantas noites, as dezesseis Microrregiões, as cidades, a economia urbana e rural, e as pessoas todas, ficaram sob o domínio das águas. Os prejuízos mensuráveis e avaliados importaram na perda equivalente a um bilhão e meio de dólares, em bens pessoais, familiares, de empresas rurais e urbanas, de comunidades, e da infraestrutura (estradas e respectivas obras de arte, energia e telecomunicações), do Sistema Público e Privado, de Ensino e Saúde. Depois, em agosto de 1984, a enchente da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, novamente, veio ampliar danos e aumentar sobressaltos. Em outubro de 1984, um vendaval praticamente destrói a Cidade de Maravilha, sede do Município do mesmo nome, no Oeste.

Estas três calamidades, as duas primeiras em especial, pela intensidade e extensão, ainda põem em risco a continuidade do modelo catarinense de convivência.

A condição de Deputado Estadual deu ao Autor a oportunidade de acompanhar as formas e caminhos adotados pelo Governo Estadual para superar os efeitos das catástrofes. Em relação à primeira, mais dramática, formou-se uma ampla coletânea de sugestões.

Por iniciativa de grupos formais e informais que se organizaram durante o curso da calamidade, surgiram documentos expressivos, voltados para o futuro de Santa Catarina. Um destes documentos é aqui recolhido e parcialmente reproduzido.

Sob o título significativo de "Proposta Preliminar do Governo de Santa Catarina para Reconstrução e Retomada do Desenvolvimento", um texto-síntese escrito em meados de julho de 1983, assim se expressava:*

"Os diversos Grupos Formais e Informais que se constituíram por inspiração do Governo para acompanhar a calamidade e as suas consequências sociais, econômicas e políticas, reforçaram nos Relatórios e depoimentos, as convicções que estão no seio do Governo Estadual no sentido de que:

1. Há necessidade de declaração de excepcionalidade econômica e social para Santa Catarina;
2. Há necessidade de urgência na definição, a nível estadual e federal, das estratégias de reconstrução e de retomada do desenvolvimento de Santa Catarina.
3. Há necessidade de que a opinião pública nacional e a Sociedade Brasileira e a Catarinense continuem sendo informadas:
 - a) sobre a extensão, a intensidade e a duração da calamidade (80% da Economia, 100% do território, 250 mil desabrigados, 70% da população diretamente afetada);

*N.A. Estas informações foram tiradas de um trabalho realizado pelo Grupo constituído na Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de Santa Catarina e que funcionou durante a Catástrofe de julho-agosto de 1983.

- b) a respeito da perda de vidas humanas e do impacto psicológico da calamidade sobre a infância e juventude, urbana e rural, (no momento havia mais de 35 mil crianças de 0 a 6 anos em abrigos de emergência);
- c) a respeito dos efeitos econômicos, sociais e psicológicos das enchentes sobre as pessoas humanas e os patrimônios;
- d) a respeito das perdas econômicas e psicológicas, atuais e reflexos, do empresariado urbano e rural, e das perdas da Economia como um todo;
- e) a respeito das perdas do patrimônio público (sistemas de transporte, energia, telecomunicações, infraestrutura urbana, serviços públicos urbanos, exemplificadamente);
- f) a respeito da solidariedade que se articulou a nível Nacional, de Norte a Sul, e no Estado de Santa Catarina por toda a população;
- g) a respeito da confiança de Santa Catarina em se reconstruir, em curto prazo, e de retomar o desenvolvimento em prazo também curto;
- h) a respeito do fato de que Santa Catarina, expandiu o Produto Interno Bruto à taxa geométrica de 10,6% ao ano ao longo dos anos setenta, e que cresceu as taxas de:

12% em 1980,

3,1% em 1981 e

6,25% em 1982, quando a Economia Nacional

04

como um todo, pedia velocidade e até apresentava crescimento negativo de 3,5% em 1981.

4. Há necessidade de que se mantenha o EMPREGO urbano e de que ninguém perca seu vínculo empregatício.
5. Há necessidade de que se reestruture imediatamente a Economia Rural para manter sobretudo a população jovem no campo.
6. Há necessidade de infundir a CERTEZA na Reconstrução (aspectos psicológicos)".

A não agilização das medidas preconizadas em decorrência do impacto de julho/agosto/83 com ações e recursos, fez com que a partir de agosto de 1984, a descrença da população catarinense adquirisse contornos de decepção e quase revolta, com consequências tanto para o modelo como para a identidade catarinense.

Em decorrência desta introdução, o documento prossegue para sugerir o que pudesse ser uma Proposta de Governo de Santa Catarina, para conduzir à Reconstrução. Vale a pena ler a proposta.

"Em resposta ao próprio convencimento e aos impulsos das mensagens recebidas dos Grupos de Estudo, o Governo de Santa Catarina decidiu:

- I. Pôr toda a Energia Política de que dispõe ou possa mobilizar a serviço da obtenção da Declaração da excepcionalidade econômica e social por parte do Governo Federal.

II - Gerar, com o concurso do Poder Legislativo, uma Entidade (Corporação, Companhia) para a Reconstrução e a Retomada do Desenvolvimento de Santa Catarina.

AS EXPECTATIVAS DO GOVERNO E DA SOCIEDADE DE SANTA CATARINA EM RELAÇÃO ÀS DECISÕES DA DECLARAÇÃO DE EXCEPCIONALIDADE E DA RECONSTRUÇÃO.

Declaração de emergência econômica e social.

O Governo de Santa Catarina espera:

1. Extrair da Declaração, da emergência econômica e social, as consequências legítimas de viabilização, em curto prazo, da Reconstrução Psicológica e Econômica da Sociedade Catarinense.
2. Transformar as consequências legítimas esperadas na tradução e um comportamento excepcional do Governo Federal e do Sistema Financeiro Nacional, especialmente daquele que é diretamente controlado pela União - Banco Central, Banco do Brasil, BNDES, CEF, BNH, BNCC.
3. Corporificar o comportamento excepcional esperado na adoção de:
 - a) medidas assecuratórias, de todos os recursos in dispensáveis à reconstrução;

- b) medidas de transferência destes recursos à ordem da Entidade que assumirá, no Governo, as tarefas da Reconstrução;
- c) critérios diferenciados para as contratações dos financiamentos, juros, carências e correção monetária (que, se cobrados, tenham um esquema extraordinário de amortização);
- d) liberação pela União Federal, através dos instrumentos e mecanismos próprios, dos recursos indispensáveis a cobrir de forma ordenada e sistemática, todos os custos diretos e reflexos da calamidade. Estes recursos abrangerão as demandas de meios financeiros para a Economia Privada (Indústria, Agroindústria, Agricultura e Pecuária, Comércio e Serviços) e para o Setor Público, em especial Sistema Viário Estadual e Municipal, Energia e Telecomunicações);
- e) medidas que habilitem o Estado a emitir e colocar Obrigações do Tesouro Estadual para a Reconstrução de Santa Catarina, nos limites indispensáveis, financiar completamente o Programa de Reconstrução de Economia Privada e do Setor Público Estadual comprometido pela Calamidade;
- f) programas especiais federais para Santa Catarina, no âmbito mais específico dos Ministérios do Interior, da Agricultura, da Indústria e do Comércio, da Minas e Energia, da Saúde e da Educação;

g) medidas e facilidades que habilitem o Estado a recorrer: 1) a recursos externos junto a Bancos Intergovernamentais (BIRD, BID) e Bancos Governamentais de Fomento ao Exterior (República Federal da Alemanha, Dinamarca, Áustria e outros); 2) a rerecursos das Instituições de Solidariedade e Benevolência no Exterior; 3) a recursos dos Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e 4) a recursos de quaisquer fontes hábeis e úteis, no exterior".

Nesse sentido, foram feitas várias tratativas junto ao Palácio do Planalto (Presidência da República - Casa Civil-CSN (Conselho de Segurança Nacional) e junto aos Ministérios do Interior, Justiça e Planejamento, tentando obter um documento (decreto) que reconhecesse, a nível federal, o estado de emergência para Santa Catarina. - As tentativas resultaram infrutílferas, por falta de estribo legal na Constituição ou na Legislação ordinária.

Nota: O Autor desta dissertação, que, juntamente com parlamentares catarinenses das esferas federal e estadual, bem como com elementos do Colegiado do Governo Catarinense, especialmente a recém-criada Secretaria Extraordinária da Reconstrução, tentou obter tal "declaração", porém esbarrou em informações de ordem jurídico-constitucional. O fato levou-o a pedir vênias à Presidência da República e a Casa Civil e sugeriu, através de requerimento apresentado e aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, acompanhado de modelo, a decretação do "estado de emergência", como forma de obrigar o Poder Central a se debruçar sobre a figura sócio-político-constitucional.

REAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

O Governo Federal reagiu às proposições do Governo de Santa Catarina por um elenco de medidas de aplicação imediata , no âmbito de vários Ministérios.

A extensão e intensidade da catástrofe, o ineditismo e os efeitos; e a maneira incisiva com que as Autoridades Estaduais (Poder Executivo e Poder Legislativo) fizeram o discurso da calamidade e a difundiram pelo País, induziram o Governo Federal a inovar a processualidade do tratamento dela. Com efeito , a coordenação das ações federais, normalmente de competência do Ministério do Interior, foi deslocada para o Conselho de Segurança Nacional.

Nem assim houve maior autonomia e agilização nos repasses de recursos para Santa Catarina, até agosto de 1984.

Assim, após a nova catástrofe de 1984, o Governo de Santa Catarina solicitou ao Senhor Presidente da República, q u e a SEPLAN passasse a coordenar as ações e remessas a nível de Brasília, na tentativa de não ver repetir-se, com relação à catátrofe de 1984, os mesmos entraves e a mesma morosidade na liberação de recursos prometidos em 1983.

O processo de Reconstrução, a despeito desta medida, não

ganhou velocidade. Revelava-se então, insuficiente a excepcionalidade processual. É preciso ir mais fundo.

Esta dissertação pretende caracterizar a excepcionalidade econômica e social reclamada, para a catástrofe catarinense, numa proposta de criação do instituto jurídico "Estado de Emergência Econômica".

CAPÍTULO I

1. ORIGEM DA IDÉIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESTADO DE EMERGÊNCIA ECONÔMICA

Três fatos com as mesmas conotações marcam, no espírito do Autor, o surgimento da idéia de ver estatuído o estado de emergência econômica como instituto jurídico de nível constitucional. O primeiro fato é o candente - a catástrofe de julho-agosto/1983 ; os dois outros são confirmatórios: a enchente de 1984 do Vale do Rio Itajaí e o vendaval que varreu o Município e particularmente a cidade de Maravilha. Os três fatos se dão no Estado de Santa Catarina.

1.1. A CATÁSTROFE CATARINENSE DE JULHO-AGOSTO/83

Às chuvas e os vendavais que agrediram a terra e a gente catarinense, em regiões localizadas, nos meses de novembro de 1982 e fevereiro e maio de 1983, somou-se a catástrofe de julho. Fatores adversos geradores do quadro crítico jamais registrado na história catarinense pelo ineditismo e gravidade despertaram, em socorro do Estado, a solidariedade nacional e até internacional, bem como a ação dos Poderes públicos Federal, Estadual e dos Municípios brasileiros.

Essa catástrofe envolveu 150 municípios catarinenses.

Os Decretos governamentais nºs 19.675 e 19.678 de 08 e 09 de julho de 1983, respectivamente, declararam estado de calamidade pública nos municípios atingidos pelos fortes vendavais e pelas intensas chuvas, que afetaram tanto os setores agrícola, comercial e industrial, como as atividades desenvolvidas pelos Poderes Pú

olicos Federal, Estadual e Municipal nos seguintes municípios:
 Abelardo Luz, Agrolândia, Agronômica, Água Doce, Águas de Chape
 cõ, Alfredo Wagner, Anchieta, Angelina, Anita Garibaldi, Araran
 guã, Arroio Trinta, Ascurra, Atalanta, Aurora, Benedito Novo, Blu
 menau, Botuverã, Brusque, Caçador, Caibí, Camboriú, Campo Alegre,
 Campo Belo do Sul, Campo Erê, Campos Novos, Canoinhas, Capinzal,
 Catanduvas, Caxambú do Sul, Chapecô, Concórdia, Coronel Freitas,
 Correia Pinto, Cunha Porã, Curitibanos, Descanso, Dionísio Cer
 queira, Dona Emma, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Fraiburgo,
 Galvão, Garuva, Gaspar, Guabiruba, Guaraciaba, Guarujã do Sul,
 Herval D'Oeste, Ibicarê, Ibirama, Ilhota, Imbuia, Indaial, Ipira,
 Ipumirim, Irani, Irineópolis, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiran
 ga, Ituporanga, Jaborã, Jacinto Machado, Joaçaba, Lacerdópolis ,
 Lages, Laurentino, Lebon Régis, Leoberto Leal, Lontras, Luiz Al
 ves, Mafra, Major Gercino, Major Vieira, Maravilha, Matos Costa,
 Modelo, Mondaí, Monte Castelo, Navegantes, Nova Erechim, Nova
 Trento, Nova Veneza, Otacílio Costa, Ouro, Palma Sola, Palmitos,
 Papanduva, Peritiba, Petrolândia, Pinhalzinho, Pinheiro Preto, Pi
 ratuba, Pomerode, Ponte Alta, Ponte Serrada, Porto União, Pouso
 Redondo, Praia Grande, Presidente Castelo Branco, Presidente Ge
 túlio, Presidente Nereu, Quilombo, Rancho Queimado, Rio das An
 tas, Rio dos Cedros, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio
 Negrinho, Rodeio, Romelândia, Salete, Saldo Veloso, Santa Cecí
 lia, Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul, São Bonifácio,
 São Carlos, São Domingos, São João Batista, São João do Sul, São
 José dos Cedros, São José do Cerrito, São Lourenço do Oeste, São
 Miguel do Oeste, Saudades, Schroeder, Seara, Siderópolis, Sombric
 Taió, Tangará, Tijucas, Timbê do Sul, Timbó, três Barras, Treze Tílias

Trombudo Central, Turvo, Urubici, Urussanga, Vargeão, Vidal Ramos, Videira, Witmarsum, Xanxerê, Xavantina e Xaxim.

Persistindo os fenômenos adversos atingindo em cadeia os outros municípios, o Governador, através do Decreto nº 19.679, de 09 de julho de 1983, decretou "estado de calamidade pública" em todo o território catarinense.

Reconhecida pela Autoridade Federal - Ministério do Interior a situação de calamidade do Estado de Santa Catarina, através da Portaria nº 0103, de 15 de julho de 1983, publicada no Boletim de Serviço do MINTER nº 868, da mesma data dos atos emanados pelo Governador do Estado atingido.

As chuvas mais intensas começaram a cair no dia 07 de julho, atingindo inicialmente, o Vale do Rio do Peixe e subsequentemente, a região de Chapecó, Médio Vale do Itajaí, Norte do Estado e Alto Vale do Itajaí, criando-se a mais dramática situação com a fortíssima e continuada precipitação.

O cenário da catástrofe era todo o território do Estado, seja por submersão nas águas, seja por repercussão do fenômeno.

Os textos que se publicaram durante os meses de julho, agosto e setembro, e mesmo depois, tentaram encontrar os motivos, as causas da calamidade. Não há, conhecida, uma versão definitiva. Para o efeito deste estudo, o importante é o acontecimento e a dimensão dele, esta relativamente medida em seus aspectos quantitativos. Um documento do Governador Esperidião Amin, difundido em 27 de julho de 1983, data em que veio a Santa Catarina o Senhor Presidente da República em exercício, Aureliano Chaves de Mendonça, com todo o Ministério, serve para dar o peso específico de Santa Catarina, o tamanho da catástrofe e a postulação Catarinense à República.

Dizia o Governador:

"... e aĩ me vai pensar de sugerir-me saber quanto podera uma Coletividade que produz US\$ 10,8 bilhões por ano e exporta 10% disso, quanto poderã uma Comunidade desse porte merecer para prosseguir vivendo, alegre, prosperando e distribuindo sempre me lhor o fruto do seu trabalho.

Quanto, quanto convêm INVESTIR em quem produz e exporta tanto, e estã em risco de parar, de retroceder, de desesperar.

Em termos econômicos e bancários a resposta é simples.

Em termos políticos a resposta é ainda mais fácil.

20% do Produto Interno Bruto serão uma cifra alta demais?

O equivalente a dois anos de exportação será exagerado?

Lembramos aqui, alguns dados de fundamental importância , resultantes da calamidade:

77 vidas humanas se perderam.

70% da População foram diretamente afetadas.

250 mil pessoas ao desabrigo.

35 mil crianças de 0 a 6 anos, em alojamentos de emergência.

75% da Economia, urbana e rural, ficaram submersos durante doze dias.

Torna-se importante neste momento lembrar que Santa Catarina expandiu o PIB à taxa geométrica de 10,6% a.a., ao longo dos setenta e que cresceu as taxas de:

12% em 1980

3,1% em 1981 e

6,25% em 1982,

quando a economia nacional como um todo, perdia a velocidade e

apresentava crescimento negativo de 3,5% em 1981."

É válido aqui, entre parêntesis, ressaltar que, com a atual sistemática tributária brasileira, em que a União fica com "a parte do Leão" dos impostos para depois repassá-los parcialmente, o Estado de Santa Catarina, nas décadas de 1960/70, por ser uma unidade da Federação "bem arrumadinha", pouco retorno recebeu a título de ajuda ou a fundo perdido, do Governo Central.

É de acrescentar-se à circunstância, o fato de que, para fins de distribuição dos "fundos" (percentual decorrente dos impostos federais - I.R./I.P.I./I.U.M.), os critérios são inversamente proporcionais à renda "per capita".

Nessas condições, Santa Catarina, em decorrência de sua boa performance, de 1967 a 1983, viu-se duplamente prejudicada em relação ao Governo Federal - no retorno de impostos e dos fundos.

Veja-se a este propósito, o Anexo nº 1.

1.2. A ENCHENTE DE 1984 DO RIO ITAJAÍ

Ainda estavam em curso as tratativas do Governo Catarinense junto ao Governo Federal, para cobrar as promessas relativas à calamidade de 1983, e uma outra se abate sobre Santa Catarina em agosto de 1984. Neste mês, e por dez dias, as águas destruidoras encobriam a população e a economia do Vale do Itajaí, do Planalto de Lages, do Vale do Rio do Peixe e do Uruguai.

Através dos Decretos Governamentais nºs 22.971 e 23.006 de 06.08.84 e 09.08.84, respectivamente, foi decretado "estado de calamidade pública" nos oitenta e dois municípios, fazendo retornar assim o dramático quadro vivido um ano antes.

Pelo Decreto nº 23.007 de 09.08.84, foi decretado "situação de emergência" nos outros cento e dezessete municípios, devido aos problemas que afetaram os setores agrícolas, comercial e industrial, bem como atividades desenvolvidas pelos poderes públicos, nos seguintes municípios: Agrolândia, Ascurra, Atalanta, Aurora, Benedito Novo, Blumenau, Botuverã, Brusque, Dona Emma, Gaspar, Guabiruba, Ibirama, Ilhota, Imbuia, Indaial, Ituporanga, Itajaí, Laurentino, Leoberto Leal, Lontras, Luiz Alves, Navegantes, Petrolândia, Pomerode, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rodeio, Salete, Schroeder, Taió, Timbó, Trombudo Central, Vidal Ramos, Witmarsum, São João Batista, Campos Novos, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Ponte Alta, Urubici, São José do Cerrito, Caçador, Rio

das Antas, Arroio Trinta, Videira, Ibicarê, Pinheiro Preto, Joaçaba, Tangará, Herval D'Oeste, Erval Velho, Porto Belo, Rio Negri -
nho, Mafra, Salto Veloso, Capinzal, Ouro, Lacerdópolis, Águas de
Chapecô, Caxambú do Sul, Chapecô, Coronel Freitas, Palmitos, Canelinha, Itá, Tijucas, Porto União, Canoinhas, Três Barras e Irineôpolis.

Novamente solicitou-se auxílio ao Governo Federal. A si-
tuação calamitosa foi reconhecida formalmente pela Autoridade Fe-
deral (Ministério do Interior, Portarias 082, de 08.08.84 e 090 ,
de 27.08.84).

1.3. O VENDAVAL DE MARAVILHA

Maravilha é município do Oeste Catarinense, com a população de 32.000 habitantes (doze mil, urbanos).

Na noite de 09 de outubro de 1984, a Cidade de Maravilha foi assolada por um vendaval de que resultaram:

"06 pessoas mortas,
205 pessoas feridas,
1.270 pessoas desalojadas".¹

O prejuízo material até 15 de outubro já somava oito bilhões de cruzeiros, Oito empresas industriais atingidas pelo vendaval sofreram prejuízos de CR\$ 3,3 bilhões; as perdas do comércio estavam beirando setecentos milhões de cruzeiros.²

O sistema de ensilagem de cereais, que servia ao município atingido e aos seus vizinhos, foi destruído.

Houve colapso quase total no sistema de atendimento médico-hospitalar.

Os danos no sistema de energização foram de grande monta.

O impacto refletiu-se também na rede escolar com paralização das aulas, em decorrência dos danos na parte física dos educandários.

¹Informação fornecida pela Comissão de Defesa Civil.

²Informação fornecida pelo Gabinete do Planejamento e Coordenação Geral do Governo do Estado de Santa Catarina.

A telefonia também foi grandemente atingida.

O pânico que tomou conta da população citadina e dos habitantes da colônia, chegou próximo ao desespero, pois aquela região já havia também sofrido com as chuvas e enchentes de 1983 e 1984.

Um sociólogo que tivesse ido a Maravilha naqueles dias, haveria de constatar nos seus habitantes, que a falta de cobertura da União para com o Estado e, deste para com os Municípios, em decorrência das catástrofes de 1983/84, estavam causando um estado emocional altamente negativo, com reflexos psicossociais que inibem a retomada do processo produtivo, bem como a confiança nos Poderes constituídos...

1.4. OS FATOS, OS DESENCANTOS E A PROPOSTA

O primeiro fato é velho de um ano e três meses*. O Estado de Santa Catarina exibiu à República quadros, números, dramas e danos que valiam em moeda o equivalente a um bilhão e meio de dólares. O Estado de Santa Catarina compôs uma estrutura especial para cuidar da reconstrução (Conselho e Secretaria Extraordinária da Reconstrução). O Estado de Santa Catarina pôs todos os seus recursos na tarefa de refazer o espírito e o patrimônio das pessoas. A República (Governo Federal/Presidente da República/Conselho de Segurança Nacional/SEPLAN/MINTER/MT/MEC) que se comprometera a repassar CR\$ 32,4 bilhões dos CR\$ 103,0 solicitados, em 1983, não havia honrado o compromisso para com o Estado-Membro, quando este foi novamente atingido por outra catástrofe de proporções quase idênticas...

Nessas condições e, como até o início do penúltimo mês de 1984, o Governo Federal ainda não havia repassado as verbas relativas a 1983 e nem as referentes a 1984, o Governador do Estado enviou ao Presidente da República, o telex que é transcrito no Anexo II, relembrando ao Chefe da Nação, as catástrofes, os prejuízos e os compromissos assumidos para com Santa Catarina, e que foram objeto de documento apresentado à União em agosto de 1984 (Anexo III).

Igualmente, a nível de Estado, os Poderes Executivos e Legislativo, reencetaram a mobilização de toda a sociedade catari-

*N.A. Este texto está sendo escrito em novembro de 1984.

nense, para cobrar o prometido, já que não pode cobrar o "direito" de receber.

A Constituição Federal cuida de calamidades públicas em dois momentos. No artigo 8º, item XIII, para dizer que compete à União organizar a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações. No artigo 61, § 2º, para estatuir que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida com o objetivo de atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de... calamidades. No artigo 81, item XVI, atribui ao Presidente da República a iniciativa da decretação do estado de emergência - texto desse item, inserido através de emenda à Constituição (Emenda Constitucional nº 11 de 1978) enseja, "prima facie" a interpretação de elasticidade do texto, podendo o Chefe do Poder Executivo Federal decretar, tanto o estado de emergência para situações de comoção interna localizada, para atos de terrorismo ou para situações psicossociais ou econômicas.

Todavia e infelizmente, no capítulo V da nossa Carta Maior os artigos 155, 156 e 158 nos dão a dimensão restritiva, estabelecendo a decretação, pelo Presidente da República, de estado de emergência, refere-se apenas a situações coibitivas de ações terroristas ou atos que ponham em risco a segurança e as instituições

Tal condição retrata a situação que ainda hoje perdura no País, da existência de um "estado de segurança" e não propriamente de um "estado de direito".

Parece, em face da experiência vivida pelo Estado de Santa

Catarina, que o estado de calamidade com efeito sensível na economia, deva ser objeto de preocupação constitucional. As emergências econômicas, quando contempladas pela República, o são com pouco interesse, sem pressa, e até mesmo com descaso. Há sempre um aspecto de "favor na concessão" e na prática de medidas. Ora, quem produz e, de repente se vê excluído do processo produtivo, por força a que não deu causa, deve merecer o apoio do Estado. O apoio ao Cidadão na circunstância adversa, na calamidade, é um dever do Estado e um direito da pessoa humana e suas projeções (família, comunidade, organização).

O estado de emergência econômica transferirá da faixa do arbítrio (favor) para a faixa da necessidade (dever/direito), o tratamento que se der às calamidades. Não será mais o favor, mas o direito que marcará as relações entre quem sofreu os efeitos de calamidade e o Estado. E isto é seguramente melhor para a Sociedade e para as pessoas que a constituem.

No Apêndice "A" se faz presente a Legislação Brasileira que recobre os fatos das calamidades públicas.

O Anexo IV coloca a disposição do leitor, o pronunciamento do Autor, reclamando a declaração do estado de emergência econômica na Região do Vale do Itajaí, atingida pela catástrofe de agosto de 1984.

ANEXO I

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS*

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA FAZENDA

Assessoria Especial.

Florianópolis, 27 de agosto 1984.

De: José Gervásio Justino
Para: Dr. Nelson Amâncio Madalena - SECRETÁRIO DA FAZENDA
Assunto: Participação de Santa Catarina no FPE

Senhor Secretário,

Em cumprimento a orientação de Vossa Excelência, visitamos o Tribunal de Contas da União para verificar se nos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados estão sendo considerados os efeitos adversos das enchentes de 1983, dos quais seguramente resultou a diminuição da renda "per capita" do Estado.

A situação é pior do que Vossa Excelência previa.

Segundo informações do TCU, a renda "per capita" de 1970 serviu de base para a distribuição do FPE até 1983; a renda "per capita" de 1975 está servindo de base para a distribuição do FPE de 1984. Para 1985 é possível que seja a renda "per capita" de 1980.

Visto que Santa Catarina teve sua renda aumentada no período de 1970/75, relativamente mais do que outros Estados, sua participação no FPE diminuiu, passando do coeficiente 1.8998 para o coeficiente 1.5880, o que representa uma perda real de 19,63% em relação ao que está sendo recebido atualmente.. Isto está a impor um prejuízo de Cr\$ 3,5 bilhões, apenas com referência ao período de janeiro a julho do corrente ano.

Nota: O FPE é distribuído com base na área territorial, população e inverso da renda "per capita".

Se for considerada a renda de 1980, para a distribuição do FPE em 1985, a perda deverá ser maior, tendo em vista o grande desenvolvimento do Estado até esse ano.

Como se nota, a alteração no coeficiente de participação no FPE depende do resultado obtido no ano que a Fundação Getúlio Vargas apresenta ao TCU como base.

A se manter uma defasagem de 5 (cinco) anos entre as informações prestadas pela FGV, ter-se-á sempre um coeficiente não representativo de perdas ocorridas em anos intermediários e já recuperadas no ano-base da informação.

Considerando, que a FGV não tem condições de aferir as rendas dos Estados, em cada ano, para possibilitar o estabelecimento dos respectivos coeficientes de participação no ano seguinte, conclui-se que o atual critério de distribuição do PFE especificado no capítulo III, Seção II (arts. 88 e 89), do Código Tributário Nacional, deve ser alterado, a fim de que as oscilações anuais possam ser verdadeiramente representadas

Assessoria Especial, em 27 de agosto de 1984.

José Gervásio Justino

* Transcrito do original enviado ao Sr. Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina, pelo Sr. José Gervásio Justino, Agosto, 1984.

COEFICIENTES DE PARTICIPAÇÃO - 1982 - FPE (%)

UNIDADES FEDERATIVAS	FPE TOTAL	FPE RESERVA	FPE (exclusive reserva)	FPM TOTAL	FPM INTERIOR	FPM MUNICAPS	PE
NORTE	16,3638	26,4490	13,8425	4,9771	3,7004	16,9319	23,9
AC	2,4009	3,9310	2,0185	0,4369	0,2012	2,5438	5,3
AM	3,0677	4,8465	2,6230	1,1647	1,0454	2,7822	6,0
PA	4,9811	8,0550	4,2125	2,6695	2,3445	5,5643	7,6
AP	1,8333	2,9865	1,5450	0,2470	0,0612	1,9079	1,3
RO	1,9036	3,0885	1,6070	0,2273	0,0394	1,9079	2,4
RR	2,1772	3,5415	1,8365	0,2317	0,0087	2,2258	1,3
NORDESTE	52,4360	73,5510	47,1575	36,8612	35,2725	50,1585	67,2
MA	6,4949	10,6550	5,4550	3,9348	3,9279	3,9745	14,3
PI	3,7497	6,1460	3,1505	2,5845	2,4276	3,9745	8,7
CE	7,1380	7,0700	7,1550	5,3020	4,7809	9,9364	6,6
RN	3,6172	5,9515	3,0335	2,6160	2,4626	3,9745	6,7
PB	4,7043	7,7315	3,9475	3,5254	3,4730	3,9745	6,6
PE	7,1698	11,7910	6,0145	5,4553	5,2620	6,4387	5,6
AL	3,6001	5,9265	3,0185	2,3286	2,1433	3,9745	4,9
SE	3,5956	5,9210	3,0150	1,5334	1,2597	3,9745	5,7
BA	12,3662	12,3585	12,3680	9,5812	9,5355	9,9364	8,1
CENTRO OESTE	8,1401	-	10,1750	7,1696	6,7317	11,5262	2,1
MT	2,3472	-	2,9340	1,0480	0,8092	3,1796	1,0
MS	1,5265	-	1,9080	1,4560	1,3691	2,2258	-
GO	3,6708	-	4,5885	4,4977	4,5534	3,9745	1,1
DF	0,5956	-	0,7445	0,1679	-	2,1463	-
SUDESTE	13,8642	-	17,3300	31,4492	33,5492	12,4802	6,1
MG	7,0169	-	8,7710	14,1214	15,0687	5,5643	-
ES	1,5645	-	1,9555	1,8147	1,7321	2,5438	6,1
RJ	2,7642	-	3,4550	2,8419	2,8913	2,3848	-
SP	2,5186	-	3,1485	12,6712	13,8571	1,9873	-
SUL	9,1959	-	11,4950	19,5429	20,7462	8,9032	0,7
PR	4,4716	-	5,5895	8,4776	8,9843	4,4515	-
SC	1,8998	-	2,3745	4,1600	4,4091	1,9079	0,7
RS	2,8245	-	3,5310	6,9053	7,3528	2,5438	-
BRASIL	100,0000	10,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,0

Fontes: Tribunal de Contas da União (resolução nº 208/81 e 209/81)
e Banco do Brasil S.A.

COEFICIENTES DE PARTICIPAÇÃO - 1983 - FPE (%)

UNIDADES FEDERATIVAS	FPE TOTAL	FPE RESERVA	FPE (exclusive reserva)	FPM TOTAL	FPM INTERIOR	FPM MUNICAPS	FE
NORTE	16,3638	26,4490	13,8425	5,5275	4,2603	16,9319	23,3
AC	2,4009	3,9310	2,0185	0,4708	0,2406	2,5438	5,5
AM	3,0677	4,8465	2,6230	1,1844	1,0246	2,7822	6,
PA	4,9811	8,0550	4,2125	2,9312	2,6209	5,5643	5,5
AP	1,8333	2,9865	1,5450	0,2509	1,0668	1,9079	1,3
RO	1,9036	3,0885	1,6070	0,4515	0,2896	1,9079	2,5
RR	2,1772	3,5415	1,8365	0,2387	0,0178	2,2258	1,4
NORDESTE	52,4360	73,5510	47,1575	35,8483	34,2583	50,1585	66,
MA	6,4949	10,6550	5,4550	3,9303	3,9254	3,9745	10,1
PI	3,7497	6,1460	3,1505	2,5144	2,3522	3,9745	9,1
CE	7,1380	7,0700	7,1550	4,7465	4,1698	9,9364	7,1
RN	3,6172	5,9515	3,0335	2,6788	2,5349	3,9745	7,3
PB	4,7043	7,7315	3,9475	3,5133	3,4621	3,9745	7,3
PE	7,1698	11,7910	6,0145	5,3968	5,2810	6,4387	5,7
AL	3,6001	5,9265	3,0185	2,2699	2,0805	3,9745	5,6
SE	3,5958	5,9210	3,0150	1,6043	1,3409	3,9745	6,1
BA	12,3662	12,3585	12,3680	9,1940	9,1115	9,9364	8,3
CENTRO OESTE	8,1401	-	10,1750	7,5048	7,0581	11,5262	3,3
MT	2,3472	-	2,9340	1,3965	1,1984	3,1796	2,2
MS	1,5265	-	1,9080	1,3933	1,3009	2,2258	-
GO	3,6708	-	4,5885	4,5004	4,5588	3,9745	1,1
DF	0,5956	-	0,7445	0,2146	-	2,1463	-
SUDESTE	13,8642	-	17,3300	33,3452	35,6635	12,4802	0,1
MG	7,0169	-	8,7710	14,4398	15,4260	5,5643	-
ES	1,5645	-	1,9555	1,9131	1,8429	2,5438	6,1
RJ	2,7642	-	3,4550	3,1392	3,2231	2,3848	-
SP	2,5186	-	3,1485	13,8531	15,1715	1,9873	-
SUL	9,1959	-	11,4950	17,7742	18,7598	8,9032	0,7
PR	4,4716	-	5,5895	7,3677	7,6917	4,4515	-
SC	1,8998	-	2,3745	4,1111	4,3559	1,9079	0,7
RS	2,8245	-	3,5310	6,2954	6,7122	2,5438	-
BRASIL	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,00

Fonte: Tribunal de Contas da União (Resoluções nº 208/81 e 209/81)
e Banco do Brasil S.A.

COEFICIENTES DOS FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO - 1984 - (%)

UNIDADES FEDERATIVAS	FPE TOTAL	Reserva do FPE	FPE (exclusive reserva)	FPM TOTAL	FPM das Capitais	FE (exclusive reserva)
NORTE	21,5185	33,4885	18,5260	6,3873	22,6800	23,2
AC	3,6208	5,6600	3,1110	0,6002	3,8505	6,0
AM	3,0145	4,6185	2,6135	1,3204	2,6956	6,6
PA	5,9063	9,1855	5,0865	3,1111	6,7385	5,5
AP	3,6117	5,6465	3,1030	0,4464	3,8505	1,3
RO	2,9654	4,6370	2,5475	0,6467	3,0804	2,5
RR	2,3998	3,7410	2,0645	0,2625	2,4645	1,3
NORDESTE	49,1815	66,5115	44,8490	35,2057	46,6684	66,7
MA	6,3620	9,9520	5,4645	3,9376	3,8505	10,2
PI	3,6869	5,7565	3,1695	2,4720	3,8505	9,2
CE	7,0544	6,6140	7,1645	4,6690	9,6264	7,1
RN	3,5544	5,5620	3,0525	2,6543	3,8505	7,3
PB	4,5998	7,2090	3,9475	3,4774	3,8505	7,2
PE	7,0102	10,9930	6,0145	5,3157	6,2379	5,7
AL	3,5374	5,5370	3,0375	2,2543	3,8505	5,6
SE	3,5335	5,5315	3,0340	1,5769	3,8505	6,1
BA	9,8429	9,3565	9,9645	8,8485	7,7011	8,3
CENTRO OESTE	7,7752	-	9,7190	7,6414	11,4750	3,3
MT	2,3396	-	2,9245	1,3732	3,0804	2,2
MS	1,5188	-	1,8985	1,4360	2,1565	-
GO	3,3364	-	4,1705	4,6243	4,1586	1,1
DF	0,5804	-	0,7255	0,2079	2,0795	-
SUDESTE	13,8868	-	17,3585	33,1645	12,0912	6,1
MG	7,0244	-	8,7805	14,2622	5,3908	-
ES	1,5644	-	1,9555	1,9517	2,4645	6,1
RJ	2,7640	-	3,4550	3,1755	2,3105	-
SP	2,5340	-	3,1675	13,7751	1,9254	-
SUL	7,6380	-	9,5475	17,6011	7,0854	0,7
PR	3,2252	-	4,0315	7,2010	3,0804	-
SC	1,5880	-	1,9850	4,0479	1,5405	0,7
RS	2,8248	-	3,5310	6,3522	2,4645	-
BRASIL	100,0000	100,00	100,0000	100,0000	100,0000	100,00

Fontes: Resolução TCU nº 215/83.

BRASIL - ESTIMATIVA DE RENDA INTERNA PER CAPITA POR
UNIDADES DA FEDERAÇÃO.

	1970		1975	
	RENDA PER CAPITA Em Cr\$	CLASSIFICAÇÃO ORDINAL	RENDA PER CAPITA Em Cr\$	CLASSIFICAÇÃO ORDINAL
Rondônia	1.447,70	7º	3.944,50	14º
Acre	969,10	14º	2.856,11	22º
Amazonas	1.106,80	11º	5.431,72	9º
Roraima	1.101,80	12º	4.791,29	10º
Pará	756,10	18º	3.138,63	20º
Amapá	1.475,70	5º	3.497,84	17º
Maranhão	433,50	25º	1.860,50	25º
Piauí	344,30	26º	1.713,51	26º
Ceará	528,40	23º	2.361,72	24º
Rio Grande do Norte	563,20	22º	2.996,06	21º
Paraíba	487,00	24º	2.435,60	23º
Pernambuco	900,40	15º	4.129,09	13º
Alagoas	649,00	20º	3.162,80	19º
Sergipe	635,20	21º	3.375,35	18º
Bahia	717,10	19º	3.783,17	16º
Minas Gerais	1.115,50	10º	5.670,57	8º
Espírito Santo	1.074,40	13º	4.646,67	11º
Rio de Janeiro	2.839,70	2º	12.052,74	2º
São Paulo	3.385,30	1º	14.982,66	1º
Paraná	1.210,90	9º	7.668,85	5º
Santa Catarina	1.451,80	6º	7.083,65	6º
Rio Grande do Sul	2.047,10	4º	9.836,70	4º
Goiás	821,20	16º	4.386,76	12º
Distrito Federal	2.603,60	3º	12.032,44	3º
Mato Grosso	799,00	17º	3.868,92	15º
Mato Grosso do Sul	1.241,20	8º	5.700,66	7º
BRASIL	1.644,00		7.728,45	

ANEXO II

TELEX TRANSCRITO DO ORIGINAL ENVIADO PELO SR. GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, AO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, EM 31.10.1984.

SANTA CATARINA FOI, COMO VOSSA EXCELENCIA ESTÁ INFORMADO, VITIMA DE NOVAS INUNDAÇÕES NO MES DE AGOSTO PRÓXIMO PASSADO, 82 MUNICÍPIOS FORAM DECLARADOS EM ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, OS PREJUÍZOS LEVANTADOS ATINGIRAM O MONTANTE DE 421 BILHÕES DE CRUZEIROS, SENDO:

99 BILHOES EM OBRAS PUBLICAS
50 BILHOES NA AGRICULTURA
47 BILHÕES NO COMERCIO
225 BILHÕES NA INDUSTRIA

ESCLAREÇO QUE OS PREJUÍZOS NA INDUSTRIA E DO COMERCIO FORAM APURADOS POR TÉCNICOS DO SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL QUE LEVANTARAM OS NÚMEROS CASO A CASO, OS QUAIS, POR SOLICITAÇÃO MINHA, FORAM HOMOLOGADOS PELA AGÊNCIA LOCAL DO BANCO DO BRASIL. ANTES MESMO DE CONCLUÍDOS OS LEVANTAMENTOS DE PREJUÍZOS, VOSSA EXCELENCIA APROVOU LIBERAÇÃO DE RECURSOS NOS SEGUINTE MONTANTES:

A - 12,4 BILHÕES PARA DESPESAS DE ATENDIMENTO AOS FLAGELADOS, ESPECIALMENTE AS RELATIVAS AA COMIDA, ROUPA, COMBUSTIVEL,

B - 25,0 BILHOES PARA PROSSEGUIMENTO DAS OBRAS DO DNOS,
C - 20,0 BILHOES PARA OBRAS DE EMERGENCIA,
D - 15,2 BILHOES PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE DEFESA CIVIL E VOLTADOS AA SEGURANÇA DE PESSOAS E EMPRESAS.

AS IMPORTANCIAS ESPECIFICADAS NOS ITENS C E D FORAM REDUZIDAS A 24,5 BILHÕES DE CRUZEIROS, CONFORME EM 711/84 DA SEPLAN, APROVADA POR VOSSA EXCELENCIA DIA 8 DE OUTUBRO DE 1984. (E NÃO LIBERADOS AINDA).

A IMPORTANCIA PREVISTA NO ITEM A FOI REDUZIDA A 11,5 BILHOES, DOS QUAIS, JÁ FORAM LIBERADOS 6,1 BILHOES. AA EXCEÇÃO DESTES RECURSOS NADA FOI LIBERADO ATÉ ESTA DATA.

AS PESSOAS FISICAS SERIAM ATENDIDAS ATRAVES DE CREDITOS PESSOAIS, DESTINANDO-SE 10 BILHÕES PARA ATENDER AS FAMILIAS DA AREA URBANA ATRAVES DA CEF E 10 BILHOES PARA AS FAMILIAS DA AREA RURAL, ATENDIDAS ATRAVES DO BANCO DO BRASIL.

REFERIDOS CREDITOS, ESTARIAM LIMITADOS AA IMPORTÂNCIA DE 300 MIL CRUZEIROS POR DEPENDENTE, ATÉ O VALOR MÁXIMO DE 1 MILHÃO DE CRUZEIROS POR FAMILIA.

A INDUSTRIA E O COMERCIO QUE SERIAM ATENDIDOS PELA REATIVAÇÃO DAS LINHAS DE CREDITOS - AFERSUL OPERADA PELO BANCO DO BRASIL E PROESC OPERADA PELO BNDES AS QUAIS SE DESTINARAM EM PRINCÍPIO - 1,0 BILHOES DE CRUZEIROS, NÃO TIVERAM ATÉ O MOMENTO QUALQUER PERSPECTIVA DE CREDITO. AS LINHAS DE CREDITO A QUE ME REFIRO FORAM ASSEGURADAS POR DECISÃO DO SENHOR MINISTRO DA SEPLAN, DESIGNADO POR VOSSA EXCELENCIA PARA COORDENAR AS PROVIDENCIAS CONCERNENTES AA ASSISTENCIA DE SANTA CATARINA.

AGORA, POREM, SOU INFORMADO PELO SENHOR MINISTRO DA FAZENDA QUE EH IMPOSSIVEL SEQUER REVIGORAR TAIS LINHAS DE CREDITOS.

NAO POSSO, SENHOR PRESIDENTE, ASSUMIR ESTA INFORMACAO COMO DESMENTIDO AA AUTORIZACAO DO SENHOR MINISTRO DA SEPLAN, DATADA DE 14.09 PROXIMO PASSADO E NAO CONCRETIZADA ATEH HOJE. PERMITO-ME LEMBRAR A VOSSA EXCELENCIA QUE NOSSO ESTADO, CARACTERIZADO PELA PREDOMINANCIA DE CAPITAL GENUINAMENTE NACIONAL CORRE SERIO RISCO DE VER ESTE PATRIMONIO COMPROMETIDO, DADO O DESANIMO E O DESINTERESSE QUE TOMA CONTA DO NOSSO EMPRESARIO. A PERPLEXIDADE EH GERAL E A DESESPERANCA INIBE AS INICIATIVAS. MALGRADO TODA ESTA SITUACAO, NUMA ATITUDE ANTES DE MAIS NADA PATRIOTICA - DECIDIRAM OS EMPRESARIOS CATARINENSES NAO DISPENSAR QUALQUER EMPREGADO EM FUNCAO DOS PREJUIZOS VERIFICADOS PELAS CHEIAS, VENDAVAIS E OUTRAS INTEMPERIES. DA MINHA PARTE, SENHOR PRESIDENTE, TENHO FEITO O QUE EH POSSIVEL A UM GOVERNADOR FAZER.

CONTATOS NA ESFERA OFICIAL SAO MANTIDOS COM FREQUENCIA, SEM ENTRETANTO OBTER-SE QUALQUER RESULTADO PRATICO.

EH POR ISSO, QUE EM NOME DA ECONOMIA CATARINENSE E EM DEFESA DAS MAIS LEGITIMAS ASPIRACOES DA GENTE CATARINENSE, APELO A VOSSA EXCELENCIA PARA QUE DETERMINE A IMEDIATA OPERACIONALIZACAO DAS LINHAS DE CREDITO, CAPAZES DE SOERGUER NOSSA ECONOMIA E MANTER EM INDICES RAZOAVEIS OS NIVEIS DE EMPREGO.

ANEXO III

DOCUMENTO APRESENTADO AO GOVERNO FEDERAL COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DA OPERAÇÃO RECONSTRUÇÃO 1984.

Diante da atual situação do Estado de Santa Catarina, pelo 2º ano consecutivo atingido por terríveis enchentes, o Governo do Estado encaminhou, no dia 14 de agosto de 1984, um longo ofício ao Governo Federal.

Neste ofício, após detalhada exposição das situações e das providências já tomadas pelas autoridades locais, é feita uma série de solicitações de auxílio a Santa Catarina, a serem prestadas de acordo com as seguintes orientações.

1. Programa de Reconstrução do Estado, voltado à recomposição das condições econômicas em níveis capazes de assegurar a prosperidade já característica de Santa Catarina.

2. Programa de Prevenção e Controle de Cheias, para assegurar ao Estado um nível satisfatório de segurança à sua economia e à sua gente.

3. Programa de Defesa Civil pois, ao que tudo indica, as cheias deixaram de ser flagelo cíclico, para se transformarem num flagelo constante.

Fonte: Jornal "O Estado" 26.08.84

N.A. Este documento foi apresentado na reunião do Conselho de Reconstrução, do dia 13.08.84.

B - CRÉDITOS .

b.1 - Financiamentos do PROINVEST

- Recuperação de instalações e benfeitorias, incluindo residências rurais;

- Recuperação e aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas;

b.2 - Crédito pessoal até Cr\$ 1.000.000,00 por família de mini e pequeno produtor, obedecendo o limite de Cr\$300.000,00 por dependente;

b.3 - Instituição de programa especial no BNDES para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas nacionais;

b.4 - Ampliação do Programa de reconstrução de Propriedades Agrícolas, já em execução com recursos do FINSOCIAL;

b.5 - Recursos a fundo perdido para recuperação de solos e para subsidiar o frete de insumos básicos;

b.6 - Linha de Crédito para aquisição de insumos em especial de sementes para distribuição através do Programa Troca-Troca.

1.4. - ATENDIMENTO AO SETOR PÚBLICO ESTADUAL E MUNICIPAL

1.4.1. - Sistema Viário

B - CRÉDITOS

b.1 - Instituição de programas especiais no BNDES para aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários, reequipamento do DER e recuperação de pontes metálicas;

b.2 - Recursos a fundo perdido para Recuperação de rodovias estaduais;

b.3 - Recursos a fundo perdido para Recuperação de rodovias municipais.

1.4.2. - Obras Públicas

Diversas

B - CRÉDITOS

b.1 - Recursos a fundo perdido para recuperação de Escolas;

b.1.4. - Assistência

farmacêutica a pessoas;

b.1.5. - Manutenção das campanhas de vacinação;

b.1.6. - Alimentação escolar.

1.4.4. - HABITAÇÕES

Populares

A - MEDIDAS

ADMINISTRATIVAS

a.1 - Utilização de áreas públicas para relocação de habitações ribeirinhas e de núcleos habitacionais localizados em áreas sujeitas a inundações.

B . CRÉDITOS

b.1 -Recursos para mutirão visando a reconstrução de habitações para população de baixa renda e equipamento de uso comunitário.

1.4.5 - RECOMPOSIÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

A - MEDIDAS

ADMINISTRATIVAS

a.1 - Prorrogação, pelo prazo de 6 meses, dos débitos junto a instituições de crédito, incorporando-se os valores vincendos ao saldo devedor para a amortização futura;

a.2 - Prorrogação pelo prazo de 120 dias, dos recolhimentos relativos aos encargos sociais;

2.3 - Autorização ao Estado de Santa Catarina para rolagem de 30% do principal das ORTCs vencíveis em 1984 e dos respectivos juros vincendos no período agosto-dezembro de 1984.

B - CRÉDITOS

b.1 - Auxílio de emergência da União para o Estado e repasse por este de percentual equivalente a 20% para os municípios para recuperação de parte do ICM

comprometido com as cheias;

b.2 - Recursos a fundo perdido a família carente para aplicação de acordo com Programas a serem aprovados pelo Conselho Extraordinário de Reconstrução;

b.2 - Recursos a Fundo Perdido para recuperação do sistema de infra-estrutura municipal;

b.3 - Abertura de linha de crédito para financiar a transferência de equipamentos públicos localizados em áreas inundáveis;

b.4 - Abertura de linha de crédito para financiar a recuperação de equipamentos públicos e do respectivo material danificado pelas cheias.

4.3 - SAÚDE PÚBLICA

B - CRÉDITOS

b.1 - Recursos a fundo perdido para:

b.1.1 - Recuperação e reaparelhamento de Unidades de saúde e saneamento;

b.1.2 - Assistência alimentar a pessoas;

b.1.3 - Assistência médica a pessoas;

b.3 - Recursos a fundo perdido para implementação do projeto comunidade empresa voltado à relocação das micro e pequenas empresas.

1.5 - ATENDIMENTO AO SETOR PÚBLICO FEDERAL

B - CRÉDITOS

b.1 - Recursos a Fundo Perdido para:

b.1.1 - Recuperação de rodovias federais;

b.1.2 - Recuperação de ferrovias;

b.1.3 - Prosseguimento das obras de recuperação do Porto de Itajaí;

b.1.4 - Dragagem, pela PORTOBRÁS da foz do rio Itajaí-Mirim, até a bacia de evolução do Porto de Itajaí;

b.1.5 - Manutenção de serviços permanentes de dragagem no Porto de Itajaí.

B - CRÉDITOS

b.1 - Financiamento para reconstrução e/ou reforma da casa própria;

b.2 - Financiamento para aquisição de bens duráveis de uso doméstico atingidos e destruídos pelas cheias;

b.3 - Crédito pessoal até o limite de Cr\$ 1.000.000,00 por família, limitado à quota de Cr\$ 300.000,00 por dependente.

1.2 - ATENDIMENTO ÀS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO**1.2.1. - EMPRESAS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS****A - MEDIDAS****ADMINISTRATIVAS**

a.1 - Prorrogação dos compromissos bancários (área oficial);

a.2 - Agilização da liberação de guias para importação de peças de reposição;

a.3 - Eliminação temporária do imposto de importação para peças de reposição danificadas sem similar nacional, segundo critérios específicos;

a.4 - Prorrogação dos créditos para exportação - Resolução 882, BACEN e EPM; Emissão de cartão extra de Exportação mediante liberação de recursos e aumento de limites da EPM;

a.5 - Suspensão, por 90 dias, da cobrança de tarifas de demanda contratada de energia elétrica às empresas impedidas de operar;

a.6 - Prorrogação de prazo para recebimento de tributos federais e contribuições;

a.7 - Adiamento dos recolhimentos à Previdência Social;

a.8 - Agilização da tramitação de financiamentos em estudos no FUNPAR e ampliação para outras empresas, caso necessário;

a.9 - Prorrogação pelo prazo de um ano da carência relativa aos financiamentos concedidos em função das cheias de 1983.

1.2.2 - ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES E EDUCACIONAIS**A - MEDIDAS****ADMINISTRATIVAS**

a.1 - Liberação antecipada das verbas do IAPAS para os hospitais;

B. CRÉDITOS

b.1 - Recursos a fundo perdido para recuperação física de hospitais e reposição de equipamentos;

b.2 - Recursos a Fundo Perdido para recuperação física de estabelecimentos escolares, inclusive Fundações Educacionais, e para reposição de equipamentos e material didático;

b.3 - Recursos a fundo perdido para reforçar o Fundo de Apoio ao Estudante Carente.

1.2.3 - ESTABELECIMENTOS DE USO COMUNITÁRIO**B - CRÉDITOS**

b.1 - Recursos a Fundo Perdido para:

b.1.1 - Recuperação do patrimônio histórico e Cultural;

b.1.1 - Recuperação de Equipamentos de Esporte e Lazer.

1.3 - ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES E PROPRIEDADES AGRÍCOLAS**A - MEDIDAS****ADMINISTRATIVAS**

a.1 - Prorrogação dos prazos de pagamento de créditos e investimentos (produtores e cooperativas);

a.2 - Agilização de pagamento das indenizações pelo PROAGRO;

a.3 - Agilização da liberação de custeios agrícolas de cultura de verão;

a.4 - Prorrogação de prazo para recolhimento de tributos federais;

a.5 - Adiamento de recolhimento à Previdência Social;

a.6 - Apoio ao saneamento financeiro das cooperativas;

a.7 - Prorrogação pelo prazo de 1 ano, da liquidação do empréstimo de emergência deferido em 1983.

PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO

O programa de reconstrução da economia catarinense, será coordenado pelo Conselho Extraordinário de Reconstrução, órgão que reúne a representação mais expressiva da sociedade catarinense.

Os beneficiários do programa de reconstrução habilitar-se-ão ao mesmo mediante:

a - **Pessoas Físicas**: Laudo de avaliação dos danos, homologado pela Autoridade competente;

b - **Pessoas Jurídicas**: Laudo de avaliação dos danos, homologado pela agência local do Banco do Brasil;

c - **Propriedades Agrícolas**: Laudo de avaliação dos danos elaborado por representantes do sistema EMBRATER e homologado pela Agência local do Banco do Brasil.

Para viabilizar a reconstrução do Estado, a sociedade catarinense espera que o Governo Federal venha a adotar as seguintes medidas:

1.1 - Atendimento às

Pessoas Físicas

A - MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

a.1 - Liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço inclusive das contas paralizadas, aplicando-se a estas os índices de correção monetária;

a.2 - Liberação do PIS/PASEP, inclusive das quotas de capital para todos os beneficiários desses Fundos;

a.3 - Prorrogação das obrigações assumidas em contratos de crédito - (área oficial);

a.4 - Sustação dos procedimentos judiciais por 120 dias (área oficial);

a.5 - Pagamento antecipado de benefícios a segurados e dependentes da Previdência Social;

a.6 - Prorrogação de prazo para recebimento de tributos federais;

a.7 - Antecipação das devoluções relativas ao Imposto de Renda - ano base-1983;

a.10 - Aumento das dotações das Agências do Banco do Brasil localizadas nos municípios atingidos, para desconto de duplicatas e notas promissórias;

a.11 - Dispensa às agências bancárias localizadas nos municípios atingidos do Depósito Compulsório e aplicação destes recursos no desconto de duplicatas e notas promissórias;

a.12 - Dispensa do extorno do IPI relativo às mercadorias perdidas nas cheias;

a.14 - Prorrogação do prazo para cumprimento das metas do BEFLEX.

B - CRÉDITOS

b.1 - Abertura de linha especial de crédito no âmbito do Banco do Brasil para retomada do processo produtivo e consequente manutenção dos níveis de emprego. (Reativação do AFERSUL);

b.2 - Abertura de linha de crédito no âmbito do BNDES para retomada do processo produtivo e consequente manutenção dos níveis de emprego (reativação do PROESC);

a.8- Abatimento na declaração do Imposto de Renda, dos danos sofridos, até o limite total da renda bruta;

a.9 - Antecipação da devolução do Empréstimo Compulsório instituído e recolhido em 1983;

a.10 - Suspensão até o mês de dezembro do desconto do Imposto de Renda na Fonte e do recolhimento relativo ao "carnê leão";

a.11 - Resgate antecipado das quotas relativas ao Decreto Lei nº 157;

a.12 - Sustação da cobrança de 12 prestações vincendas nos contratos de financiamento do S.F.H. e transferência das mesmas para o final do contrato.

b.3 - Alocação de recursos ao RAMICRO (Assistência à micro-empresa);

b.4 - Instituição de programas no BNDES para apoio a pequenas e médias empresas;

b.5 - Instituição de Programas Especiais no BNDES para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais;

b.6 - Abertura de Linha de Crédito para recolhimento de Tributos e Encargos Sociais;

b.7 - Abertura de Linha de Crédito para pagamento antecipado do 13º salário;

b.8 - Aplicação dos recursos a que se refere a Resolução 796, sem a exigência de contrapartida.

PROGRAMA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE CHEIAS

As cheias no Estado de Santa Catarina, longe de serem um fenômeno eventual, estão se transformando numa constante.

Afora os fenômenos naturais relacionados às alterações meteorológicas verificadas nas várias partes do planeta, as ocorrências verificadas no Estado tem algumas causas perfeitamente identificadas.

A primeira e principal é a alteração da capacidade original de retenção da precipitação pluviométrica pelos solos dessa bacia.

A Secretaria da Agricultura partindo da hipótese de uma capacidade média de retenção dos solos da ordem de 10mm, estima que houve, no caso presente, uma redução de cerca de 80% nessa capacidade,

Os dados apresentados abaixo, relativos as cheias na Cidade de Blumenau, indicam um aumento preocupante na constância do fenômeno.

PERÍODO	Nº de Anos	Nº de cheias verificadas	Relação cheias por ano
De 1852 a 1911	59	9	0,15
De 1912 a 1961	50	14	0,28
De 1962 a 1981	20	10	0,50
De 1982 a 1984	3	2 (com repiques)	0,66

É preciso considerar que a precipitação pluviométrica é um fenômeno natural, mas a precipitação em excesso - a que provoca cheias - é um fenômeno cíclico. O que se observa, é que no Estado, as cheias estão deixando de ser cíclicas para se transformarem em constantes.

Outro aspecto a considerarem e que apresenta enorme influência na repetição das cheias é a incapacidade dos rios, - motivada por alterações e entulhos no seu leito natural - em dar vazão às águas. Nestas cheias, este aspecto ficou bem caracterizado.

Estas constatações indicam que um programa de prevenção e controle de cheias no Estado deve contemplar dois segmentos distintos:

- Um segmento natural, voltado:

a) adequado manejo do solo, de forma a devolver-lhe a capacidade natural de retenção da água;

b) dragagem e retificação dos rios, em níveis capazes de restabelecer as condições naturais de seu leito.

- Um segmento artificial, representado pela implantação de obras físicas, capazes de reter as águas e/ou proporcionar maior velocidade de vazão.

É como estas premissas que se propõe a implementação deste programa a partir das seguintes linhas de ação.

2.1 - Atividades a cargo do Governo Federal

a.1 - Aceleração por parte do DNAEE na implantação das estações de telemetria e demais

3. Abertura de canal extravasor no Rio Itajaí-Açu;

4. Implantação das obras já projetadas de contenção de cheias e regularização de descargas no

equipamentos complementares, voltados à manutenção de um esquema de constante vigilância sobre as cheias no Vale do Itajaí. Extensão do programa às demais bacias;

a.2 - Inclusão, no orçamento da União, de um item específico de alocação de recursos para implementação do Programa de Prevenção e Controle de Cheias do Estado;

a.3 - Reforço da estrutura de Fiscalização do IBDF no Estado;

a.4 - Elaboração, pelo DNOS, DNAEE, RADAM, ELETROSUL, de projetos abrangentes de novas obras capazes de atenuar as enchentes na Bacia do Itajaí, aí incluindo o canal extravasor proposto pelo DNOS com a indispensável participação do Estado na avaliação dos seus efeitos e oportunidade de implantação;

a.5 - Implementação, por parte do DNAEE de um programa de estudos de macrozoneamento para detectar e controlar as eventuais modificações no regime hidrológico de cheias, derivadas do uso e ocupação desordenada dos solos, visando orientar o desenvolvimento global da bacia do rio Itajaí-Açu;

a.6 - Fornecimento pelo Instituto Nacional de Meteorologia de previsões meteorológicas orientadas à previsão de cheias, particularizando previsões quantitativas de chuvas para as bacias catarinenses.

B - CRÉDITOS

b.1 - Assegurar à Diretoria Regional do DNOS em Santa Catarina, os recursos necessários

1. Construção de barragens;
- conclusão da Barragem Norte em Ibirama;

2. Dragagem, retificação e desassoreamento nas bacias dos seguintes rios:

- Rio Itajaí-Açu
- Rio Itajaí-Mirim
- Rio Tijucas
- Rio Biguaçu
- Rio Itapocu
- Rio Iguaçu
- Rio Cará e Caveiras em Lages

Vale do Rio Tubarão;

5. Início e/ou prosseguimento de estudos voltados à definição de ações de prevenção e controle de cheias em todas as demais bacias hidrográficas do Estado.

b.2 - Assegurar à Diretoria Regional do DNOS do Paraná os recursos necessários ao desenvolvimento de estudos voltados a prevenção e controle de cheias da bacia hidrográfica do Rio Iguaçu nas áreas de influência no Estado de Santa Catarina;

b.3 - Acelerar a liberação, pelo FIPEC do Banco do Brasil, para a FURB dos recursos já aprovados para execução dos projetos "Estudo de Previsão de Cheias" através da aplicação da modelagem matemática na bacia do Rio Itajaí-Açu e estudo climatológico da mesma bacia;

b.4 - Acelerar a liberação pelo Ministério do Trabalho de parte da contribuição sindical à FURB para execução do Projeto de Estudo de Contenção de Cheias.

2.2 - Atividades a cargo dos Governos Municipais

A - MEDIDAS

ADMINISTRATIVAS

a.1 - Revisão da legislação atinente ao uso do solo com assessoria prestada por órgãos estaduais e/ou federais;

a.2 - Manutenção de campanhas permanentes de defesa ecológica e de uso racional do patrimônio ecológico, com assessoria a ser prestada por instituições públicas e privadas.

2.3 - Atividades a cargo do Governo do Estado de Santa Catarina

B - CRÉDITOS

b.1 - Recursos ao Governo do Estado de Santa Catarina para o desenvolvimento do projeto "Manejo integrado do solo em microbacia" voltado a um adequado uso do solo de forma a proporcionar-lhe as condições naturais de retenção da água;

b.2 - Recursos ao Governo do Estado de Santa Catarina voltado ao desenvolvimento de projeto de reflorestamento de encostas e margens de riachos.

- Rio Tubarão e Rio Capivari
- Rio Tigre
- Rio Trombudo
- Rio Pombinhas
- Rio Canoas

PROGRAMA DE DEFESA CIVIL

Se os programas de "Reconstrução" e de "Prevenção e Controle de Cheias" são fundamentais à economia catarinense e à recomposição das condições de trabalho e bem estar da população, um programa voltado à defesa civil é fundamental à que se garantam as condições de vida da população flagelada durante as cheias.

É digno de nota que os esquemas de Defesa Civil tanto do Estado quanto das Prefeituras Municipais, foram, nestas cheias, muito mais eficientes do que nas cheias de 1983. Isso tem uma explicação natural: além de contar-se com equipes com mais experiências, durante e mesmo após as cheias de 1983 foi adquirida uma série de equipamentos que puderam ser utilizados neste ano, desde as primeiras horas.

Malgrado este avanço, há ainda sérias deficiências no atendimento às populações flageladas, motivadas não só pela falta de equipamentos mas também pela ausência de condições físicas para abrigar ou para chegar-se até as populações flageladas.

Nesse sentido, a implementação desse programa objetiva a obtenção de recursos para:

a - Aquisição de equipamentos de transportes

Esses equipamentos desdobram-se em dois grupos distintos:

a.1 - Barcos de maior porte e potência, para transporte de flagelados a locais seguros e para distribuição de gêneros alimentícios, roupas, agasalhos e remédios;

a.2 - Barcos de menor porte (canoas e/ou baterias) para efetuar os serviços de retirada de pessoas;

b - Equipamentos de Comunicações

No que se refere a comunicações há que se considerar que os sistemas tradicionais "entram em pane" com as cheias, seja pela ausência de energia elétrica seja pela inundação de centrais. Para essas emergências, a Defesa Civil necessita de dois tipos de equipamentos;

b.1 - Equipamentos de longo alcance para possibilitar as comunicações entre as comissões locais de Defesa Civil e a Comissão Estadual e/ou as bases de suprimento;

b.2 - Equipamentos de alcance local, para possibilitar as comunicações entre as equipes

para possibilitar a chegada de helicópteros de suprimento;

c.2 - Adequação de vias urbanas de suprimento;

c.3 - Adequação de abrigos coletivos, especialmente os que se localizarem em equipamentos públicos;

c.4 - Implantação de "guaritas" de Defesa Civil a nível de quarteirão, para guarda de primeiros socorros em Defesa Civil do tipo: lanternas, cordas, barcos infláveis; baterias, ferramentas diversas e primeiros socorros de saúde;

c.5 - Equipamento do aeroporto de Lages, como base alternativa para o suprimento da região do Alto Vale do Itajaí.

d - Outros materiais e equipamentos necessários à Defesa Civil

Adicionalmente aos listados, a Defesa Civil necessita ainda dos seguintes materiais e/ou equipamentos;

d.1 - Barracas para abrigar os flagelados;

d.2 - Equipamentos e utensílios para "funcionamento" de cozinhas nos abrigos coletivos;

d.3 - Pequenos geradores para possibilitar a manutenção dos serviços essenciais junto às Prefeituras Municipais e abrigos coletivos.

de salvamento e/ou suprimento e os respectivos postos de atendimento aos flagelados.

c - **Adequação de condições físicas**

A adequação de condições físicas compreende:

c.1 - Construção de heliportos

e - **Treinamento em Defesa Civil**

e.1 - Treinamento da Comissão Estadual e das Comissões Municipais de Defesa Civil;

e.2 - Treinamento das equipes de socorro e suprimento;

3.3 - Treinamento das populações residentes em áreas inundáveis.

AS CONDIÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DESTES PROGRAMAS

É expectativa da sociedade catarinense que todas as ações previstas nos programas aqui referidos sejam implementados, observados os seguintes princípios:

a - as medidas administrativas serão decretadas pela autoridade competente e a análise das mesmas, dar-se-á em caráter prioritário;

b - os créditos a serem repassados ao Poder Público Estadual e Municipal, serão caracterizados "recursos a fundo perdido";

c - os financiamentos a serem proporcionados ao Poder Público e à iniciativa privada, obedecerão às seguintes condições:

a - juros: 6% ao ano

b - correção monetária: equivalente a 50% ao ano da variação das ORTNs;

c - prazos de carência e amortização: determinados caso a caso para cada uma das linhas de crédito que forem abertas.

PRONUNCIAMENTO DO AUTOR NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

EM SESSÃO DE 09.08.84

O SR. DEPUTADO VASCO FURLAN - Senhor Presidente e Senhores Deputados, concluindo a linha de raciocínio, apenas vamos complementá-las. Se no plano político cabe ao Estado manter a segurança interna e externa, então ele pode decretar estado de sítio, estado de guerra, medidas de emergência, diferente do chamado estado de emergência; se no plano jurídico cabe ao Estado Construir o chamado estado de direito, na verdade, mais tecnicamente falando, seria o estado de justiça, porque o direito, às vezes, não pode ser sempre justo, ou pode ser direcionado no sentido de não ser justo, e se no plano social cabe ao Estado atender o bem-estar dos seus cidadãos, no plano econômico deve ensejar o desenvolvimento de seus habitantes e a garantia de seus bens, das suas propriedades, e a reposição do seu patrimônio que, certamente, foi fruto de um trabalho.

Cabe, portanto, ao Estado, em última instância, salvar guardar os interesses, a segurança coletiva, o sistema econômico e o seu desenvolvimento. Quando o Estado, por negligência, não cumpre esta obrigação, a sociedade, por parcelas, por seu segmento, por unidades da Federação, tem todo direito de reclamar e, se possível, fazer com que se transforme em lei o direito.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, vamos fazer uma breve leitura e dar uma explicação da minuta que estamos anexando ao presente requerimento, que será enviada ao Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil. Não poderíamos, como já dissemos, por uma questão de ética, fazer um modelo, uma minuta específica para Santa Catarina. Afinal de contas, o Senhor Leitão de Abreu já foi membro do Supremo Tribunal Federal. Então, temos que fazer um modelo que seja genérico, que possa servir para qualquer tipo de catástrofe, seja seca, seja vendaval, seja maremoto, seja enchente e assim por diante, e que sirva, também para qualquer ponto do País, em qualquer tempo e espaço, enfim. De sorte que estamos encaminhando ao Senhor Leitão de Abreu uma minuta nesses termos.

Nós vamos tomar a liberdade, apenas para o registro nos Anais da Casa, de ler a minuta que, depois, será passada à taquígrafia.

(Passa a ler)

* "Minuta de Modelo de Decreto Presidencial para casos de Emergência Econômica.

O Presidente da República, no uso de suas atribuições, considerando a situação de desestruturação econômica resultante da (enchente, seca, vendaval) ocorrida no Estado de..... com seu período crítico entre.....a.....de..... de.....;

Considerando que a sociedade.....vem contribuindo economicamente para o Produto Interno Bruto com significativa parcela, bem como para com as exportações", num montante de... e num percentual "x";

"Considerando que a extensão do comprometimento da capacidade produtiva daquele Estado poderá gerar.....", por exemplo, desdobramentos de ordem econômica, social;

"Considerando que é de grande importância para aquela unidade da Federação e do País a pronta retomada da dinâmica da produção agroindustrial bem como a recomposição de sua economia interna;

Considerando o direito das pessoas físicas e jurídicas com relação ao Estado;

Considerando, ainda, o que dispõe o item XIII, do art. 89 e o § 2º, do art. 61, bem como o que reza no art. 53, da Constituição Federal, o art. 19, § 2º e o art. 81, itens III e XVI;

DECRETA:

Art. 1º - É declarado, pelo período de.....(dias/meses) o 'estado de emergência econômica', no território do (s) Estado (s) de.....

*N.A. Incluso modelo de Decreto Presidencial para Casos de Emergência Econômica, aprovado pelos Membros da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e enviado ao Sr. Presidente da República, através da Casa Civil da Presidência.

Art. 2º - O estado de emergência econômica é decretado para o fim de superar rotinas administrativas, ensejando a necessária agilização e urgência nas medidas de superação do impacto psicossocial e recomposição da infra-estrutura urbana e rural, bem como da economia e a retomada do desenvolvimento daquele (s) Estado (s).

Art. 3º - O estado de emergência econômica, expresso - nos artigos anteriores, importa nas seguintes medidas:

1 - Para execução dos programas de recuperação do(s) Estado(s) de..... os Ministérios e seus órgãos vinculados ou supervisionados, no prazo de dias, fixarão os recursos financeiros e logísticos a serem aplicados, inclusive remanejando dotações orçamentárias vigentes, quando necessário.

2 - É concedida autorização ao(s) Estado(s)..... para contratação de financiamentos externos para cobrir dispêndios com programas privados ou públicos de reconstrução ou retomada do desenvolvimento.

3 - É concedida ao(s) Estado(s) de..... autorização para emitir e colocar Obrigações do Tesouro Estadual (ais) nos limites fixados pelo Senado Federal, sendo os encargos de correntes da correção monetária debitados à conta do Finsocial (ou 'Fundo de Calamidade'), conforme couber, no final dos contratos.

4 - A União repassará globalmente para o Estado ou para o organismo que o Estado definir, os recursos destinados aos programas privados ou públicos destinados à reconstrução ou retomada do desenvolvimento, provenientes:

a) - de dotações orçamentárias e créditos especiais ou extraordinários;

b) do Sistema Financeiro, sob o controle da União: Banco Central, Banco do Brasil, BNCC, e CEF (Banco da Amazônia, Banco do Nordeste);

c) do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo Rodoviário, em dobro no período de vigência do estado de emergência econômica ora decretado.

5 - As entidades ligadas ao Sistema Financeiro da União concederão facilidades especiais para operações destinadas à retomada do desenvolvimento do(s) Estado (s) de-----

6 - Os recursos repassados ao Estado serão contratados dentro das seguintes condições gerais:

Prazo: mínimo de -----anos

Carência: mínima de -----anos

Juros: máximo de -----% ao ano

Correção Monetária: segundo o-----

Os encargos representados pela correção monetária serão debitados à conta do (Finsocial - Fundo de Calamidade) ao final da liquidação dos contratos.

(Durante o prazo de carência, os juros serão acumulados, integrando o principal e serão com estes amortizados)

Desembolso: - O desembolso obedecerá a um cronograma que se desdobrará ao longo de 'x' meses a contar-----,"

Obviamente, da data da decretação da concessão.

7 - O Ministério da Fazenda, a Seplan, o Banco do Brasil, o BNH, o BNCC e Caixa Econômica e outros órgãos facilitarão, por todos os meios, a recomposição de ingresso de tributos do(s) Estado(s) de-----, num limite mínimo de até Cr\$ -----mensais, no correspondente da ORTN do mês e válida até o mês de -----, inclusive.

As parcelas transferidas nos termos deste item constituirão 'auxílio' e serão levadas a débitos do Tesouro Nacional (Fundo Perdido).

8 - Para o apoio às pessoas físicas residentes no território das áreas atingidas e abrangidas por este Decreto, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

a) Restituição prioritária do Imposto de Renda, nos casos em que couber;" obviamente nos meses em que couber (Atualmente não caberia, mas temos que mandar ao Senhor Ministro, como disse o Deputado Francisco Kluster, uma genérica e abrangente minuta)

"c) Liberação, em cronograma especial, do Pis/Pasep.

d) Liberação do disponível não comprometido do FGTS até o limite de 90%.

e) Crédito pessoal, junto à (instituição) para recomposição do patrimônio domiciliar ou de bens de trabalho.

Os organismos financeiros que forem definidos como repassadores de recursos poderão fixar condições especiais de repasse, de acordo com condições concretas e específicas que se apresentam e forem comprovadas.

O Banco Central definirá um percentual especial para os Estabelecimentos Bancários que atuem nas áreas atingidas, sobre aplicações para empréstimos subsidiados e tabelados, quando se destinarem a pessoas físicas.

9 - Com relação às pessoas jurídicas, os Ministérios e órgãos federais vinculados ou supervisionados, procederão no sentido de:

a) Facilitar a capitalização das empresas econômicas privadas, através de estruturas organizacionais que dispuserem nas áreas objeto deste Decreto;

b) Suspender a cobrança de tributos federais pelo prazo de ----- a contar desta data;

c) Suprir, com recursos do Fundo de Apoio ao Desempregado, até o limite de 50% das folhas de pagamento do pessoal, as empresas atingidas e que tenham tido suas atividades paralisadas por um período superior a ----- dias.

d) Promover a participação, através da aquisição de ações ou debêntures, das Empresas de Direito Público, no Capital das empresas privadas atingidas, com prazo de resgate diferenciado.

10 - O(s) Banco(s), (no caso, Besc, Badesc) gozarão de uma redução de x% no depósito compulsório a ser recolhido ao BACEN, nos ----- dias posteriores à entrada em vigor deste Decreto.

11 - As cauções exigidas em contratos de obras e serviços do Governo Federal, a serem executadas na área objeto deste Decreto, serão depositadas em Caderneta de Poupança junto ao(s) Banco(s)----- enquanto vigorar o presente Decreto.

12 - A Caixa Econômica Federal destinará, das próximas extrações da Loteria Exportiva (ou da Loto) -----% do valor líquido, correspondente a 'x' para os Programas Especiais de reconstrução do(s) Estado(s) objetos do decreto.

13 - Os empréstimos feitos a órgãos do (s) Estado(s) ----- para aplicação em obras de reconstrução, terão uma taxa de correção monetária diferenciada; de, no mínimo 20% sobre os valores vigentes.

Art. 3º - "Os Ministérios (aí vem o elenco de Ministérios, praticamente todos)" adotarão todas as medidas necessárias e tendentes a viabilizar e agilizar a pronta execução do disposto neste decreto.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

De forma que a minuta, Senhores, Deputados, embora não seja completa, pelo menos vai provocar algo a nível de Presidência da República.

Honestamente, como dissemos no início, o entendimento dos constitucionalistas é de que não cabe este decreto pelo Presidente, com base no item 16, do art. 81. Todavia, há outros dispositivos constitucionais que lemos, que ensejam (depende da boa vontade, e é o que nos interessa, como dizíamos desde o início deste nosso pronunciamento) que gere o direito. Precisamos fazer gerar o direito, porque em cima dele é que nós vamos ter mais força para cobrar e não apenas para pedir, criticar, mendigar, ou lamuriar-nos, infelizmente como vem acontecendo para nós, catarinenses.

Acreditamos que com estas colocações, de forma resumida e sucinta, fizemos o relato de maneira a que os Senhores Deputados pudessem entender o espírito que nos leva a tomar esta iniciativa, visando esta medida.

PARTE DO COMENTÁRIO PROFERIDO PELO DEPUTADO SALOMÃO
RIBAS JÚNIOR, SOBRE A PROPOSIÇÃO DA MINUTA DE DECRE
TO E APROVAÇÃO DOS SRS. DEPUTADOS DA MATÉRIA.

" ... Por esta razão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu desejo cumprimentar o ilustre Deputado Vasco Furlan pela iniciativa de realizar, ainda que aoadadamente em função da gravidade da situação que estamos vivendo, uma série de estudos que redundaram em um documento preliminar, com o objetivo de trazer este assunto à discussão nesta Casa, de pedir o apoio da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, para levar ao Governo Federal uma idéia. É uma inovação, ela talvez não prospere com a velocidade necessária e também não elimina as providências que estamos pedindo diante da realidade constitucional e jurídica vigente, absolutamente! Nós não vamos arrefecer o nosso ânimo de cobrança do Governo Federal, de providências concretas, objetivas e imediatas em razão de estarmos apoiando esta providência que demanda, seguramente, em estudo também aprofundado por parte do Governo Federal.

Mas esta catástrofe que estamos vivendo não é a última. Outras ocorrerão, poderão ocorrer até com maior gravidade, E é necessário, então, que nos antecipemos no tempo, promovendo uma avaliação do que ocorre após a fase aguda da calamidade pública e a criação do mecanismo constitucional indispensável à adoção, como já disse, de providências fora da rotina para enfrentar o que se denomina, neste documento, de estado de emergência econômica.

Creio que este Poder cumpre o seu papel constitucional e político ao examinar, ao debater e, ao final, aprovar a proposta formulada pelo Deputado Vasco Furlan."

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

(Palmas)

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilson dos Santos) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

CAPÍTULO II

2. UM CONCEITO PARA ESTADO DE EMERGÊNCIA ECONÔMICA

Quem ler a expressão "estado de emergência econômica" de
ve entender o que?

Esta foi a indagação sobre a qual se trabalhou para tentar
atingir o resultado que se passa a propor:

"Concebe-se o estado de emergência econômica como a
situação de excepcionalidade editada pelo Estado a
benefício da Sociedade, tendo por finalidade explic
itar direitos e gerar, implementar e executar med
idas econômicas, políticas, psicossociais e milit
ares para, por meio delas prevenir, atenuar e rec
uperar danos atuais e potenciais que possam vir a
sofrer ou tenham sofrido pessoas físicas, famílias,
comunidades e organizações de toda natureza, em
decorrência de calamidades (naturais e humanas), e
enquanto durarem os seus efeitos e repercussões, e
de cuja superação dependa a normalização, a retomad
a e a expansão do processo produtivo".

É o conceito suficiente? Respondemos afirmativamente, em
bora o reconhecendo passível de ser melhorado e/ou completado.

CAPÍTULO III

3. EXPLICANDO O CONTEÚDO DO INSTITUTO ESTADO DE EMERGÊNCIA ECONÔMICA

A dissertação quer ver incluído na Constituição Brasileira um novo postulado (princípio) ou instituto. Nos dicionários, instituto é regra, regulamento. É também "entidade jurídica instituída e regulamentada por um conjunto orgânico de normas de direito positivo". A explicação do conteúdo do estado de emergência econômica é o propósito deste Capítulo. De um certo modo a dissertação se escreve neste capítulo. Tudo quanto aqui se disser, vai validar o instituto ou excluí-lo da cogitação do legislador constitucional.

O propósito da dissertação, já pôs o entendimento que se tem do estado de emergência econômica. Vale, contudo, reanotar a concepção, marcando-lhe os diferentes elementos ou partes. Distinguem-se oito elementos no instituto. Passamos a enumerá-los:

Primeiro - O estado de emergência econômica é uma situação de excepcionalidade.

Segundo - A excepcionalidade é editada ou proclamada pelo Estado do Poder Central.

Terceiro - O beneficiário do estado de emergência econômica é a Sociedade.

Quarto - A excepcionalidade decretada tem por fim explicitar direitos e gerar, implementar e executar medidas econômicas, políticas, psicossociais e militares.

Quinto - As medidas devem ser adequadas e suficientes pa

ra prevenir, atenuar e recuperar danos atuais e potenciais.

Sexto - Os danos atuais e potenciais devem ser referidos a pessoas físicas, famílias, comunidades e organizações de toda natureza.

Sétimo - Os danos devem também ser referidos à causa ou causas da excepcionalidade reconhecida.

Oitavo - As medidas beneficiam enquanto durarem os efeitos e repercussões da excepcionalidade.

Antes porém de dar curso à explicação de cada um dos elementos que compõem o instituto, deduzir-se-á o significado dos termos da expressão estado de emergência econômica. "Estado" é modo de ser ou estar; pode também ser "situação ou disposição em que se acham as pessoas ou coisas". "Emergência", diz o dicionário é situação crítica; acontecimento perigoso ou fortuito. "Econômica" é pertinente à Economia. Economia é a ciência que estuda os fenômenos da produção, repartição, circulação e consumo dos bens e dos serviços. "Estado de emergência econômica" será, portanto, a situação crítica afetando o processo produtivo de uma sociedade global ou de parte dela.

3.1. O ESTADO DE EMERGÊNCIA ECONÔMICA É UMA SITUAÇÃO DE EXCEPCIONALIDADE.

Os fatos pessoais e os fatos sociais tem um curso. A regra do curso dos fatos pressupõe-se seja a regularidade. Embora tudo seja movimento, inquietação, a inquietação e o movimento fluem em segundo fluxos que se constem em parâmetros ditos de normalidade. O batimento cardíaco, o curso e o volume de água de um rio, as estações do ano, o movimento dos astros são fatos medidos e normalizados pela Ciência. Qualquer anomalia em um destes fatos gera uma situação anormal, não regular, potencialmente ou atualmente extraordinária, excepcional. O processo produtivo mobiliza fatores que sinteticamente podem ser listados em recursos humanos, recursos de capital, tecnologias de organização e tecnologia de produção.

O processo produtivo gera bens e serviços para atender a um ambiente; ambiente, de resto no qual está inserido, e do qual depende fundamentalmente para ter sucesso. A ciência põe à disposição do homem, meios crescentes de conhecer e controlar os fatos, tanto do mundo físico como do mundo humano. Mas nem o conhecimento é absoluto nem é absoluto o controle. Disso se segue que por mais amplo que seja o conhecimento e mais eficaz o controle, ainda restará uma faixa de eventos tanto ignorados como imprevisíveis. A guerra, a revolução, a greve são fatos sociais possíveis e, em certas circunstâncias, previsíveis. Mas a fúria com que se abatem, o lugar e o momento exato estão, de ordinário, fora do conhecimento antecipado. A guerra, a revolução e a greve são, contudo, fatos extraordinários e, dependendo dos seus efei

tos e repercussões sobre o processo produtivo, podem configurar uma excepcionalidade, uma emergência. A emergência também pode surgir de fenômenos naturais, caracterizadamente anômalos pela intensidade, duração e extensão.

Para que a decretação do estado de emergência econômica se justifique, é indispensável a circunstância excepcional dos fluxos de fatores produtivos e a incúria dos empresários nos dão causa à decretação do estado de emergência.

3.2. A EXCEPCIONALIDADE É DECRETADA PELO ESTADO

Para ocorrer a excepcionalidade do ponto de vista factual é preciso que as circunstâncias naturais ou sociais, ou combinadas, se juntem fenomenicamente para caracterizar um estado ou situação extraordinária. A situação extraordinária de efeito ou repercussões negativas, é o objeto do estado de emergência. Não basta porém que a situação seja, de fato, excepcional. Para que a excepcionalidade se configure, para que dela decorram efeitos imediatamente reconhecidos, é fundamental que seja objeto de avaliação e decisão pelo Estado. O Estado age por intermédio de pessoas físicas, dotadas de poder para a prática dos atos. A excepcionalidade do ponto de vista legal ocorre portanto, quando o órgão próprio do Estado e a pessoa que o dinamiza, a expressem. O órgão próprio e a pessoa são previstas na regulamentação do estado de emergência. Quer-se, portanto, que o Estado esteja aparelhado para, a todo momento, acompanhando e avaliando o ambiente natural e a conjuntura:

- a) detectar situações anômalas que possam evoluir para excepcionalidade econômica;
- b) identificar emergências que, caracterizadamente, configurem a excepcionalidade e obriguem a sua decretação.

3.3. O BENEFICIÁRIO DA EMERGÊNCIA ECONÔMICA É A SOCIEDADE

A Constituição Federal vigente contempla quatro institutos que se podem caracterizar como institutos jurídicos excepcionais:

- a) medidas de emergência (artigo 155);
- b) estado de sítio (artigos 156 e 157);
- c) estado de emergência (artigo 158);
- d) estado de guerra (artigos 44, II; 89, II; 81, XI).

Estes quatro institutos tem em comum o fato de se prestarem à restrição dos direitos e garantias fundamentais da Pessoa Humana. O beneficiário imediato de cada um destes institutos é o Estado (a sua segurança). A competência para determinar medidas de emergência, decretar o estado de sítio e o estado de emergência é do Presidente da República, privativamente (artigo 81, Ítem XVI, da Constituição Federal). A guerra, o Presidente da República declara depois de autorizado pelo Congresso Nacional; sem esta prévia autorização, declara-a no caso de agressão estrangeira ocorrida no intervalo das sessões legislativas.

3.3.1. MEDIDAS DE EMERGÊNCIA

O artigo 155 da Constituição está redigido assim:

"Art. 155 - O Presidente da República, para preservar ou prontamente, restabelecer em locais determinados e restritos, a ordem pública e a paz social, ameaçados ou atingidos por calamidades ou graves perturbações que

não justifiquem decretação dos estados de sítio ou de emergência, poderá determinar medidas coercitivas autorizadas nos limites fixados no § 2º do Art. 156, desde que não excedam o prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado uma vez e por igual período".

Pela leitura se infere que as medidas de emergência são medidas coercitivas, adotadas a proveito da ordem pública e da paz social, em duas circunstâncias específicas:

- a) em caso de calamidade, e
- b) em caso de grave perturbação.

É certo que na calamidade, natural ou social, há sempre um dano real ou possível a patrimônios pessoais, comunitários e organizacionais. É razoável pensar-se que a calamidade possa ser acompanhada de desvios de comportamentos a coibir. Mais razoável ainda é admitir-se a necessidade de se tornarem disponíveis os meios que habilitem as pessoas, as comunidades e as organizações a vençerem e superarem os embaraços postos pela calamidade. As medidas de emergência, deveriam também voltar-se para pôr ou criar direitos e não apenas para os extrair.

3.3.2. ESTADO DE SÍTIO

O estado de sítio é instituto constitucional regulado pe los artigos 156 e 157 da Constituição. Os dispositivos são transcritos a seguir.

"Art. 156 - No caso de guerra ou a fim de preservar a integridade e a independência do País, o livre funcionamento dos Poderes e de suas instituições, quando gravemente ameaçadas ou atingidos por fatores de subversão, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá decretar o estado de sítio.

§ 1º - O decreto de estado de sítio especificará as regiões que essa providência abrangerá e as normas a serem observadas, bem como nomeará as pessoas incumbidas de sua execução.

§ 2º - O estado de sítio autoriza as seguintes medidas coercitivas*:

.....

Art. 157 . Findo o estado de sítio cessarão os seus efeitos e o Presidente da República, dentro de 30 (trinta) dias, enviará mensagem ao Congresso Nacional com a justificação das providências adotadas.

Parágrafo Único - A inobservância de qualquer das prescrições relativas ao estado de sítio tornará ilegal a coação e permitirá ao paciente recorrer ao Poder Judiciário."

*N.A. Os grifos que aparecem no § 2º, são do Autor.

O estado de sítio é instituto também de defesa do Estado. O legislador brasileiro o torna, contudo, amplamente abrangente de restrição de direitos, ao admitir inclusive que o Congresso Nacional possa, mediante lei, votada durante a sua vigência, de terminar a suspensão de outras garantias constitucionais, além daquelas que a simples decretação do sítio já subtrai do patrimônio pessoal.

3.3.3. ESTADO DE EMERGÊNCIA

A Emenda Constitucional número 11, de 13 de outubro de 1978, introduziu na Constituição Federal além das medidas de emergência, o estado de emergência. Vejam-se os termos com que este instituto foi incorporado ao Direito Constitucional Brasileiro.

"Art. 158 - O Presidente da República, ouvido o Conselho Constitucional (art. 159), poderá decretar o estado de emergência, quando forem exigidas providências imediatas, em caso de guerra, bem como para impedir ou repelir as atividades subversivas* a que se refere o art. 156.

§ 1º - O decreto que declara o estado de emergência determinará o tempo de sua duração, especificará regiões a serem atingidas e indicará as medidas coercitivas* que vigorarão, dentre as discriminadas no art. 156, § 2º.

.....

*N.A. Os grifos que aparecem no Art. 158 e § 1º, são do Autor.

Não é aqui a intenção de distinguir o estado de sítio do estado de emergência, nem é propósito tão pouco fixar em que ambos se assemelham ou se distinguem das medidas de emergência. Os três institutos refletem ao Presidente da República um largo e amplo arbítrio para limitar o exercício dos direitos pessoais constitucionais. Para o escopo deste trabalho, vale, em outra linha, um raciocínio sobre estes três instrumentos constitucionais postos à disposição do Presidente da República.

3.4. NAÇÃO VERSUS ESTADO: A QUESTÃO QUE PERDURA CRUCIAL

O Estado não deve ser indefeso em face da Nação, ou de parte dela, que o queira submergir ou subverter. Mas o Estado não se esgota no titular do Poder Executivo. A Nação representa muito mais no Poder Legislativo do que no Executivo. Deixar, pois, ao Executivo o poder maior de restringir direitos, parece exagero a excluir ou, pelo menos, a repartir. Mas, não é só isso. O Estado, por definição é criação das pessoas humanas para o serviço delas. Instrumental como é, em nenhum momento o Estado pode preferir-se na ação às pessoas, pelo poder que detem e que lhe foi transmitido pelos seus criadores. O serviço às pessoas, dever do Estado, obriga-o a duas funções básicas: às prestações de prosperidade e às prestações de segurança das pessoas para o exercício comum e pleno da vida. As prestações da prosperidade contemplam obrigatoriamente o desenvolvimento que inclui também o enriquecimento material das pessoas para a realização de cada um e para a consecução do bem comum. A raiz da emergência econômica como explicitadora de direitos aí tem seu embrião. As situações excepcionais que interrompem o processo produtivo e destroem patrimônios que nele se alocam, precisam ser recobertas pelo Estado enquanto mandatário da Nação. Ademais, a noção de segurança, pessoal ou coletiva, envolve a disponibilidade atual e permanente dos bens ou meios suficientes para saldar necessidades que a todo momento assaltam as pessoas e as coletividades. O dever da segurança convalida pois e igualmente, a decretação da emergência econômica para que, a partir do momento em que se reconheça a excepcionalidade, todo um elenco de normas especiais ou de normas comuns ree

nergizadoras, promova ou facilite o reencontro do caminho interrompido da prosperidade e restaure quanto possa a sensação rompida da segurança.

O estado de sítio, o estado de emergência e as medidas de emergência privilegiam o Estado sobre a Cidadania e, pela derrogação imediata dos direitos fundamentais, pretendem acudir a Nação. A Nação, potencial beneficiária das medidas de execução, se o for, se-los-á apenas num segundo momento. Primeiro é o Estado que se fortalece pelo silenciamento de vozes oponentes, pela difusão do temor, pela supressão da liberdade. As medidas excepcionais tendem a impor uma única verdade pelo fato de anularem ou silenciarem a verdade contraditória.

O estado de emergência econômica, ao contrário, pelo fato de que reconhece e atualiza direitos, impulsiona a cidadania à ação, dando-lhe instrumentos e meios oportunos e adequados para nela se empenhar. Como se imagina, a regulamentação do estado de emergência econômica, objeto de Lei Complementar, conterá todas as normas indispensáveis e suficientes para restaurar patrimônios (aspecto material) e reinstalar a confiança (aspecto psicossocial) abrindo rumo à retomada e expansão do processo produtivo.

O estado de emergência econômica é um instituto que serve imediatamente à Sociedade que a vê primeiro antes de ver o Estado; é um instituto dirigido para as pessoas humanas e as suas projeções imediatas, as Comunidades e as Organizações.

3.5. A EXCEPCIONALIDADE DECRETADA TEM POR FIM EXPLICITAR DIREITOS, E GERAR, IMPLEMENTAR E EXECUTAR MEDIDAS ECONÔMICAS, POLÍTICAS, PSICOSSOCIAIS E MILITARES.

A decretação do estado de emergência econômica é decorrente de um momento de perplexidade psicossocial. Em princípio, a situação que obriga a emergência econômica é a atual ou potencialmente crucial. Os subsistemas componentes da sociedade estarão em colapso, ou a beira dele. O subsistema econômico que responde pelos bens e serviços, pela ocupação do fator humano, e dos recursos de capital, pela aplicação das tecnologias de organização e de produção, se verifica, de inopino (fator surpresa), total ou parcialmente incapaz de dar sequência ao que lhe é específico, por causas extraordinárias, independentes da vontade das pessoas e acima da sua capacidade imediata de regulamento ou superação. Indispensável é, portanto, para a restauração da normalidade do subsistema econômico uma intervenção. A excepcionalidade do estado de emergência viabiliza modalidades diversas e sempre expeditas de intervenção para a normalização do processo produtivo. A emergência possibilita, por exemplo a normalização de meios extraordinários, a simplificação contratual, o adiamento de prazos contratuais, e tudo o mais quanto possa ser útil ao novo impulso produtivo. Nada, medida nenhuma, atualmente útil ou potencialmente útil, deve ser excluída de estar presente na superação da emergência. Por isso, a toda emergência decretada deve corresponder a um plano previamente elaborado a ser ajustado perante o fato concreto. Aqui a intenção é a de anotar que a emergência econômica, como hipótese provável, deve materializar-se num futuro qualquer; deve ser coberta por um

planejamento antecipado, planejamento este que levante alternativas e cursos de ação, e que defina os meios para implementar e executar as ações, e que identifique os órgãos a acionar e os respectivos papéis e encargos. Perante o fato da interdependência entre os subsistemas da Sociedade, as medidas que o plano emergencial conterà, contemplarão os aspectos que fazem a realidade na qual se movem as pessoas e as organizações atuam.

3.6. AS MEDIDAS DEVEM SER SUFICIENTES PARA PREVENIR, ATENUAR E RECUPERAR DANOS ATUAIS E POTENCIAIS.

A idéia é de que toda emergência econômica previsível seja objeto de um planejamento de superação, específico e tão por menorizado quanto permitam as técnicas de planejamento. Um exemplo esclarece. o Vale do Itajaí em Santa Catarina, está sujeito a enchentes periódicas. As obras de defesa contra as enchentes (solução permanente) ainda não são suficientes para assegurar que as cheias não mais acontecerão. Segue-se que as cheias, sendo possíveis, poderão portanto ocorrer. Experiências anteriores coletadas possibilitam um exercício relevante de planejamento para restaurar, quando for o caso, o processo produtivo. Impõe, portanto, primeiro que haja um plano específico para o resguardo e a reativação da economia do Vale do Itajaí, no caso de Calamidades; segundo, que as medidas e os recursos alinhados pelo plano sejam efetivamente suficientes e oportunamente dinamizados.

Todas as áreas e regiões nacionais potencialmente sujeitas a calamidades deverão, pois, ser submetidas a um processo de planejamento de superação de catástrofe. É a existência de planos que poderá tornar eficazes as medidas que decorrerão da emergência econômica.

A guerra ninguém quer. Mas os Estados-Maiores das Forças Armadas de todo o mundo produzem permanentemente, planos de guerras e de batalhas que provavelmente nunca se tornarão reais. Calamidade também ninguém deseja. Mas como a catástrofe é um dado da vida, impõe-se que sobre ela se detenham a Sociedade e o Estado, para planejarem os caminhos de vencê-la.

Em países como o Japão, as populações aceitam até fazer ensaíos gerais para realizar jogos, receber visitantes ilustres, cujo evento possa vir a causar entraves no trânsito e nas comunica-ções.

Nesse País, aliás, existe o "dia da calamidade", no qual se promovem palestras sobre prevenção, se fazem exercícios preventivos contra maremotos, terremotos e erupções vulcânicas.*

*N.A. Estas informações foram fornecidas pelo atual Deputado Neudy Massolini, coletadas quando de sua viagem ao Japão, na época em que era Secretário da Justiça do Governo do Estado de Santa Catarina, em 1980.

3.7. OS DANOS ATUAIS E POTENCIAIS DEVEM SER REFERIDOS A PESSOAS FÍSICAS, FAMÍLIAS, COMUNIDADES E ORGANIZAÇÕES DE TODA NATUREZA.

As calamidades não escolhem vítimas, atingem a todos in distintamente. Mas nem todos os alcançados tem igual capacidade de recuperação. Este é um fato a considerar nos planejamentos . Outro fato é que sendo universal a catástrofe (no sentido de que não exclui ninguém que esteja no seu palco), a responsabilidade pelo planejamento também se universaliza.

Estes dois princípios - o da desigualdade de meios e o da universalidade da catástrofe - induzem a algumas considerações:

numa calamidade, se fundem na destruição:

- patrimônios pessoais;
- patrimônios familiares;
- patrimônios comunitários;
- patrimônios organizacionais (sem exclusão de gênero);
- patrimônios públicos.

A reposição dos patrimônios é uma responsabilidade comum a quem o perdeu e à Sociedade (Estado), em proporção ao poder (capacidade) de cada um.

A reposição patrimonial pode assumir várias formas, indo de uma que simplesmente repõe o item destruído até a forma mais complexa de financiamento, a taxas adequadas de reconstituição patrimonial ou de construção ou reconstrução de Unidades produtivas ou de prestação de serviços.

Os patrimônios também são referíveis à qualidade, valores, símbolos, modos de ser, modelos de convivência social, em suma. Estes aspectos patrimoniais não são suscetíveis de avaliação (não são mensuráveis em dinheiro, cruzeiro, dolar ou marco), estão acima das quantidades. Mas não se isentam de deteriorização, de arruinamento. Podem dissolver-se nas águas de uma enchente, na fúria de uma guerra, e igualmente podem restaurar-se, se criarem condições às pessoas para que renasçam da ruína e se refaçam da tragédia.

3.8. OS DANOS DEVEM SER REFERIDOS À CAUSA OU CAUSAS DA EXCEPCIONALIDADE RECONHECIDA.

A emergência econômica se decreta em razão de causas excepcionais. Duas podem ser as causas da excepcionalidade:

causas naturais ou externas e,
causas humanas ou sociais ou internas.

Dois documentos técnicos orientam aqui o texto:¹

1. Calamidades Brasileiras e,
2. Calamidades naturais.

Sobre estes dois documentos muito próximos entre si, abordam os conteúdos a seguir: definição de calamidade; classificação; descrição; definição ou conceituação das modalidades que podem assumir.

3.8.1. DEFINIÇÃO DE CALAMIDADE

As definições de calamidade variam muito. Algumas são postas à disposição do leitor, procedentes estas de dicionários e outras de órgãos ou agências que têm por tarefa preocupar-se com as calamidades.

Enciclopédia Britânica = "Privação das necessidades essenciais da vida devido aos desastres naturais resultantes de inundação, fogo, terremoto, furacão ou catástrofe semelhante.

¹Tenan, C. Luiz. Calamidades Brasileiras, RJ, 1974.

E do mesmo autor, Calamidades Naturais Sunab - RJ.

O termo se aplica também às comunidades e pessoas sofrendo dos efeitos da guerra ou opressão política ou preconceitos de massa, causando privação física ou econômica."

Dicionário de Webster: "Acontecimento imprevisto e prejudicial que ocorre, às vezes, repentinamente devido a uma culpável falta de previsão ou a um agente externo adverso".

Entre as concepções outras, recolhem-se as seguintes:

Cruz Vermelha "A calamidade é definida como sendo uma situação catastrófica em que um grande número de pessoas é lançado a um estado de infortúnio e grandes sofrimentos, carecendo de alimentação, roupa, serviços médicos, enfermagem, informações e outras necessidades básicas de sobrevivência".

Defesa Civil Americana: "Ocorrência de tal natureza de modo a envolver a saúde e/ou segurança de uma comunidade ou uma grande área, ou a saúde ou a segurança de qualquer grupo de indivíduos, em sua área isolada, para os quais não estão disponí-veis os meios normais de comunicação, incluindo, mas não límitando, inundações, terremotos, furacões, explosões, acidentes aéreos ou ferroviários e consequências de ataques armados".

Os sociólogos também, necessariamente, incursionaram no campo, e a seguir se transcrevem as colocações de três deles.

Allen Barton;* "Situação de "stress" coletivo, quando muitos membros de um sistema social deixam de receber deste as condições esperadas de sobrevivência. Pode ser provocada por causa externa ou interna do sistema.

*Extraído da Obra de C.L.Tenan - Calamidades Naturais, pag. 8

Charles Fritz: "Ocorrência súbita, inesperada ou extraordinária, atingindo uma família, ou um pequeno grupo, uma nação ou todo o mundo, Um evento, concentrado no tempo e no espaço, no qual uma sociedade, ou uma subdivisão da mesma, relativamente auto-suficiente, incorre em severo perigo e sofre perdas de seus membros e bens físicos, de modo a provocar rompimento da estrutura social, impedindo a realização de todas ou algumas das funções essenciais",

Bricton: "Interrupção súbita das atividades normais da vida por fenômenos sem controle".

3.8.2. CLASSIFICAÇÃO DAS CALAMIDADES

Coroliano Luiz Tenan, o autor de que se nutre o texto aqui, diz:¹

"De maneira geral as calamidades podem ser divididas em duas grandes classes, conforme sua origem. Esta pode ser de procedência externa ou interna, isto é, produzida por fatores independentes da comunidade ou intimamente ligados à mesma.

As calamidades de origem interna são representadas pelas guerras convencionais, nucleares, químicas e biológicas, pelas crises sociais, incêndios urbanos e portuários, pelos desastres

*As definições acima, foram extraídas da obra de C.L.Tenan, Calamidades Naturais, às pag. 8, 9 e 10.

¹Tenan, C.L. Calamidades Brasileiras, RJ, 1974 - pag. 24 e seguintes.

de tráfego aéreo, marítimo, rodoviário e ferroviário, pelas epidemias, etc. As calamidades de origem interna são geradas e sofridas pelo próprio homem que castiga a si próprio, podendo, pois, evitar suas tristes consequências usando a técnica, a prudência e o bom senso, acima de tudo.

As calamidades de origem externa ocorrem independentes da participação do homem, podendo este, contudo, tomar determinadas providências no sentido de minimizar seus efeitos. Os técnicos as denominam = calamidades naturais = por serem provocadas por fenômenos e desequilíbrio da natureza.

Com exceção de uma única calamidade produzida por meteoróides, de origem sideral, todas as demais calamidades têm causa terrestre. Se deixarmos de lado as calamidades de origem animal e vegetal, consequências de desequilíbrio biológico, a causa principal dos fenômenos naturais reside na geodinâmica terrestre, assunto este ligado à geologia física.

A geodinâmica terrestre compreende a geodinâmica externa e interna. A geodinâmica externa, entre outros, estuda os fenômenos ligados à Meteorologia e Hidrologia. A geodinâmica interna se interessa pelos fenômenos que ocorrem em consequência de distúrbios oriundos do interior do globo terrestre, tratados especialmente pela Sismologia e Vulcanologia".

3.8.2.1. CALAMIDADES NATURAIS

Sobre esta concepção geral se pode prosseguir para listar as calamidades naturais segundo a respectiva classificação,

por espécie ou origem:

	Terremotos
	Maremotos
Geológicas	"Tsunamis"
	Erupções Vulcânicas
	Deslizamentos
	Furacões
	Tornados
	Trombas d'água
	Avalanches
Meteorológicas	Inundações
	Secas
	Granizo
	Vendavais
	Raio
	Incêndios Florestais
	Geadas
Siderais	Meteoróides
Origem Animal	Pragas Animais

Ao todo são dezenove espécies de calamidades naturais. Estas que se relacionaram acima, nem todas ocorrem no Brasil, ou

d'isso se tem registro ou memória.

As calamidades podem também classificar-se em extensão, modalidade, duração e frequência. Então o quadro que pode surgir é o que aparece abaixo, transcrito de Tenan.¹

- "Extensão: Nacional, regional, estadual e municipal*
 Modalidade: Concentrada, generalizada e composta (resultante da soma de fenômenos inicial e colateral).
 Duração: Rápida (tornado), prolongada (seca) e crônica (ratos).
 Frequência: Simples, dupla ou tripla. Quando a mesma espécie de calamidade se repete, somando efeitos (inundações de Recife de 20 de julho e 10 de agosto de 1970, totalizando 194 mortos e 74.000 flagelados)".

O Vale do Itajaí sofreu sete enchentes ao longo de trinta dias. O Rio Iguaçu manteve embaixo d'água durante mais de trinta dias as cidades e comunidades catarinenses do seu Vale. 70% do território estadual foram atingidos e 250 mil flagelados foram recenseados e incluídos entre os que receberam apoio e ajuda da mais extraordinária mobilização nacional por motivo de calamidade.

¹Tenan, C.Luiz. Calamidades Naturais, RJ, pag. 12

*N.A. Nós acrescentaríamos, as expressões micro-regional e macro-regional, antes de municipal.

3.8.2.2. CALAMIDADES HUMANAS (SOCIAIS OU INTERNAS)

As calamidades humanas, segundo Tenan*, são listadas a seguir:

- "Guerras Com as epidemias não controladas, constituem os maiores flagelos da humanidade.
- a) guerra convencional: as guerras mundiais de 1914 e 1939, sem citar outras guerras do passado próximo e longínquo. Durante a primeira guerra mundial, ocorreram 15 milhões de vítimas, incluindo 10 milhões de mortos. O custo total da guerra atingiu a 338 bilhões de dólares.
- A segunda guerra mundial causou a morte ou desaparecimento de 141/2 milhões de militares e entre a população civil 13 milhões de mortos. O custo das perdas de equipamentos militares ascendeu a 1 trilhão de dólares.. Os danos materiais da propriedade privada chegaram a 800 bilhões de dólares. Perderam-se 4.770 navios mercantes, equivalendo a uma tonelagem bruta de 21 milhões;
- b) guerra nuclear: talvez seja a próxima guerra de caráter mundial. Uma simples amostra do que poderá ocorrer, mas em escala mi

*N.A. As calamidades que compõem o elenco, foram conceituadas a partir do documento de C.L. Tenan, antes referido, pag. 26 a pag. 34.

lhares de vezes maior, é representada pelo bombardeio de Hiroshima (bomba de urânio) e de Nagasaki (bomba de plutônio). Estes dois engenhos de fusão nuclear possuíam uma potência individual bem modesta de 20 quílotons, quando comparados com as armas termonucleares (bomba de hidrogênio) superiores a 20 megatons.

c) guerra química: emprega agressivos químicos como gases, líquidos e sólidos, produzindo efeitos fisiológicos variados;

d) guerra biológica: utiliza vírus e bactérias. Atinge o homem, os animais e produção agrícola;

e) revoluções: são as guerras internas. Costumam ser de grande violência, devido à exaltação exacerbada dos ânimos, como ocorreu na Espanha e atualmente na Irlanda e Chile.

Transporte

Apesar do avanço tecnológico aplicado a todos os ramos do transporte, os acidentes continuam ocorrendo com todo o cortejo de vítimas e danos, pelo simples motivo que o homem não acompanhou moralmente o grande desenvolvimento industrial.

a) Rodoviários (...)

- b) ferroviários (...);
- c) aéreo (...);
- d) marítimo e fluvial (...).

Incêndios

Com o desenvolvimento urbano e industrial, cresceram os casos de incêndio, enquanto que a legislação preventiva se manteve estacionária. Além disso, os equipamentos de extinção são de alto custo. Poucas cidades brasileiras dispõem de organizações contra incêndio de eficiência razoável.

- a) urbanos (...);
- b) portuários (...);
- c) marítimos (...);
- d) refinarias (...).

Epidemias e Endemias

Infelizmente, por deficiência e insuficiência de medidas de medicina preventiva, podemos citar surtos de impaludismo, esquis-tossomose, leishmaniose, (baixada fluminense), filária, meningite (São Paulo), bubô-nica (Ceará e Bahia) e varíola. Dados atualizados confirmam a existência de 10 milhões de brasileiros portadores de esquis-tossomose.

- Contaminação** Casos afetando a coletividade são raros. Tí vemos uma ocorrência no Rio Grande do Sul em 16.04.74, com 6 mortos e 658 doentes, com a perda de 1549 bois, 121 ovelhas e 225 suí nos..
- Poluição** Consequência do desenvolvimento acelerado e descontrolado. O Brasil já está sentindo os efeitos da poluição aérea nas zonas indus-triais (São Paulo, Rio, Porto Alegre), polui-ção pluvial, nos rios que atravessam áreas industrializadas (Rio Paraíba) e marítima (Baia de Guanabara, orla marítima e plata-forma continental).
- Explosões** Tivemos dois casos de vulto. O primeiro foi a explosão do gasômetro de Santos, em 1967, com um saldo de 200 feridos, O segundo ocor-reu na Refinaria Duque de Caxias, no Estado do Rio, em 72, com 28 mortos e 70 feridos.*
- Falhas Estruturais** São acontecimentos raros, mas ficam profun-damente gravados na mente popular, princi-palmente pelos processos judiciais relativos

a responsabilidade e indenizações. Podemos citar o desabamento do elevador Paulo de Frontim, no Rio, em 20 de novembro de 1971, com 27 vítimas. Causou grande impacto popular.

Crise de
Energia e
Iluminação

Imaginem uma cidade do tamanho de Nova Iorque ou Londres, sem iluminação e sem energia.

Destruição da
Fauna e da
Flora

Afeta inexoravelmente a sobrevivência humana.
Causas principais.

- a) caça desordenada (...);
- b) pesca desordenada quanto à época, área, método (tamanho da malha) e quantidade (overfishing) (...);
- c) eliminação ou transformação de biótipos;
- d) introdução de plantas e animais exógenos;
- e) introdução de parasitas e pragas alóctones;
- f) emprego de herbicidas e desfolhamentos (...);
- g) abusos de pesticidas, especialmente DDT, exterminando a microfauna.

Depredação do Solo Impõe-se a proteção do solo, donde é extraída a maior parte dos alimentos. Contribuem para a ruína do solo os seguintes fatores:

- a) pastoreio excessivo e descontrolado , com carga unitária excessiva;
- b) desfolhamento desordenado para:
 - extração de plantio, fazendo queimadas produção de carvão vegetal;
- c) má gestão agrícola, por:
 - exagero de remédios, pesticidas e herbicidas; monocultura (café, cana de açúcar e batata) plantações industriais (eucaliptos);
- d) detritos industriais e de mineração;
- e) introdução de animais exógenos (coelhos, na Austrália). (...)

Alteração da biosfera Aumento de carbonos e diminuição de oxigênio. Principais causas:

- a) aumento das combustões artificiais;
- b) destruição da vegetação natural;
- c) poluições esterilizantes;
- d) poluição térmica dos mares, perturbando a fixação do gás carbônico.
- e) destruição da camada de ozônio pelos aviões a jato, em grande altura.

Exaurimento dos combustíveis

Já é notória a crise do petróleo. Virá depois a do carvão.

Exaurimento dos recursos minerais

O ferro, o manganês, o alumínio e outros minérios, já tem época prefixada de extinção, dependendo tudo da conduta do homem em sua utilização, com mais sabedoria.

Falta de água potável

O maior consumo d'água é atribuído à utilização industrial. São a reciclagem, a recuperação e o uso controlado poderão dar solução a este grande problema (...).

Calamidades sociais

São as chagas do falso progresso, frutos da intolerância, do desinteresse comunitário, da incapacidade de coexistência e convivência:

- a) perseguições religiosas (...);
- b) problemas raciais (...);
- c) perseguições políticas (...);
- d) greves (...);
- e) tumultos e desordens (...);
- f) banditismo urbano e regional (...);
- g) desemprego (...);
- h) mendicância (...);
- i) retenção de gêneros e produtos (...);
- j) pânico (...);

- k) sabotagem;
- l) boatos falsos ou alarmantes;
- m) falsa propaganda;
- n) subnutrição por ignorância ou baixo poder aquisitivo (...);
- o) condições sub-humanas de trabalho (...);
- p) desaparecimento de pessoas (...);
- q) migrações(...).

Crescimento
demográfico e
econômico
irrestrito

Caso não sejam estabelecidos limites aceitáveis para este crescimento que se tornou superexponencial, toda a humanidade poderá vir a sofrer as seguintes consequências:

- a) fome generalizada;
- b) exaurimento dos recursos não renováveis: combustíveis, ferro, alumínio, cobre, etc ;
- c) poluição generalizada, com crescimento exponencial;
- d) colapso demográfico e econômico, que não será mais do que a Calamidade Total que atingirá todo o gênero humano.

Segundo os cientistas, a Calamidade Total é inevitável pela simples razão de que a Terra é finita. O que se poderá fazer de melhor é adiar este macabro acontecimento pela fixação de limites para o crescimento demográfico e econômico. O crescimento demográfico sempre foi regulado pelos "feedback"

da natalidade e mortalidade. Como a taxa de natalidade sobrepujou, nos últimos séculos, extraordinariamente a taxa de mortalidade, é evidentemente que é sobre a natalidade que temos que impor restrições de modo a achatar a curva demográfica, tirando-lhe o formato super-exponencial. Sugerem os cientistas* reduzir o número de filhos a dois por casal, como já vem sendo feito na China Continental.

Quanto ao crescimento econômico, responsável pelo esgotamento dos recursos não renováveis, os cientistas recomendam moderação e aplicação, tanto quanto possível, das técnicas de reciclagem e recuperação, utilizando também o emprego de substitutivos.

Tudo isso que acabamos de dizer não significa pessimismo. Os cientistas não são otimistas nem pessimistas, mas sim, realistas."

*N.A. Este texto foi escrito pelo autor já citado, em 1974, na obra Calamidades Brasileiras, pag. 33 e 34.

3.8.3. DESCRIÇÃO, DEFINIÇÃO OU CONCEITUAÇÃO DAS ESPÉCIES DE CALAMIDADES.

O Brasil está fora de algumas das calamidades naturais. Veja-se o que observa Tenan a este propósito:

- "a) os terremotos, de origem tectônica, não ocorrem em vista da ausência de falhas geológicas da crosta terrestre. Os pequenos tremores noticiados são microsismos causados por acomodação subterrânea de camadas geológicas.
- b) Erupções vulcânicas não acontecem no Brasil, devido à ausência de vulcões ativos ou recentemente extintos.
- c) Maremotos e "tsunâmis" são fenômenos mais comuns na bacia do Pacífico. O fundo do Atlântico Sul é relativamente estável, apesar da característica sísmica e vulcânica da Codilheira Submarina Centro-Atlântica do Sul.

A ausência destas cinco, faz com que o Brasil possa ser afetado pelas calamidades outras, a saber, em número de doze:

Deslizamentos,
inundações,
secas,
granizo,
vendavais,
tornados e trombas d'água (raridade),
raios,

incêndios florestais,
geadas,
meteoróides (remota possibilidade)
pragas animais,
pragas vegetais.

Uma breve conceituação de cada uma das modalidades de calamidade possível de ocorrer no Brasil é justificável e por isso se incluem neste documento, em anexo.

3.9. AS MEDIDAS BENEFICIAM ENQUANTO DUREM OS EFEITOS E AS REPERCUSSÕES DE CALAMIDADES.

As medidas a adotar, decorrentes da emergência, são várias. Disso já se tratou. Outros princípios são de que as medidas sejam oportunas (enquanto ao momento da implantação e execução), adequadas (quanto ao tipo e intensidade), e duradouras no tempo, de modo a recobrir não apenas a fase aguda, mas o período todo em que perdurarem os efeitos e as repercussões da catástrofe.

Os especialistas* estabelecem sete fases para uma calamidade, nomeadamente se a sua causa for natural. Na sequência cronológica, as fases são:

"pré-calamidades, pré-impacto, impacto ou emergência, calamidade declarada, reabilitação, recuperação e prevenção. As fases de pré-impacto, emergência, calamidades, reabilitação e recuperação, estão situadas dentro da faixa de anormalidade, enquanto que a pré-calamidade e prevenção fazem parte da normalidade vigiada ou controlada".

Para cada fase há necessidade de medidas gerais e específicas, disponibilizadas e ao alcance do sistema econômico. A reabilitação e a recuperação do processo produtivo apanhado por calamidade natural tendem a ser tão mais lentas quanto mais intensas e prolongada a calamidade. A catástrofe de 1983 de Santa Catarina, repetida e, 1984, abalou profundamente o sistema econômico. A perda do

*N.A. Descrição encontrada no trabalho de L.C. Tenan, citado anteriormente.

produto em 1983¹, (o PIB de Santa Catarina decresceu 4,23% sobre o PIB de 1982) é disso um testemunho. A procura de novos sítios de localização (transferência de empresas para áreas não afetáveis no Vale do Itajaí) retarda investimentos de expansão, desmobiliza fatores em algumas regiões, sem mobilizar imediatamente os fatores nas áreas agora eleitas para sediar o novo negócio ou a expansão da atividade atingida pela catástrofe. Este e outros argumentos indicam que as medidas para a reabilitação e a recuperação, em especial, do sistema econômico, não podem ser meramente casuístas, não devem integrar-se mesmo e até em um plano abrangente de redensenvolvimento econômico. A cessação da política de reabilitação e recuperação coincidirá pois, com a retomada e a expansão do sistema econômico.

No entendimento de que a calamidade deva ser acudida também ao longo de suas repercussões, o Governo de Santa Catarina apresentou ao da União, postulação que objetiva fazer disponíveis recursos que possam restabelecer (quanto possível) as condições catarinenses existentes antes das catástrofes. O documento que quantifica esta demanda, figura anexo a este capítulo.

¹ Gabinete do Planejamento e Coordenação Geral do Governo do Estado de Santa Catarina, 1984.

ANEXO V

PEDIDO DE RECURSO FINANCEIRO DO GOVERNO DE SANTA CATARINA
AO DA REPÚBLICA, PARA A RECONSTRUÇÃO CATARINENSE.ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE EXTRAORDINÁRIO DE RECONSTRUÇÃO

Of. Circular nº 018/84GSER Florianópolis, 10 de setembro de 1984.

Exmo. Sr.
Deputado VASCO FERNANDE FURLAN
Assembléia Legislativa
Nesta

Senhor Deputado,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a V.Exa. cópia do documento sintetizando as solicitações do Governo do Estado ao Governo da União, para o prosseguimento do Programa Especial de Reconstrução de Santa Catarina, entregue hoje pelo Secretário da Reconstrução ao Ministro Del fim Netto.

Valho-me da oportunidade para renovar a V.Exa. minhas atenciosas saudações.

Flávio Roberto Collaço
Secretário-Adjunto para a Reconstrução

Fonte: Secretaria Extraordinária para a Reconstrução
do Governo do Estado de Santa Catarina.

PROGRAMA ESPECIAL DE RECONSTRUÇÃO DO ESTADO

I - 1983 - SOLICITAÇÕES JÁ APROVADAS E/OU EM FASE

FINAL DE TRAMITAÇÃO NA SEPLAN

TERMO DE REFERÊNCIA	OBJETO	VALOR SOLIC. CR\$ BIL.	VALOR APROV. CR\$ BIL.	CRONÔGRAMA DE DESEMBOLSO				OBSERVAÇÕES
				SET	OUT	NOV	DEZ	
Of. 1344/GSER, de 01.06.84 à SEPLAN	Escoamento de safras-rodovias e obras de arte estaduais	3,789		1,000	1,000	1,000	0,789	Projeto na SEPLAN Ministro em 08.06.84 assegurou a liberação.
Of. 1344/GSER, de 01.06.84 à SEPLAN	Escoamento de safras - rodovias e obras de arte municipais	2,600		1,000	1,000	0,600		Projeto na SEPLAN Ministro em 08.06.84 assegurou a liberação
Of. 1344/GSER, de 01.06.84 à SEPLAN	Recuperação de infra-estrutura urbana	2,000	2,000		0,500	0,500	1,000	Ministro assegurou atendimento, em agosto, pelo FINSOCIAL
Of. 1344/GSER, de 01.06.84 à SEPLAN	Recuperação de áreas litorâneas	2,000	2,000		0,500	0,500	1,000	Ministro assegurou atendimento, em agosto, pelo FINSOCIAL
Of. 1344/GSER, de 01.06.84 à SEPLAN	Programa Pró-Criança	0,500	0,500	0,500				Ministro assegurou atendimento, em agosto, pelo FINSOCIAL
Of. 1344/GSER, de 01.06.84 à SEPLAN	Recuperação do patrimônio cultural	0,200	0,100	0,100				Repasse prometido para a 1 ^a quinze na setembro
Of. 1344/GSER, de 01.06.84 à SEPLAN	Projeto Comunidade-empresa	0,500	0,250	0,250				Repasse prometido para a 1 ^a quinze na setembro
Of. 1344/GSER, de 01.06.84 à SEPLAN	Recuperação de equipamentos de esporte e lazer	0,200	0,200	0,200				Repasse prometido para a 1 ^a quinze na setembro
Of. 1344/GSER, de 01.06.84 à SEPLAN	Projeto de previsões de enchentes. Execução convênio Governo do Estado - DNAEE	0,600	0,050	0,050				Repasse prometido para a 1 ^a quinze na setembro
Of. 1344/GSER, de 01.06.84 à SEPLAN	Execução de obras de retificação de cursos d'água DNOS/SC	20,000	15,100					Repassados até o fim de agosto Cr\$ 12,250
Of. 1344/GSER, de 01.06.84 à SEPLAN	Reconstrução do cais acostado vel do Porto de Itajaí (PORTOBRÁS)	3,490	2,025					Solicitados mais Cr\$ 0,500 para proteção do cais e Cr\$ 1,500 dragagem

* PROGRAMA ESPECIAL DE RECONSTRUÇÃO DE SANTA CATARINA

SOLICITAÇÕES AO GOVERNO FEDERAL (1983-1984)

PROGRAMA ESPECIAL DE RECONSTRUÇÃO DO ESTADO

II - 1984 - SOLICITAÇÕES PARA ATENDER A OPERAÇÃO SOBREVIVÊNCIA
E A OBRAS E SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA	OBJETO	VALOR SOLIC. Cr\$ BIL.	VALOR APROV. Cr\$ BIL.	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO				OBSERVAÇÕES
				SET	OUT	NOV	DEZ	
Of. 674/GG, de 07.08.84 ao MINTER	Recursos para a execução da operação sobrevivência (aquisição de alimentos, vestuários e combustível, medicamentos e utensílios domésticos)	12,740	11,500	5,370				Repassados Cr\$ 6,130. Pela Portaria MINTER de 31.08.84, foram atribuídas a SC. Cr\$ 7,730
Of. 670/GG, de 07.08.84 ao MINTER	Prosseguimento das obras de construção da Barragem de Ibirama e retificação de cursos d'água	25,000	25,000	A critério		do DNOS		Os recursos foram aprovados para desembolso em janeiro-85. Se os pagamentos correrem a conta da dotação desse ano, cujo valor previsto é de Cr\$ 35,000, as obras voltarão a paralisar já no seu início.
Of. 671, de 07.08.84, ao MINTER com cópias a SEPLAN, MINIFAZ e Saúde.	Recursos para a reconstrução e recuperação de infraestrutura urbana, habitações e setores produtivos, em caráter de emergência	20,000	20,000	6,500	6,500	7,000		Aprovado pelo Sr. Presidente da República em despacho na EM 060, 08.08.84, do MINTER, Plano de Aplicação encaminhado a SUDESE e SEPLAN pelo Of. 707/GG, de 28.08.84.
Of. 682/GG, de 14.08.84 ao Sr. Presidente da República	Recursos para aquisição de equipamentos indispensáveis ao êxito da operação sobrevivência, nos setores do Sistema de Comunicações e Transportes da Defesa Civil, preservação de vidas humanas, trabalhos de saneamento ambiental, operação de salvamento e recuperação de esgotos e redes de abastecimento de águas	15,290	15,029	15,029				Aprovado pelo Sr. Presidente da República e, no momento, na SEPLAN para mobilização de recursos: Plano de aplicação já apresentado.

PROGRAMA ESPECIAL DE RECONSTRUÇÃO DO ESTADO

III - 1984 - SOLICITAÇÕES PARA ATENDER A OPERAÇÃO RECONSTRUÇÃO
- RECURSOS A FUNDO PERDIDO

TERMO DE REFERÊNCIA	OBJETO	RECURSOS SOLIC. CR\$ BTL.	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO				OBSERVAÇÕES
			SET	OUT	NOV	DEZ	
Of. 681/GG, de 14.08.84, ao Senhor Presidente da República; Of. 708/GG, de 03.9.84, a SEPLAN	Ampliação do Programa de Reconstrução de Propriedades Agrícolas, já em execução com recursos do FINSOCIAL.	20,000	5,000	5,000	5,000	5,000	Sugere-se corram os recursos à conta do FINSOCIAL e a aplicação mediante a constituição de fundo rotativo.
idem	Apoio à execução de amplo programa de recuperação de solos em 40.000 pequenas propriedades rurais	20,000	5,000	5,000	5,000	5,000	Sugere-se corram os recursos à conta do FINSOCIAL, para a Constituição de fundo rotativo.
idem	Apoio à implantação de programa de reposição de matrizes leiteiras na bacia do Itajaí	4,500	0,500	1,000	1,000	1,000	idem
idem	Apoio ao programa de reflorestamento do Estado, para a proteção do meio ambiente e controle de erosão	2,600		0,600	1,000	1,000	idem
idem	Recuperação de rodovias estaduais	22,239	5,000	5,000	5,000	7,239	Descontou-se do valor solicitado a quantia de cr\$ 4,350, incluída no programa de emergência: Of. nº 671/84
idem	Recuperação de rodovias municipais	16,321	4,000	4,000	4,000	4,321	Descontou-se do valor solicitado a quantia de Cr\$ 5,289, incluída no programa de emergência: Of. nº 671/84

PROGRAMA ESPECIAL DE RECONSTRUÇÃO DO ESTADO

III - 1984 - SOLICITAÇÕES PARA ATENDER A OPERAÇÃO RECONSTRUÇÃO

- RECURSOS A FUNDO PERDIDO

TERMO DE REFERÊNCIA	OBJETO	RECURSOS SOLIC. CR\$ BIL.	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO				OBSERVAÇÕES
			SET	OUT	NOV	DEZ	
Of. 681/GG, de 14.08.84, ao Senhor Presidente da República; Of. 708/GG, de 03.09.84, a SEPLAN	Recuperação de escolas	9,350	2,000	3,000	2,000	2,000	Descontou-se do montante solicitado a quantia de Cr\$ 2,000, incluída no programa de emergência Of. nº 671/84.
idem	Recuperação de reaparelhamento de unidades de saúde e saneamento. Dos recursos deferidos para a reparação dos danos relativos às cheias de 1983, falta repassar Cr\$ 2,099	0,200		0,100	0,100		Descontou-se do montante solicitado a quantia de Cr\$ 3,000, incluída no programa de emergência Of. nº 671/84
idem	Mutirão visando à reconstrução de habitações para a população de baixa renda e equipamentos de uso comunitário	7,600	2,000	2,000	2,000	1,600	Descontou-se a quantia de Cr\$ 2,000, incluída no programa emergência: Of. nº 671/84
idem	Recuperação do sistema de infraestrutura municipal	24,596	6,000	6,000	6,000	6,596	Descontou-se a quantia de Cr\$ 2,250, incluída no programa emergência: Of. nº 671/84
idem	Programa de atendimento à família carente, de acordo com os critérios aprovados pelo Conselho Extraordinário de Reconstrução	3,000	0,500	1,000	1,000	0,500	Sugere-se corram os recursos à conta do FIN-SOCIAL
idem	Implementação do projeto comunidade-empresa, voltado à relocação de micro e pequena empresas	5,000	1,000	2,000	1,000	1,000	Criação de fundo rotativo para a aplicação.
idem	Desenvolvimento do projeto "Manejo integração do solo em micro-bacias"	2,000	0,500	0,500	0,500	0,500	Experiência pioneira em Santa Catarina, para controle do processo de erosão
Of. 699/GG, de 28.08.84 a SEPLAN	Auxílio de emergência da União ao Estado, para recuperação de parte do ICM comprometido pelas cheias	12,000	5,000	5,000	1,000	1,000	Do montante do auxílio o Estado repassará 20% aos Municípios

PROGRAMA ESPECIAL DE RECONSTRUÇÃO DO ESTADO

IV - 1984 - SOLICITAÇÕES DE CRÉDITO

TERMO DE REFERÊNCIA	O B J E T O	VALOR EM CR\$ BILHÃO	OBSERVAÇÕES
Of. nº 681/GG, de 14.08.84 ao Senhor Presidente da República, para abertura de linha especial de crédito no âmbito do Banco do Brasil para a retomada do processo produtivo e consequente manutenção do nível de emprego (reativação do AFERSUL), obediência às seguintes condições: 1 ano de carência, 2 anos para pagamento, juros de 6% ao ano e correção monetária de 50% da variação da ORTN		60,000	Estimativa. Em 1983, foram aplicados Cr\$ 17,200
idem	Abertura de linha de crédito no âmbito do BNDES, para retomada do processo produtivo e consequente manutenção do nível de emprego (reativação do PROESC), observadas as seguintes condições: 1 ano de carência, 2 anos para pagamento, juros de 6% ao ano e correção monetária de 50% da variação da ORTN - Banco do Brasil	60,000	Estimativa. Em 1983, foram aplicados Cr\$ 10,138 e verificou-se expressivo número de solicitações não atendidas, em razão da falta de recursos.
idem	Crédito pessoal de até Cr\$ 1 milhão por família de mini e pequeno produtor rural, obedecido o limite de Cr\$ 300 mil por dependente. Juros de 6% ao ano e C.M. de 50% da variação da ORTN - Banco do Brasil	10,000	Estimativa. Em 1983, foram aplicados Cr\$ 22,000
idem	Crédito pessoal de até Cr\$ 1 milhão por família, obedecido o limite de Cr\$ 300 mil por dependente. Juros de 6% ao ano e C.M. de 50% da variação da ORTN - CEF	10,000	Estimativa. Em 1983, foram aplicados Cr\$ 2,800
idem	Financiamento para a reconstrução ou reforma de moradias atingidas pelas enchentes. Linha de crédito especial do BNH - CEF.	7,000	Estimativa. Em 1983, foram aplicados Cr\$ 7,100
idem	Linha de crédito para financiamento da transferência de equipamentos públicos localizados em áreas inundáveis	20,000	Estimativa. Propõe-se financiamento pelo FAS.
idem	Alocação de recursos ao PAMICRO (assistência a micro-empresad	15,000	Estimativa. Valor aplicado em 1983: Cr\$ 3,900 bilhões.

PROGRAMA ESPECIAL DE RECONSTRUÇÃO DO ESTADO

V - 1984 - SOLICITAÇÕES DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

64-F

TERMO DE REFERÊNCIA	O B J E T O	OBSERVAÇÕES
Of. nº 681. de 14.08.84, ao Senhor Presidente da República; Of. nº 708, de 03.09.84, à SEPLAN	Liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, incluídas as contas paralisadas, aplicando-se a estas os índices de correção monetária	Valor liberado em 1983: Cr\$ 52,000 bilhões
idem	Liberação do PIS/PASEP, incluídas as cotas de capital, para todos os beneficiários desses fundos, nas áreas atingidas	
idem	Sustentação da cobrança de 12 prestações vincendas nos contratos de financiamento do SFH e transferência das mesmas para o final do prazo para pagamento	
idem	Prorrogação do prazo para cumprimento das metas do BEFIEX	
idem	Inclusão, no orçamento da União para 1985, da dotação de Cr\$ 40,0 bilhões, vinculada à execução do Programa de Prevenção e Controle de Cheias do Estado, ou de Cr\$ 65,000 bilhões no caso de as despesas do corrente ano, a serem pagas em janeiro de 1985, couberem à conta dessa dotação.	
idem	Equipamento do Aeroporto de Lages, pelo Ministério da Aeronáutica, para funcionar como base alternativa para o suprimento da região do Alto Vale do Itajaí, em caso de enchentes	

PROGRAMA ESPECIAL DE RECONSTRUÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SÍNTESE DAS SOLICITAÇÕES AO GOVERNO DA UNIÃO

S O L I C I T A Ç Ã O	VALOR SOLICITADO DO CR\$ BILHÃO	VALOR JÁ APROVADO DO CR\$ BIL.	O B S E R V A Ç Õ E S
I - 1983 - Solicitações já aprovadas ou em fase final de tramitação na SEPLAN: <ul style="list-style-type: none"> • Recursos a fundo perdido • Suplementações de dotações do DNOS e PORTOBRÁS 	12,389 25,490	5,100 17,125	
II - 1984 - Solicitações para atender a operação sobrevivência e obras e serviços de emergência: <ul style="list-style-type: none"> • Recursos a fundo perdido • Suplementação de dotações do DNOS 	48,030 25,000	25,000	Se as despesas relativas ao DNOS correrem à conta da dotação do orçamento do próximo ano, cujo valor anunciado é de Cr\$ 35,000 bilhões, as obras sofrerão paralisação no início de 1985.
III - 1984- Solicitações para atender a operação reconstrução: <ul style="list-style-type: none"> • Recursos a fundo perdido 	149,406		
IV - 1984- Solicitações de créditos	182,000		
T O T A I S	442,315	47,225	

CAPÍTULO IV

4. POR QUE UMA DISPOSIÇÃO CONSTITUCIONAL E NÃO A LEI ORDINÁRIA PARA INSTITUCIONALIZAR O ESTA DO DE EMERGÊNCIA ECONÔMICA?

Nas sociedades, em geral, o direito, para valer às pessoas e às organizações, precisa ser explicitado. Quer-se ainda que o magistrado julgue segundo a lei disponível. Excepcionalmente apenas, o magistrado tem feito a lei, (jurisprudência*) nas Sociedades que preferem o seu arbítrio ao compromisso do Legislador.

O estado de emergência econômica dentro do qual ainda vive a Sociedade Catarinense pela catástrofe de julho-agosto de 1983 e pela calamidade de agosto de 1984, deve constituir-se em instituto jurídico, através de ato formal.

Como há uma hierarquia de normas e a norma constitucional é a de maior abrangência, infere-se que o estado de emergência econômica sendo um instituto para gerar direitos, só adquirirá significado, relevância e estatutura, se for previsto no texto constitucional. Do texto constitucional sai para a regulamentação, através de Lei Complementar.

Assim, quando o Presidente da República o decretar, o mecanismo legal dará as condições à praticidade e legalidade das medidas.

*N.A. Países como os Estados Unidos da América e Inglaterra, têm na Jurisprudência, a dinâmica do Direito.

CAPÍTULO V

5. COMO A CONSTITUIÇÃO EXPLICITARÁ O ESTADO DE EMERGÊNCIA ECONÔMICA?

Não se pretende aqui redigir o texto que configure o instituto tal como o deva conceber a Constituição. O exercício reproduz o caminho percorrido pela mente humana para exprimir uma proposição que poderá ser articulada num documento político-jurídico, por excelência a Constituição.

Assim, o que se sugere como indispensável de figurar na Constituição, como elemento constitutivo do estado de emergência econômica, compõe-se do seguinte:

- a) Definição do instituto estado de emergência econômica. A dissertação pretende oferecer informações adequadas e suficientes a alcançar este propósito.
- b) Circunstâncias para a decretação (fato que pode dar causa à decretação do estado de emergência).
- c) Competência para a decretação.
- d) Iniciativa para a decretação.
- e) Consequências práticas da decretação (Direitos objetivos que nascem para as pessoas e as organizações). O elenco destes direitos, que avançam sobre todos os ramos da legislação, figurará explicitamente na Lei Complementar. É necessário, mesmo que se deva dispor de legislação extraordinária para vigir durante o estado de emergência econômica.

- f) Execução do estado de emergência econômica (imagina-se que estado de emergência econômica tenha um executor, ou uma coordenação dos órgãos encarregados da execução, nomeado pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional). O executor será quem articulará todas as medidas e providências, estando acima das rotinas e dos procedimentos tradicionais, com acesso a todos os órgãos que possam ter a ver com o êxito das operações decorrentes da emergência econômica. (A Lei Complementar disso cuidará com ênfase).
- g) Prazo de vigência.
- h) Cessação. Relatório dos resultados, apreciação pelo Congresso.

CONCLUSÕES

O texto conduz às seguintes conclusões:

1^a - As Sociedades Humanas estão sujeitas a acontecimentos imprevistos e prejudiciais, decorrentes de causas naturais ou não, que podem dar curso a privações físicas e econômicas e a danos de igual natureza e ainda psicossociais e culturais. O vocábulo que recobre estes fatos é calamidade.

2^a - Toda sociedade tem direito à cobertura do risco da calamidade pelo Estado de sua situação.

3^a - A legislação brasileira de cobertura de risco da calamidade além de precária é insuficiente. A qualificação da sociedade brasileira alcançada nos últimos anos sugere um tratamento jurídico da calamidade compatível com o grau de desenvolvimento nacional.

4^a - Fatos calamitosos ocorridos no Estado de Santa Catarina em 1983 e 1984 evidenciaram a pobreza e a ineficácia dos instrumentos brasileiros para a superação dos efeitos e repercussões de calamidades, quando estas põem em perigo o próprio modelo de convivência social, construído ao longo de várias décadas.

5^a - A Constituição Brasileira vigente é pródiga em instrumentos jurídicos excepcionais para a segurança do Estado (medidas de emergência, estado de sítio, estado de emergência, es

tado de guerra), mas não contempla prestações jurídicas de defesa da Sociedade no caso de calamidade.

6^a. - Para acudir a Sociedade em caso de calamidade impõe inscrever na Constituição dispositivo que a ampare e a habilite a superar efeitos e repercussões de catástrofes e retomar a normalidade da vida econômica.

7^a. - O estado de emergência econômica é o instituto que sugere para estar na Constituição, com o propósito de, a partir dele, se decodificarem as normas indispensáveis e suficientes para restaurar patrimônios (aspecto material) e reinstalar a confiança (aspecto psicossocial), abrindo rumo à retomada e expansão do processo produtivo, após a calamidade.

8^a. - O estado de emergência econômica é concebido como a situação de excepcionalidade editada pelo Estado a benefício da sociedade, tendo por finalidade explicitar direitos e gerar, implementar e executar medidas econômicas, políticas, psicossociais e militares para, por meio delas prevenir, atenuar e recuperar danos atuais e potenciais que possam vir a sofrer ou tenham sofrido pessoas físicas, famílias, comunidades e organizações de toda a natureza, em decorrência de calamidade (naturais e humanas) e, enquanto durarem seus efeitos e repercussões, e de cuja superação dependa a normalização, a retomada e a expansão do processo produtivo.

9^a. - O estado de emergência econômica inscrito na Constituição será objeto de regulamentação por Lei Complementar.

Na Constituição deverão figurar os seguintes elementos:

- a) definição do instituto;
- b) circunstâncias que impõem a decretação do estado de emergência econômica;
- c) competência para a decretação;
- d) iniciativa para decretação;
- e) consequências práticas da decretação;
- f) execução do estado de emergência econômica;
- g) prazo de vigência e,
- h) cessação.

POST FACIO

Na apresentação da dissertação perante a Banca, o Autor deu conhecimento dos dados constantes dos gráficos anexos e que lhe foram encaminhados pela Secretaria Extraordinária da Reconstrução, na véspera.

ENCHENTES 1983 - 1984

DANOS AO SETOR PÚBLICO

(Em CR\$ Bilhão)

Nº ORDEM	GOVERNOS	1983	1984
01	FEDERAL	9,88	2,00*
02	ESTADUAL	34,90	47,06
03	MUNICIPAL	35,20	48,69
	T O T A I S	79,98	97,75

* - APENAS PORTO DE ITAJAÍ

ENCHENTES 1983 - 1984
DANOS AO SETOR PRIVADO
(Em CR\$ Bilhão)

OBJETO	1983	1984
1. AGRICULTURA	162,00	50,55
2. INDÚSTRIA	378,40	128,50
3. COMÉRCIO	66,40	36,65
4. HABITAÇÕES	28,80	9,60
T O T A I S	635,60	225,30

ENCHENTES 1983 - 1984

DANOS CAUSADOS

(Em CR\$ Bilhão)

SETOR	1983	1984
PÚBLICO	79,98	97,75
PRIVADO	635,60	225,30
T O T A I S	715,58	323,05

ENCHENTES 1983 - OPERAÇÃO RECONSTRUÇÃO

RECURSOS A FUNDO PERDIDO

(Em CR\$ Bilhão)

OBJETO	SOLICITADO	APROVADO	LIBERADO
1. RODOVIAS ESTADUAIS	5,000	3,000	3,000
2. RODOVIAS MUNICIPAIS	3,000	3,500	3,500
3. INFRA-ESTRUTURA URBANA	4,500	3,500	2,800
4. EDUCAÇÃO	13,620	6,852	6,040
5. SAÚDE	3,500	3,500	1,300
6. MUTIRÃO HABITAÇÃO	2,500	1,500	0,500
7. AGRICULTURA	25,000	12,000	12,000
8. ENERGIA ELÉTRICA	5,500	3,152	3,152
9. FINANÇAS PÚBLICAS	75,000	7,800	7,800
T O T A I S	137,620	44,804	40,092

ENCHENTES 1983 - OPERAÇÃO RECONSTRUÇÃO**SOLICITAÇÕES EM ANDAMENTO****(Em CR\$ Bilhão)**

OBJETO	SOLICITADO	LIBERADO	APROVADO
1. RODOVIAS ESTADUAIS	3,789		
2. RODOVIAS MUNICIPAIS	2,600	3,789	3,789
3. INFRA-ESTRUTURA URBANA	2,000	2,000	
4. ÁREAS LITORÂNEAS	2,000	2,000	
5. MUTIRÃO HABITAÇÃO	3,000	1,000	
6. PRÓ-CRIANÇA	0,500	0,500	
7. PATRIMÔNIO CULTURAL	0,200	0,100	0,100
8. COMUNIDADE-EMPRESA	0,500	0,250	0,250
9. ESPORTE E LAZER	0,200	0,200	0,200
10. PREVISÃO DE ENCHENTES	0,600	0,050	0,050
T O T A I S	15,389	6,100	4,389

ENCHENTES 1984 - OPERAÇÃO RECONSTRUÇÃO

SOLICITAÇÕES EM ANDAMENTO

(Em CR\$ Bilhão)

OBJETO	SOLICITADO	APROVADO
01. RODOVIAS ESTADUAIS	26,589	
02. RODOVIAS MUNICIPAIS	21,610	
03. INFRA-ESTRUTURA URBANA	26,846	
04. EDUCAÇÃO	11,350	
05. SAÚDE E SANEAMENTO	2,002	
06. MUTIRÃO HABITAÇÃO	9,600	
07. OBRAS SOCIAIS	3,000	
08. COMUNIDADE-EMPRESA	5,000	
09. AGRICULTURA	49,100	
10. PRÉDIOS PÚBLICOS	0,857	
11. EQUIPAMENTOS DIVERSOS	1,452	
12. FINANÇAS PÚBLICAS	12,000	
T O T A L	157,406	24,5

ENCHENTES 1984 - OPERAÇÃO RECONSTRUÇÃO

SOLICITAÇÕES DE CRÉDITO

(Em CR\$ Bilhão)

OBJETO	SOLICITADO
1. AFERSUL	60,000
2. PROESC	60,000
3. MINI-PRODUTOR	10,000
4. FAMILIAR	10,000
5. RECONSTRUÇÃO MORADIAS	7,000
6. EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	20,000
7. PAMICRO	15,000
T O T A L	182,000

BIBLIOGRAFIA

1. DOCUMENTOS OFICIAIS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

- 1.1. Proposta preliminar do Governo de Santa Catarina para a Reconstrução e a Retomada do Desenvolvimento.
- 1.2. As expectativas do Governo e da Sociedade de Santa Catarina em relação às decisões da Declaração da Excepcionalidade e da Reconstrução.
- 1.3. Decretos números 19.675 e 19.678 de 08 e 09/jul/83.
- 1.4. Pronunciamento do Governador Esperidião Amin Helou Filho ao Presidente da República em Exercício, Dr. Aureliano Chaves de Mendonça.
- 1.5. Decretos números 22.971 e 23.006 de 06 e 09/ago/84.
- 1.6. Pedido de Recursos Financeiros do Governo de Santa Catarina ao da República para a Reconstrução Catarinense.
- 1.7. Telex do Governo de Santa Catarina ao Presidente da República referente às cheias de 1984, solicitando recursos e relatando a nova catástrofe.
- 1.8. Documento do Governo de Santa Catarina ao da República para o Desenvolvimento da Operação Reconstrução.

2. DOCUMENTOS OFICIAIS DO GOVERNO FEDERAL

- 2.1. Portaria 021, de 02/mar/84 - MINTER, declara calamidade pública.
- 2.2. Portaria 082, de 08/ago/84 - MINTER - Declara calamidade

- 2.2. Portaria 082, de 08/ago/84 - MINTER - Declara calamidade pública.
- 2.3. Portaria 090, de 27/ago/84 - MINTER - Declara calamidade pública.
- 2.4. Portaria 089, de 27/ago/84 - MINTER - Declara situação de emergência.

3. DICIONÁRIOS

- 3.1. Aurélio Buarque de Holanda
- 3.2. Enciclopédia Britânica.
- 3.3. Dicionário de Webster.

4. JORNAIS

- 4.1. Jornal "O Estado" de 26/ago/84.

5. OUTROS

- 5.1. TENAN, C.Luiz. Calamidades Brasileiras.
2. ed. Rio de Janeiro, Sunab APD, 1974.
- 5.2. Quadro de Participação de Santa Catarina no Fundo de Participação dos Estados". Fonte: Sec.da Fazenda SC
- 5.3. Legislação Brasileira sobre Calamidades Públicas
 - 5.3.1. Constituição da República do Brasil.
 - 5.3.2. Decreto Lei nº 200/67 - Reforma Administrativa Federal.
- 5.4. TENAN, C.Luiz. Calamidades Naturais
Rio de Janeiro, Sunab - Setor de Assist.às Emergências

- 5.3.3. Decreto Lei nº 950/69 - Institui o FUNCAP.
- 5.3.4. Decreto Federal nº 67.347/70 - Cria o GEACAP.
- 5.3.5. Decreto Federal nº 66.204/70 - Regulamenta o FUNCAP.
- 5.3.6. Decreto Federal nº 68.718/71 - Altera o artigo do Decreto Federal nº 66.204/70.
- 5.4. Programa Especial de Reconstrução de Santa Catarina. Solicitações ao Governo Federal (1983/84).
- 5.5. Constituição do Estado de Santa Catarina.
- 5.6. Pronunciamento do Deputado Vasco Fernande Furlan - (Autor) em sessão de 09/ago/84, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

APÊNDICE "A"

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE CALAMIDADES PÚBLICAS

1. Constituição da República Federativa do Brasil.
2. Decreto Lei nº 200/67 - Reforma Administrativa Federal.
3. Decreto Lei nº 950/69 - Institui o FUNCAP.
4. Decreto Federal nº 67.347/70 - Cria o GEACAP.
5. Decreto Federal nº 66.204/70 - Regulamenta o FUNCAP.
6. Decreto Federal nº 68.718/71 - Altera o artigo do Decreto Federal nº 66.204/70.
7. Decreto Federal nº 83.839 - Dispõe sobre a Estrutura básica do Ministério do Interior e dá outras providências.

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL

PROMULGADA EM 17 DE OUTUBRO DE 1969

CAPÍTULO II

DA UNIÃO

Art. 8 - Compete à União

XIII - Organizar a defesa permanente contra as calamidades p_u
blicas, especialmente a sêca e as inundações.

DECRETO LEI 200 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967 - D.O. 27/02/67

Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

Art. 39 - Os assuntos que constituem a área de competência de cada Ministério, são a seguir, especificados:

Ministério do Interior

- I - Desenvolvimento Regional
- II - Radicação de populações, ocupação do território, migrações internas
- III - Territórios Federais
- IV - Saneamento Básico
- V - Beneficiamento de áreas e obras de proteção contra secas e inundações.
Irrigação.
- VI - Assistência às populações atingidas pelas calamidades públicas.
- VII - Assistência ao Índio.
- VIII - Assistência aos Municípios
- IX - Programa Nacional de Habitação.

CÓPIA DO DIÁRIO OFICIAL DE 26. DE MAIO DE 1969

DECRETO Nº 64.568 - DE 22 DE MAIO DE 1969

Cria Grupo de Trabalho para elaborar plano de defesa permanente contra calamidades públicas e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 83, Ítem II da Constituição, e,

Considerando que compete à União na forma do artigo 8º, Ítem XII da Constituição, Organizar a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente secas e inundações;

Considerando as disposições contidas no artigo 3º do Decreto Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, que atribui ao Ministério do Interior competência para assistir às populações atingidas pelas calamidades, decreta:

Art. 1º - Fica criado, diretamente subordinado ao Ministério do Interior, um Grupo de Trabalho incumbido de elaborar o plano de defesa permanente contra as calamidades públicas.

Parágrafo Único - O Grupo de Trabalho deverá apresentar ao Ministério do Interior, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua constituição, minuta do plano referido no "caput" deste artigo.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho será constituído da seguinte forma:

- I - Um representante do Ministério Interior;
- II - Um representante de cada um dos Ministérios Militares;
- III - Um representante do Ministério dos Transportes;
- IV - Um representante do Ministério da Saúde;
- V - Dois representantes do Ministério da Agricultura ,
sendo um indicado pela Superintendência Nacional do
Abastecimento;
- VI - Um representante do Ministério do Planejamento e
Coordenação Geral;
- VII - Um representante do Ministério da Fazenda;
- VIII - Um representante do Ministério da Justiça, por indi
cação do Departamento de Polícia Federal.

§ 1º - Os representantes referidos neste artigo, serão designados pelos titulares dos respectivos Ministérios, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Decreto.

§ 2º - O representante do Ministério do Interior, será o coordenador do Grupo de Trabalho.

Art. 3º - O Grupo de Trabalho terá apoio administrativo fornecido pelo Ministério do Interior.

Art. 4º - A estrutura e o funcionamento do Grupo de Trabalho serão objeto de regimento próprio, aprovado pelo Ministério do Interior.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de maio de 1969; 148º da Independência e
81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luiz Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

Aurélio de Lyra Tavares

Antonio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Márcio de Souza Mello

Leonel Miranda

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti.

88

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I - PARTE I

DECRETO Nº 64.237 - DE 18 DE JUNHO DE 1959

ANO CVII - Nº 200 - CAPITAL FEDERAL, 17/10/69

DECRETO LEI 950 - DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Institui no Ministério do Interior, o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha e Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º - Fica instituído no Ministério do Interior o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP), como um dos instrumentos de execução do programa previsto no artigo 8º, item XIII, da Constituição Federal.

Art. 2º - Constituem recursos do FUNCAP:

- a) as dotações orçamentárias da União e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;
- b) os auxílios, subvenções, contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ,

internacionais ou estrangeiras, destinadas à assistência a populações atingidas em caso de calamidade pública;

c) os saldos dos créditos extraordinários e abertos para calamidades públicas não aplicados e ainda disponíveis;

d) outros recursos eventuais.

Art. 3º - Os recursos a que se refere o artigo anterior serão depositados em conta especial, no Banco do Brasil.

Parágrafo Único - A rede de bancos oficiais privados poderá ser utilizada para recebimento de auxílios e donativos, que serão transferidos até o fim de cada mês à conta especial.

Art. 4º - Incumbe a uma Junta Deliberativa, composta por representantes do Ministério do Interior, da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, presidida pelo primeiro e indicados pelos respectivos Ministros, programar a aplicação dos recursos financeiros, segundo o Plano Nacional de Defesa Permanente contra as Calamidades Públicas e aprovar a proposta do orçamento anual do FUNCAP.

Art. 5º - O Poder Executivo estabelecerá, através do Plano Nacional de Defesa Permanente contra as Calamidades as diretrizes para aplicação do FUNCAP, especialmente para:

a) assistência imediata às populações atingidas por calamidades públicas, cujo estado venha a ser declarado em decreto pelo Governo Federal;

b) reembolso de despesas de entidades públicas ou pri-

vadas prestadoras de serviços de socorros realizados nos termos deste diploma legal.

Art. 6º - O regulamento do presente Decreto-Lei, disciplinando o mecanismo e condições de sua utilização, será expedido dentro do prazo de noventa dias.

Art. 7º - Este Decreto Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

Aurélio de Lyra Tavares

Márcio de Souza e Mello

José Costa Cavalcanti.

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I - PARTE I - DECRETO Nº 46.237 - 18/06/59

ANO CVIII - Nº 31 - CAPITAL FEDERAL 17/02/70

DECRETO Nº 66.204 - 13/02/70

Regulamenta o Fundo Especial para Calamidades Públicas -FUNCAP e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, ítem III, da Constituição e tendo em vista o Decreto Lei 950, de 13 de outubro de 1969, decreta:

Art. 1º - O Fundo Especial para Calamidades Públicas - FUNCAP - instituído pelo Decreto Lei número 950, de 13 de outubro de 1969, destina-se, segundo o "Plano Nacional de Defesa Permanente Contra as Calamidades Públicas" a atender as populações atingidas pelas calamidades, quando reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal.

Art. 2º - Para realização do objetivo a que se refere o artigo anterior, o FUNCAP disporá dos seguintes recursos:

- a) - dotações orçamentárias da União e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;
- b) - auxílios, doações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, destinados à assistência

cia às populações atingidas por calamidades;

c) - outros recursos eventuais.

Art. 3º - Os recursos do FUNCAP serão administrados por uma Junta Deliberativa, integrada pelos representantes dos Ministérios do Interior, da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, indicados pelos respectivos Ministros e sob a presidência do primeiro.

Art. 4º - No caso de aplicação urgente de recursos financeiros para área atingida por calamidade pública, poderá o representante do Ministério do Interior, autorizar despesas até 500 vezes o maior salário mínimo vigente no País, "AD REFERENDUM" da Junta Deliberativa, à qual será justificada a medida no prazo máximo de 72 horas.

Art. 5º - A movimentação dos recursos do FUNCAP será feita por ordem bancária ou emissão de cheques nominativos, assinados pelo representante do Ministério do Interior e pelo encarregado do setor financeiro, de acordo com o artigo 74, § 2º do Decreto Lei 200, de 25 de fevereiro de 1979.

Art. 6º - A contabilização dos recursos do FUNCAP, ficará a cargo do Serviço de Contabilidade e Orçamento do Departamento de Administração do Ministério do Interior.

Art. 7º - A fiscalização da aplicação dos recursos de que trata o artigo anterior caberá à Inspetoria Geral de Finanças do Ministério do Interior.

Art. 8º - Os recursos do Fundo Especial para Calamidades Públicas - FUNCAP - serão depositados em conta especial no

Banco do Brasil S/A.

Art. 9º - A Junta Deliberativa poderá aplicar ou adiantar recursos do FUNCAP aos dirigentes dos órgãos vinculados ao Ministério do Interior localizados nas áreas onde se positivem as situações caracterizadas como de emergência, especialmente na assistência às populações flageladas, desde que declarado oficialmente pelo Governo Federal o "estado de calamidade pública".

Parágrafo Único - O ressarcimento ao FUNCAP dos recursos a que se refere este artigo, será feito através do pedido de abertura de crédito extraordinário, nos termos do § 2º do artigo 61 da Constituição Federal.

Art. 10 - A Junta Deliberativa poderá autorizar, no início de cada exercício, a aplicação de até 5% dos recursos do FUNCAP para o custeio de cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal em assuntos de calamidade, para elaboração de documentos e publicações de interesse público, bem como para concessão de passagens e diárias a funcionários credenciados, em viagens a serviço.

Art. 11 - Compete à Junta Deliberativa:

- a) - fixar métodos e critérios para utilização dos recursos do Fundo Especial para Calamidades Públicas - FUNCAP;
- b) - submeter à aprovação do Senhor Ministro do Interior os planos e programas de aplicação dos recursos, bem como a proposta do orçamento anual;
- c) - providenciar através do Serviço de Contabilidade e

orçamento do Departamento de Administração do Ministério do Interior, a contabilização das doações recebidas, inclusive as provenientes de entidades internacionais e estrangeiras;

- d) - estabelecer, mediante parecer técnico, os tetos e critérios para cada tipo de solicitação;
- e) - fixar o "quantum" necessário às despesas urgentes nos casos excepcionais e considerados de emergência, que deverá ficar sob a guarda do Ministério do Interior na Junta Deliberativa.

Parágrafo Único - Compete ao Presidente da Junta Deliberativa:

- a) presidir todos os trabalhos e reuniões, bem como coordenar as atividades da Junta;
- b) convocar reuniões ordinárias e as de caráter extraordinário;
- c) sugerir as medidas a serem tomadas em auxílio às vítimas de catástrofes, nas fases de emergência e recuperação, bem como no período preventivo de uma calamidade;
- d) propor aos demais membros da Junta Deliberativa o quantitativo a ser aplicado à área atingida pela calamidade pública.

Art. 12 - A aplicação dos recursos do FUNCAP será efetuada segundo dispõe o Decreto Lei número 950, de 13 de outubro de 1969, e de acordo com as diretrizes contidas no

"Plano Nacional de Defesa Permanente contra as Calamidades Públicas", especialmente para:

- a) - assistência direta ou indireta às populações atingidas por calamidade pública, para efeito de aquisição de medicamentos, agasalhos e pagamento dos transportes;
- b) - reembolso de despesas com a preservação de vidas humanas, efetuadas por entidades públicas ou privadas prestadoras de serviços e socorros realizados na zona do flagelo, obedecendo às prescrições legais.

Parágrafo Único - É vedado o emprego de recursos do FUNCAP na indenização ou reparação de bens materiais. Na eventualidade do Governo decidir arcar com tais despesas, estas correrão por conta de créditos especiais, solicitados pelo Ministério do Interior.

Art. 13º - O Governador do Estado ou Território atingido por calamidades solicitará, através do Ministério do Interior, as medidas necessárias ao reconhecimento oficial da aquele Estado de Emergência pelo Governo Federal, cabendo ao Titular da Pasta apreciar a proposição e encaminhá-la, se for o caso, ao Presidente da República.

Art. 14º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de fevereiro de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

José Cavalcanti

ALTERAÇÃO POR DECRETO DE 8 DE JUNHO DE 1971

"Art. 1º - O Artigo 9º e seu Parágrafo Único, do Decreto nº 66.204, de 13 de fevereiro de 1970, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º - A Junta Deliberativa poderá aplicar ou adiantar recursos do FUNCAP aos dirigentes dos órgãos vinculados ao Ministério do Interior, localizados nas áreas onde se positivem situações caracterizadas como de emergência, que justifiquem a necessidade urgente de assistência federal, desde que esta seja reconhecida em portaria do Ministro do Interior.

Parágrafo Único - O ressarcimento ao FUNCAP dos recursos a que se refere este Artigo será feito através de abertura de crédito, solicitando imediatamente pelo Ministério do Interior, na forma da Lei."

Art. 2º - A autoridade responsável pela utilização dos recursos concedidos na forma do Artigo anterior, deverá pres

tar contas de sua aplicação, no prazo de 30 dias, à Junta Deliberativa do FUNCAP, que a encaminhará, com seu parecer, a Inspetoria- Geral de Finanças do Ministério do Interior.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as Disposições em contrário".

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I - PARTE I - DECRETO Nº 46.237 - DE 18 DE JUNHO DE 1959

ANO CVIII - Nº 188 - CAPITAL FEDERAL - 06/10/70

DECRETO Nº 67.347 - DE 5 DE OUTUBRO DE 1970

Estabelece diretrizes e normas de ação para defesa permanente contra calamidades públicas, cria Grupo Especial e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, ítem III, da Constituição, e tendo em vista o estabelecimento no Artigo 8º, ítem XIII, combinado com o Artigo 39º, do Decreto Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, decreta:

CAPÍTULO I

Da ação federal na defesa contra as calamidades públicas.

Art. 1º - Entende-se como Calamidade Pública, a situação de emergência, provocada por fatores anormais e adversos que afetam gravemente a comunidade, privando-a, total ou parcialmente, do atendimento de suas necessidades ou ameaçando a existência ou integridade de seus elementos componentes.

Art. 2º - A ação administrativa federal de defesa per

manente contra as calamidades públicas obedecerá às diretrizes e normas estabelecidas na forma deste Decreto.

Parágrafo Único - Na área de atuação da Superintendência do desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a ação federal de que trata este artigo será efetivada de conformidade com este Decreto e com a legislação específica daquela autarquia.

Art. 3º - A assistência federal poderá incluir a coordenação das responsabilidades e atividades pertinentes aos Estados, Território e Municípios.

§ 1º - O ato de prestação de socorro deverá normalmente iniciar-se através do Município, seguindo-se-lhe o Estado ou Território e a União.

§ 2º - Caberá, aos demais organismos públicos localizados na área atingida, a execução imediata das medidas que se fizerem necessárias, a par da ação municipal.

§ 3º - Far-se-á sempre em regime de cooperação a atuação dos organismos municipais, estaduais e federais.

§ 4º - A prestação de socorro, realizada através do conjunto de medidas tomadas em consequência do desencadeamento de fatores anormais e adversos, destina-se a limitar os riscos e perdas a que estão sujeitos a comunidade, os recursos e bens materiais, incluindo providências necessárias à reparação dos serviços vitais e de preservação do moral da população.

CAPÍTULO II

Da estrutura do GEACAP

Art. 4º - O Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas - GEACAP - constitui o instrumento de articulação de esforços do Ministério do Interior com os demais Ministérios e com entidades públicas ou privadas para realização das tarefas previstas no Artigo 3º deste Decreto.

Art. 5º - O GEACAP ficará subordinado diretamente ao Secretário - Geral do Ministério do Interior.

§ 1º - As normas de funcionamento do GEACAP serão fixadas em regimento interno a ser baixado pelo Ministro do Interior, observado o que a respeito dispõe o Decreto número 62.459, de 25 de março de 1968.

§ 2º - O GEACAP, na área federal, orientará os assuntos relacionados com a parte preventiva, recuperativa e assistencial das calamidades públicas.

Artigo 6º - O GEACAP será constituído por um ou mais representantes dos seguintes órgãos, indicados pelos respectivos titulares:

- a) Ministério do Interior;
- b) Ministério do Exército;
- c) Ministério da Marinha;
- d) Ministério da Aeronáutica;

- e) Ministério dos Transportes;
- f) Ministério da Saúde;
- g) Ministério da Agricultura;
- h) Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;
- i) Ministério da Fazenda;
- j) Ministério da Justiça;
- k) Ministério das Comunicações;
- l) Cruz Vermelha Brasileira e,
- m) Outras entidades públicas e privadas, de âmbito na
cional.

Parágrafo Único - As entidades públicas e privadas referidas na letra "m" deste artigo, estabelecerão com o GEACAP a forma de sua colaboração nos problemas de assistência às populações atingidas pelas calamidades.

Art. 7º - O GEACAP será dirigido por um Coordenador a ser substituído, em suas faltas e impedimentos, por um Coordenador-Adjunto, ambos designados pelo Ministério do Interior.

Art. 8º - Ao Coordenador do GEACAP compete:

- a) - propor ao Ministro do Interior, à vista de informações obtidas, a decretação de estado de calamidade pública na área do flagelo;
- b) - realizar, no âmbito federal, o intercâmbio com as entidades nacionais e, através do Ministério das Relações Exteriores, com as instituições internacionais de assistência às calamidades;

- c) - examinar os relatórios sobre as ocorrências verificadas;
- d) - convocar o GEACAP, em sua totalidade ou não, durante as calamidades ou sempre que se fizerem ne
cessário.

Art. 9º - O decreto federal de declaração de estado de calamidade pública terá vigência pelo prazo máximo de seis me
ses, podendo ser renovado.

Parágrafo Único - Os relatórios deverão conter a des
crição completa da ocorrência e das providências tomadas, in
cluindo dados estatísticos, contábeis e recomendações cabí
veis.

CAPÍTULO III

Das atribuições dos órgãos que participam do GEACAP

Art. 10 - Ao Ministério do Interior incumbe acionar to
da a estrutura federal de atendimento às calamidades, coorde
nando e suplementando os recursos necessários à ação estadual e municipal, na fase de emergência, ou de recuperação da zona
flagelada e, ainda, na fase considerada preventiva.

Art. 11 - Os Ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, darão apoio de pessoal e material necessários ao planejamento e execução de tarefas de socorro, ao transpor
te marítimo e aéreo de suprimento e às missões de busca e sal

vamento, nos âmbitos federal, estadual, territorial e municipal.

Parágrafo Único - Nas áreas do território onde estiveram sediadas unidades militares, a tropa. os meios de comunicação e outros recursos disponíveis serão empregados no socorro e assistência às populações atingidas pelas calamidades públicas.

Art. 12 - Os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, de acordo com as respectivas competências, darão prioridade ao estudo e solução de processos atinentes a assuntos de calamidade pública, especialmente quanto aos projetos de abertura de créditos destinados ao socorro e assistência às populações flageladas.

Art. 13 - O Ministério dos Transportes prestará auxílio por intermédio de seus órgãos vinculados, responsáveis pelos transportes terrestres, fluviais e marítimos, no sentido de recuperar as vias de acesso, desobstruir áreas, transportar gêneros alimentícios e material, além de ceder pessoal especializado e maquinaria.

Art. 14 - A ação do Ministério das Comunicações, consistirá no estabelecimento de normas prioritárias nos serviços de telecomunicações oficiais ou privados, propiciando comunicação eficiente no atendimento das áreas atingidas.

Art. 15 - O Ministério da Agricultura estabelecerá medidas de apoio, visando à concretização das seguintes providências

cias:

- I - facilidades creditícias e de assistência técnica para assuntos agropecuários da zona flagelada;
- II - fornecimento de gêneros alimentícios, imprescindíveis à subsistência dos flagelados;
- III - manutenção da estrutura SUNAB/ALIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO, no que concerne à assistência às demais atividades dos programas assistenciais;
- IV - controle de estocagem de alimentos, coibindo abusos no sistema de abastecimento;
- V - coordenação com o ESCRITÓRIO DE METEOROLOGIA, no sentido da realização de previsões especiais com vistas a ocorrências de calamidades.

Art. 16 - Ao Ministério da Justiça incumbe a promoção do entrosamento com as forças policiais locais visando à manutenção da ordem pública e efetuando o policiamento da zona do flagelo.

§ 1º - A propagação de notícias suscetíveis de causar pânico às populações será controlada pelo órgão competente do Ministério da Justiça.

§ 2º - A cooperação do Ministério da Justiça efetuar-se-á, ainda, através de sua rede de radiocomunicações e agentes federais, Serviço de Polícia Marítima, Aérea, de Fronteira e Rodoviária.

Art. 17 - O Ministério da Saúde tomará medidas para

evitar surtos epidêmicos, prestando, ainda assistência técnica e contribuindo com pessoal especializado, equipamentos e medicamentos.

CAPÍTULO IV

Da ação do GEACAP

Art. 18 - O GEACAP atuará através das entidades de desenvolvimento regional, vinculadas ao Ministério do Interior, que disporão, cada um, de Coordenador Regional para Assuntos de calamidade, designado pelo Ministério do Interior, por indicação do Superintendente respectivo.

§ 1º - O Coordenador Regional será o elemento de ligação entre o GEACAP e os órgãos estaduais e municipais de defesa contra as calamidades públicas.

§ 2º - O Coordenador Regional, como representante do Ministério do Interior, por iniciativa própria ou por solicitação do órgão estadual e/ou municipal de defesa contra calamidade pública, poderá solicitar a cooperação e o auxílio dos diferentes órgãos federais, civis e militares, localizados nos Estados sob jurisdição das respectivas Superintendências de Desenvolvimento Regional.

§ 3º - A região Centro-Leste, compreendendo os Estados de São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Espírito Santo e parte de Minas Gerais, não incluída na área de atuação da SUDENE, ficará diretamente a cargo do GEACAP.

Art. 19 - O GEACAP para desincumbir-se de suas atribuições contará com os recursos do Fundo Especial para Calamidades Públicas - FUNCAP, instituído pelo Decreto Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969.

Parágrafo Único - Na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, os recursos do FUNCAP poderão ser utilizados para suplementar as disponibilidades do Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste-FEANE.

Art. 20 - O Ministério do Interior designará técnicos especializados em assuntos de Calamidade Pública, junto ao GEACAP e aos Coordenadores Regionais, para prestarem auxílio, por ocasião do flagelo, ou sempre que se fizer necessário.

Art. 21 - O GEACAP ao tomar conhecimento de calamidade iminente, providenciará o envio, à área afetada, de técnicos especializados que instruirão as autoridades municipais e estaduais interessadas.

§ 1º - Os técnicos a que se refere este artigo manterão o GEACAP constantemente informados sobre a natureza do fenômeno, a área atingida, a extensão dos danos materiais, o número estimado de vítimas, as condições dos meios de comuni-

cações e via de transportes e a perspectiva da evolução do sinistro.

§ 2º - Declarado o estado de calamidade pública por decreto do Poder Executivo, o Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas - GEACAP e Coordenadores Regionais, providenciarão os auxílios e recursos necessários.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 22 - O Governo do Estado ou Território atingido por calamidade pública poderá solicitar as medidas necessárias ao reconhecimento oficial daquele estado de emergência pelo Governo Federal, sempre por intermédio do Ministério do Interior que encaminhará, quando for o caso, a proposição ao Presidente da República.

Art. 23 - Compete ao Ministério do Interior, através do GEACAP, prestar assistência aos Governo Estaduais e Municipais, na elaboração dos planos de atendimento estaduais e municipais a que se refere este Decreto, além de manter-se em constante ligação com os órgãos específicos estaduais e/ou municipais, com a finalidade de atendimento em caso de calamidade.

Art. 24 - As entidades públicas e privadas nacionais atuarão nas fases de assistência e recuperação da área flage

ladas e na aplicação de recursos e donativos recebidos, sistematizando a respectiva de acordo com as normas estabelecidas pelo GEACAP.

Parágrafo Único - Os recursos e donativos recebidos de entidades internacionais e estrangeiras serão também distribuídos de acordo com as normas referidas neste artigo.

Art. 25 - Os servidores públicos federais, designados para colaborar na ação contra a calamidade pública exercerão suas atividades sem prejuízo das funções que ocupam, não fazendo jus a gratificação ou remuneração especial, salvo o recebimento de diárias, em caso de deslocamento.

Parágrafo Único - A colaboração referida neste artigo é considerada como serviço relevante e constará dos respectivos assentamentos funcionais.

Art. 26 - Os atuais componentes do Grupo de Trabalho criado para elaborar o Plano Nacional de Defesa Contra as Calamidades Públicas, através dos Decretos números 64568, de 22 de maio de 1969, e 64932, de 5 de agosto de 1969, serão considerados representantes dos órgãos enumerados no artigo 6º, enquanto não forem indicados, pelos respectivos Ministros, os novos titulares do Grupo Especial para Assuntos de Calamidades - GEACAP.

Art. 27 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1970;

1499 da Independência e 829 da República

EMÍLIO G. MÉDICI

Manoel Gonçalves Ferreira Filho

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Mário Gibson Barboza

José Flávio Pécora

Mário David Andreazza

L.F. Cirne Lima

Mário de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

110

DECRETO Nº 83.839

13 de Agosto de 1979

Dispõe sobre a estrutura básica do Ministério do Interior e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V da Constituição Brasileira, decreta:

Art. 1º - O Ministério do Interior - MINTER, criado nos termos do item II do artigo 199 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, tem na sua área de competência, de acordo com o disposto no artigo 39 do mesmo Decreto-Lei, na Lei nº 6.310, de 15 de dezembro de 1975 e nos Decretos nº 73.030, de 30 de outubro de 1973 e nº 83.355, de 20 de abril de 1979 os seguintes assuntos:

.....

V - beneficiamento de áreas e obras de proteção contra as secas e inundações, irrigação.

VI - assistência às populações atingidas pelas calamidades públicas;

.....

Art. 2º - Os órgãos que constituem a estrutura básica do Ministério do Interior são os seguintes:

.....

II - Órgãos Centrais de Planejamento, Coordenação e Controle Financeiro:

a) - Secretaria Geral - (SG);

.....

Parágrafo Único - A Secretaria Geral, para desempenho de suas funções, conta com os seguintes órgãos:

.....

d) Secretaria Especial de Defesa Civil - SEDEC.

.....

Art. 12 - A Secretaria Geral, órgão setorial dos sistemas de Planejamento Federal e de Programação Financeira, tem por finalidade desempenhar, observando sempre a orientação dos órgãos centrais dos referidos sistemas, aos quais se encontra vinculada técnica^{mente}, as atividades de planejamento, orçamen^{to}, modernização administrativa, programação financeira , in^{formática} e defesa civil, bem como supervisionar e compatibili^{zar} as demais ações, programas e projetos a cargo dos órgãos e entidades do Ministério, inclusive os Programas Especiais de Desenvolvimento Regional e Urbano.

.....

Art. 16 - A Secretaria Especial de Defesa Civil tem por finalidade exercer, em todo o Território Nacional, a coor^{denação} das atividades relativas às medidas preventivas, assis^{tências} e de recuperação dos efeitos produzidos por fenômenos adversos de quaisquer origens, bem como aqueles destinados a preservar o moral da população e o restabelecimento da norma^{lidade} da vida comunitária.

.....

Art. 29 - O Ministério do Interior, para o desempenho de suas atribuições, conta ainda com as seguintes unidades de

natureza especial ou transitória:

.....

II - Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas - GEACAP criado pelo Decreto nº 67.347, de 05 de outubro de 1970.

Art. 30 - A Secretaria Especial de Defesa Civil dará o apoio técnico e administrativo ao GEACAP.

.....

Art. 33 - Ficam criadas nas Superintendências de De senvolvimento Regional, Coordenadorias Regionais de Defesa Civil, vinculadas tecnicamente à Secretaria Especial de Defesa Civil da Secretaria Geral, com a finalidade de executar em âmbito regional, atividades de Defesa Civil.

.....

Art. 35 - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36 - Fica revogado o Decreto nº 75.444, de 06 de março de 1975 e demais disposições em contrário.

JOÃO BAPTISTA DE FIGUEIREDO - Presidente da República.

Mário David Andreazza

APÊNDICE "B"

DESCRIÇÃO, DEFINIÇÃO OU CONCEITUAÇÃO DAS ESPÉCIES
DE CALAMIDADES.

OCORRENCIAS DE CALAMIDADES NO BRASIL.¹

¹Tenan, C. Luiz. Calamidades Naturais, RJ, Sunab - pag. 28 e seguintes.

"DESCRIÇÃO, DEFINIÇÃO OU CONCEITUAÇÃO DAS ESPÉCIES DE CALAMIDADES OCORRÊNCIAS DE CALAMIDADES NO BRASIL."

DESLIZAMENTO

Definição: deslizamento é o escorregamento de terra e rocha, o qual ocorre em terrenos inclinados ou escarpas, sob a influência da infiltração da água.

Causa: para que se dê um deslizamento, três fatores são indispensáveis: material propício, água e declive. A água, além de reduzir o atrito que mantêm a consistência do solo, lubrifica a superfície de deslizamento e aumenta o peso do material. Os deslizamentos ocorrem nas encostas em que o material repousa em estado de desequilíbrio, fora do "ângulo de repouso". Para ladeiras de pedregulho normalmente o ângulo de equilíbrio é de cerca de 30 graus. Para solos argilosos o ângulo é de 1 a 2 graus. Os terremotos pela sua vibração podem causar deslizamentos. A negligência humana também tem muito contribuído.

Classificação: os deslizamentos podem ser classificados de acordo com o material ou a velocidade de precipitação. Há deslizamentos de terra, areia, pedras, lama e argila movediça (tixotrópica). En

tre os deslizamentos, podem-se incluir a subsidência do solo e os deslizamentos submarinos que ocorrem geralmente na rampa da plataforma continental.

FURACÃO

Descrição: o furacão é um tipo especial de tempestade de vento, sendo elevada sua capacidade de destruição. Embora não atinja a violência do tornado, a área afetada e a duração do fenômeno são muito maiores. O furacão pode cobrir meio milhão de milhas quadradas, como também pode ter uma vida ativa de 3 semanas.

A frequência do fenômeno corresponde a uma média anual de 8 ocorrências no Atlântico e 28 no Pacífico.

A palavra furacão é derivada do espanhol "huracan", tirado do dialeto Índio do Caribe, por terem sido os navegadores da época colombiana os primeiros europeus a tomar conhecimento deste fenômeno meteorológico. O primeiro furacão assistido e sofrido pelos espanhóis ocorreu em 16 de junho de 1949, no porto de Isabela, em São Domingos, destruindo duas naves. Colombo estava ausente, em viagem de exploração.

O termo furacão tem significado ambíguo, pois tam

bém pode se aplicar a qualquer vento de velocidade superior a 75 milhas horários da escala idealizada pelo almirante e hidrógrafo inglês Sir Francis Beaufort, em 1806.

O mesmo fenômeno é denominado tufão, no mar da china e no Golfo de Bengala; ciclone no Oceano Índico; baguío, nas Filipinas, e willy-willy, na Austrália. Os furacões formam-se sobre as águas mornas (mais de 27°C) dos oceanos, dentro da faixa da depressão equatorial, entre 5° e 10° norte ou sul do equador. Na linha do equador, não há possibilidade de ocorrência de furacões, devido ao pouco ou nenhum efeito da força de Coríolis.

O estudo e pesquisas sobre os furacões tiveram grande incremento após a segunda guerra mundial. As observações e fotografias tiradas dos satélites meteorológicos trouxeram valiosa contribuição.

Causa: várias teorias já foram apresentadas sobre a formação dos furacões. Existe a teoria convencional, a mais conhecida. Foram também defendidas as hipóteses das frentes, dos vórtices na corrente roclínea de leste e de instabilidade dinâmica. Embora nenhuma dessas teorias isoladamente possa explicar cabalmente a formação do ciclone tropical, o seu conjunto pode oferecer alguma explicação razoável.

Atualmente, admite-se que a ciclogênese do furacão depende da montagem da máquina térmica que utiliza como combustível a energia latente do vapor d'água existente na faixa da depressão equatorial.

A máquina é formada pela zona de baixa pressão criada por um vórtice ou linha de cisalhamento dentro da corrente dos alísios. Essa baixa pressão deve ser complementada por outra célula de baixa na altitude superior a fim de que o efeito de chaminé, resfriando o desvio para fora.

As forças de Corílios e centrífuga da zona de baixa pressão transformam a energia cinética radial do ar convergente, para o centro da área de baixa, em energia cinética tangencial que será a preponderante durante o ciclo de vida do furacão.

Embora as teorias ainda possam evoluir para conhecimentos mais positivos, sabe-se com certeza que certas condições devem estar presentes para possibilitar a ocorrência de um furacão. As condições são as seguintes:

- a) o furacão deve ter início dentro da faixa da depressão equatorial, exceto no equador;
- b) a temperatura da superfície do oceano deve estar acima de $26^{\circ}/27^{\circ}\text{C}$;
- c) o ponto de orvalho e a temperatura do ar da superfície devem estar acima do normal.

Para benefício do Brasil, estas condições não são encon

tradas no Atlântico Sul. Mesmo que ocorra um princípio de formação ao sul do equador, a mesma abortará por falta de condições de sobrevivência.

TORNADO

Descrição: o tornado é um redemoinho de vento formado na baixa atmosfera, o qual desce das nuvens em forma de tromba de elefante até o solo, com grande velocidade de rotação e forte sucção, destruindo tudo que encontrar em sua trajetória. Esta temperatura de vento, apesar de afetar uma área bem menor que o furacão, é muito mais violenta pelos danos causados, pela velocidade das rajadas e pela sucção e depressão existentes no interior da coluna.

Os tornados podem surgir isoladamente ou em conjunto. Nos Estados Unidos, sua trajetória é de sudoeste para nordeste, embora 4% procedam de leste.

Causas: não se sabe a verdadeira causa do tornado. Seu aparecimento está associado às frentes frias, quentes, cúmulos-nimbos convectivos e também à presença de furacões. No hemisfério norte, a rotação dos tornados é levorgira e no hemisfério sul, é dextrogira. Alguns cientistas atribuem o sentido de torção ao efeito de Coríolis, enquanto outros acham que é causado pelo mo

vimento geral das massas de ar.

TROMBA D'ÁGUA

Descrição: a tromba d'água pode ser definida como sendo um tornado aquático. Ocorre em alto mar ou em lagos de água doce. Um tornado pode transformar-se em tromba d'água, se, em sua trajetória, passar de terra firme para cima da água, ou vice-versa.

O filósofo Lucrécio, que viveu no primeiro século antes da era cristã, já descrevia a tromba d'água e seus efeitos perigosos. Lucrécio, todavia, não a considerava, a exemplo de outros escritores antigos, como sendo uma serpente gigantesca, um dragão ou um monstro marinho.

O colorido das trombas d'água é muito variado, havendo até luminosas que podem ser vistas à noite, devido à fosforescência dos microorganismos.

Causas: mesmas do tornado.

Classificação: não há.

INUNDAÇÃO

Descrição: a inundação pode ser definida, como um grande aflu

xo de água proveniente de rios, lagos, açudes e também de alguns fenômenos, o qual se espalha sobre os campos, cidades, fábricas da planície, provocando danos, destruição e morte em sua violenta e acelerada marcha.

A água é uma das substâncias mais importantes e abundantes da vida do homem, mas também, um de seus piores inimigos.

Causa: As inundações geralmente, têm como causa a precipitação anormal. Há regiões em que a precipitação média é baixa, principalmente nas zonas áridas e semi-áridas. As zonas áridas têm um coeficiente pluviométrico que vai de 0 a 250 milímetros, enquanto as semi-áridas o tem de 250 a 500 milímetros. A média mundial é de 1.016 milímetros, havendo regiões, contudo, que atingem a 12.700 milímetros, como é o caso em charrapati, na Índia. O total geral de precipitação não parece ser tão grande quando se sabe que a evaporação mundial é de cerca de 16 milhões de toneladas por segundo.

As outras causas de inundações são constituídas pelo degelo, rompimento de represas, mudanças de curso dos rios, elevação do leito por assoreamento, represamento de rios por deslizamentos, erupção vulcânica debaixo de galerias, combinações de maré e baixa pressão, correntes de ar ascendentes de tromba d'água.

SECA

Definição: É um período de secura em que a unidade é retirada do solo, dos rios, dos lagos e da vegetação, numa razão superior à reposição. A seca é um fenômeno com interpretações diversas conforme os grupos humanos, interessados, isto é, o cientista, o agricultor, o industrial, o habitante da cidade.

Diferente de outras calamidades naturais, a seca tem aspecto crônico, tem início quase imperceptível e não desperta quase nenhum efeito motivador de ajuda.

Causa: além das células permanentes de alta pressão e das correntes polares marinhas, responsáveis pela grande maioria das zonas áridas, existem outros fatores causais que muito influenciam na criação de zonas semi-áridas e áridas, como sejam o desflorestamento, a proliferação descontrolada de animais herbívoros e os incêndios florestais. O deserto de Rajastã, no noroeste da Índia, foi causado, há 3.000 anos, pelo pastoreio desordenado de vacas, carneiros e cabras. A situação a sotavento das grandes cordilheiras, impedindo a penetração das brisas carregadas de umidade, também contribui para a criação de zonas de seca, como acontece no deserto de Takla Makan, na Ásia Central. A grande fertilidade do

sul da França, durante a denominação romana, decresceu enormemente depois da derrubada e queima das florestas, bem como em decorrência da criação livre de caprinos. Muitos cientistas, atribuem à redução máxima das manchas solares, a qual aproximadamente em períodos de 11 anos, a razão de ser da maior intensidade das secas, em determinadas épocas.

Classificação: existem as quase permanentes, próprios dos grandes desertos, e as periódicas, das regiões semi-áridas. As secas agrícolas são descritas como sendo uma escassez de chuva, com reflexo na produtividade do campo, gerando problemas sociais. Este é o gênero de seca que atinge o nordeste brasileiro, como exceção de um bolsão situado no oeste dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, indo de Mossoró a Cabrobó, com um coeficiente pluviométrico inferior a 500 milímetros anuais, considerado de fato como zona semi-árida.

GRANIZO

Descrição: dá-se o nome popular de granizo às pedras de gelo de aspecto esferóide, as quais, se formam no interior das nuvens do tipo cúmulo-nimbo. Quando cessa ou diminui a força ascensional das correntes aé-

reas do interior da nuvem, as pedras de gelo se precipitam, causando danos ponderáveis às propriedades, à agricultura e às pessoas. Os técnicos de meteorologia designam as pedras de gelo de diâmetro superior a 5mm pelo nome de saraiva.

Causa: a pedra de gelo consiste de várias camadas em forma de cebola, agrupadas em torno de um núcleo central quase invisível a olho nú.

As gotas de chuva provenientes do vapor d'água condensado no interior do cúmulo-nimbo, que chega a atingir 16.000 metros de altura, são levadas pelas correntes onde se congelam. Ao cair pelo próprio peso adquirem mais umidade nas regiões, sendo, em seguida, arrastadas novamente pelas correntes para as partes superiores onde sofrem novo congelamento. Este processo se repete até o granizo adquirir um tamanho superior à força ascensional, quando ocorre a precipitação.

Classificação: as pedras são classificadas pelo diâmetro, peso, formato e natureza do núcleo. Já se encontraram pedras de 380mm de diâmetro, pesando cerca de 700 gramas. O formato geral é esférico, embora tenham sido vistas pedras oblongas, discóides e parecidas com peras. O núcleo, quase sempre, é invisível. Excepcional-

mente, encontram-se núcleos contendo peixes, sementes e folhas. Em alguns casos, verificam-se núcleos de ar comprimido e de gelo proveniente de congelamento tardio, gerando pressão interna, ocasionando pequenas detonações ao chocar-se de encontro com objetos no solo.

VENDAVAL

Descrição: os vendavais são tempestades de vento cuja força do impacto pode provocar enormes danos materiais e perdas de vidas. O vento catastrófico sempre vem associado a um fenômeno principal como furacão, tornado e tempestade convectiva, sendo, portanto, considerado um elemento colateral ou contribuinte de uma calamidade. Todavia, existem casos em que o poder destruidor do vento supera de muito a violência da calamidade básica que passa para um segundo plano. Neste caso, a calamidade passa a ser uma tempestade de vento ou vendaval.

Causa: o vendaval nada mais é que o deslocamento violento de uma massa de ar que pode ser influenciada pela diferença de pressão, força centrífuga, atrito, força de Coríolis e gravidade. O vento, como a água, é um grande amigo do homem. Foi o vento que contribuiu para as grandes descobertas geográficas, na época das

caravelas; foi o vento que movimentou os primitivos moinhos e foi, também o vento que ajudou o homem a voar nos planadores. Mas este vento amigo, depois que ultrapassa os 60 quilômetros, horários, põe de lado seu aspecto benéfico, tornando-se um dos maiores inimigos do homem.

Classificação: a classificação dos vendavais, está intimamente ligada à classificação dos ventos. Alguns meteorologistas dividem os ventos em gerais e locais. Preferimos, todavia, uma classificação mais técnica. Assim sendo, os ventos podem ser classificados em barostróficos, geostróficos e ciclostroficos.

Barostróficos - Geralmente, são os ventos locais, soprando de áreas de alta para baixa pressão. Nesta classe estão incluídos:

- 1) As brisas marítimas e os terrais.
- 2) As monções do Índico e do Pacífico.
- 3) O foehn, vento quente e seco, a sotavento das montanhas.
- 4) Os ventos de gravidade, que se precipitam de planaltos frios ou gelados, podendo atingir velocidade de temporal, como na Antártida.
- 5) O bora, mistral e tramontana, do Mediterrâneo.
- 6) O siroco ou Khamsin, quente e brumoso prove

niente do Seara.

- 7) O pampeiro, ligado às frentes frias, o qual sopra nos pampas da Argentina, Uruguai e Sul do Brasil.

Geostróficos - São os ventos gerais da terra . Incluem os alísios de nordeste e sudeste, os ventos de oeste das latitudes médias e os ventos polares de leste.

Sopram com grande regularidade sobre os oceanos, não sendo influenciados pelo atrito dos continentes.

Ciclostróficos - São os ventos associados aos ciclones extratropicais, tropicais e tornados. São ventos de grande velocidade e força centrífuga e sopram na passagem de frentes frias, quentes e linhas de instabilidade.

Além dessas três classificações básicas, temos que considerar os ventos horizontais e verticais, de grande violência, produzidos pelos cumulos-nimbus, isolados originados por superaquecimento local.

Costumam provocar vendavais de grande poder de destruição. Os vendavais podem ser acompanhados de chuva, granizo, neve e areia.

Medição do Vento

A velocidade do vento pode ser medida ou avaliada.

A medição é feita utilizando anemômetros rotativos ou de pressão.

A avaliação é feita de acordo com os efeitos produzidos pelo vento, utilizando a escala estabelecida pelo almirante inglês Sir Francis Beaufort. Encontra-se a velocidade do vento, a sua designação e o número de escala correspondente.

RAIO

Descrição: o raio pode ser considerado como uma descarga elétrica, proveniente de uma nuvem de trovoadas, conhecida pelo nome de cúmulo-nimbo. Às vezes, o raio ocorre sem que haja chuva, pela eletricidade causada pela colisão de cristais de gelo. Observa-se, também raio nas nuvens de cinza lançadas por um vulcão em erupção. Dezesseis milhões de trovoadas ocorrem anualmente em nosso planeta.

Causa: a nuvem cúmulo-nimbo, devido ao processo de sua formação, tem sua parte superior carregada de eletricidade positiva e a interior de eletricidade negativa. A terra,

normalmente possui uma carga elétrica negativa. Mas , quando uma núvem cúmulo-nimbo se forma sobre a superfície terrestre, o campo elétrico da núvem desenvolve uma circulação tal que a corrente positiva do topo da nuvem, ao tangenciar a terra, estabelece provisoriamente um campo positivo que se desloca acompanhando o movimento da nuvem, como se fosse um espelho.

Quando a diferença de potencial, cerca de 100 milhões de volts, chega ao máximo, uma múltipla faísca de contato desce da nuvem, até perto do solo, de onde salta a faísca principal, isto é, o raio propriamente dito, que sobe do solo pela linha de contato já estabelecido, sendo a velocidade ascensional do raio na razão de 80.000 milhas por segundo.

Os relâmpagos de nuvem para nuvem nada mais são que faíscas de contato.

A descarga causa uma baixa de potencial na nuvem, havendo recuperação em 20 segundos, quando poderá ocorrer outra descarga.

O colorido do raio varia de branco para o amarelo até o vermelho, de acordo com as condições atmosféricas.

O trovão, isto é, o ruído da descarga, é consequência da violenta expansão do ar pelo calor da centelha que atinge a 30.000° centígrados.

Classificação: embora haja duas classificações gerais de descarga, isto é, a de faísca e a de lençol luminos

so, em que não se vê a faísca, os técnicos costumam citar os seguintes tipos:

- a) faísca múltipla, o mais comum;
- b) faixa larga, ou fita, produzida quando há vento forte;
- c) descarga de verão, aparece no verão, nos meses quentes, reflexos de descargas normais produzidas abaixo da linha do horizonte;
- d) retorno, faísca emitida por objetos no solo, por ocasião de fortes trovoadas;
- e) pontilhado, quando a faísca condutora não é contínua, fazendo com que o raio dê saltos;
- f) foguete, quando é lento demais, semelhante a um foguete;
- g) esférico, é o mais espetacular;
- h) corisco, o mesmo que "fulfurito". Não é raio. É uma pedra de sílica fundida pelo calor do raio ao atingir uma superfície arenosa ou uma rocha;
- i) fogo de Santelmo, não é raio. É uma descarga lenta de eletricidade negativa de aspecto azulado ou verde que aparece, por ocasião das tempestades, nos topos dos mastros dos navios, árvores e aviões. É criada pela influência de uma nuvem carregada positivamente, sobre pontas ou protuberâncias do terreno. Recebeu

o nome deste Santo por ser um dos padroeiros dos homens do mar.

INCÊNDIO FLORESTAL

Descrição: os incêndios florestais de origem natural, sempre ocorreram desde os tempos pré-históricos a julgar pelos anéis dos troncos de árvores, restos de incêndios ocorridos em épocas muito remotas. O fogo, grande aliado do homem, é também um de seus grandes inimigos. Há o fogo construtivo e o destrutivo. A maioria dos incêndios florestais e urbano é causada pela negligência, ignorância ou perversidade dos homens. Aqui, porém, nos limitaremos aos incêndios florestais de origem natural.

Causa: para que haja fogo é necessário combustível, oxigênio e calor, nas proporções convenientes. Nos incêndios florestais naturais, o calor procede do raio, das faíscas do choque ou atrito de rochas, de meteoróides, do atrito de árvores secas, da presença de lavas incandescentes e da combustão espontânea. O vento e a baixa umidade relativa representam fatores favoráveis.

Nos Estados Unidos, 8,4% dos incêndios florestais são causados pelo raio e pelo mesmo motivo, 56% dos ocorridos nas florestas ocidentais americanas.

Classificação: para o leigo, o incêndio florestal pode parecer um mar de chamas e fumaças o qual avança de maneira caprichosa e confusa. Mas os pesquisadores, os bombeiros e os guarda-florestais conseguiram classificar os incêndios florestais em três grandes categorias:

- a) incêndio de superfície, que se propagam pela vegetação próxima do solo;
- b) incêndios de coroa, os quais se propagam pela copa das árvores e com grande velocidade;
- c) incêndios interiores, que perduram grande tempo queimando troncos e raízes remanescentes no subsolo.

Além dessas três grandes categorias, podemos ainda citar as subclassificações:

- a) Turbilhão - Fogo intenso e de grande calor, de grande velocidade de propagação, produzindo fortes correntes convectivas pela aspiração de ar frio do exterior, o que torna o incêndio cada vez maior;
- b) incêndios esparsos - causados por faíscas transportadas pelo vento e que dão início a outros focos incendiários;
- c) incêndios em pântanos - apesar da água e umidade presente, os incêndios em pântanos têm longa duração pela presença de

turfa, musgos e detritos secos acumulados;

- d) incêndios de jazidas - ocorrem em veios carboníferos e duram dezenas de anos , atingindo várias profundidades.

GEADA

Descrição: dá-se o nome de geada ao depósito de pequenos cristais de gelo resultantes do congelamento direto do vapor d'água existente na atmosfera, sem passar pela forma líquida, quando a temperatura desce para menos de zero grau.

O orvalho já depositado também pode se transformar em geada.

A geada, em si mesma, não é considerada calamidade, visto ser um fenômeno meteorológico estático. Resolvemos incluí-la na lista das calamidades meteorológicas unicamente devido às más consequências possíveis sobre zonas agrícolas, podendo causar grandes perdas de safras, gerando desequilíbrio econômico e desemprego, afetando, assim, a comunidade.

Causa: a geada é causada pela radiação noturna do calor absorvido durante o dia pela crosta terrestre, provocando uma inversão de temperatura em que a grande queda, jun

to ao solo, congela diretamente o vapor d'água que está em contato com qualquer superfície.

A baixa de temperatura, também, pode congelar a seiva existente nas folhas e frutos, arruinando a produção.

Classificação: existe a geada propriamente dita e a geada proveniente do orvalho congelado. Ambas são conhecidas pelo nome de geada branca. Podemos, também, incluir a geada negra, que ocorre quando a temperatura negativa, sem depositar cristais de gelo, congela a solução aquosa nas células das plantas, fazendo com que se rompa a película por expansão, danificando as folhas e frutos que se tornam enegrecidos.

METEORÓIDES

Definição: são corpos celestes, sólidos menores que asteróides, que, ao penetrarem na atmosfera terrestre, apesar de sua desintegração provável, gerada pelo calor do atrito com o ar, podem atingir a superfície da terra, causando danos ponderáveis. O meteoróide encontrado depositado na terra passa a ser designado de meteorito.

Os meteoróides são conhecidos desde a remota antiguidade. A espada de Átila era feita de aço-níquel de um meteorito.

Causa: a origem exata dos meteoróides é ainda um enigma. Dados colhidos por métodos radiológicos (urânio) mostram que são da mesma idade da terra e do sistema solar.

Alguns cientistas são de opinião que sejam de origem cometária, enquanto outros acham que sejam restos de um planeta que se desintegrou há milhões de anos.

Classificação: além da classificação geral de "chuveiros" e esporádico, os meteoróides dividem-se de acordo com sua composição:

- a) aerólitos - de pedra, sendo 90% do total.
- b) sideritos - de ferro e dez por cento de níquel.
- c) siderólitos - de metal e pedra, muito raros.

PRAGAS ANIMAIS

Definição: entre as calamidades naturais causadas em consequência do ciclo geodinâmico externo e interno, incluindo ainda os meteoróides de origem sideral, que normalmente se apresentam quase inofensivos, mas que, no caso de um desequilíbrio biológico, que promova a sua proliferação descontrolada, podem tornar-se perigosos e nefastos ao homem e à sua propriedade.

As pragas animais podem ser causadas por mamíferos como o rato, a cabra, o coelho e cangurú; por pás-

saros, por insetos, como os gafanhotos, as formigas, as moscas, os mosquitos, as pulgas, as vespas, as baratas, as aranhas, os carrapatos, etc...

Das pragas animais, a mais nociva é a do rato, o inimigo número um da humanidade. Nenhum outro mamífero o supera em número, em destruição e prejuízos decorrentes.

Assim sendo, sem menosprezar a importância nefasta dos outros animais, vamos apresentar algumas informações relativas à ação maléfica dos ratos.

Classificação: há várias raças de ratos, habitando geralmente em áreas específicas. As principais são as seguintes:

- a) rato preto ("rattus") transmissor do tifo e da peste bubônica. É encontrado em toda a parte;
- b) rato castanho ("rattus norvegicus"), originário do interior da Ásia, introduziu-se na Europa em princípios do século dezoito. Depois passou para a América do Norte, oculto nos porões dos navios;
- c) o rato cinzento ("rattus rattus alexandrinus"), vive nos climas quentes e nos trópicos;
- d) o rato bengali ("bandicota bengalensis") ,

vive no Sudeste Asiático e na Índia. Pesa de um a dois quilogramas e é destruidor de colheitas, alimentos e vidas humanas.

PRAGAS VEGETAIS

As pragas vegetais, embora raras e de aspecto crônico, podem causar prejuízos consideráveis à agricultura, atingindo produtos de vital importância para a população das áreas afetadas.

As culturas podem ser atacadas por fungos , pela ferrugem, folha branca e alfôrra."

CALAMIDADES BRASILEIRAS

Coróliano Luiz TENAN¹ apresenta e se transcreve o elenco de calamidades brasileiras ocorridas entre 1964 e 1973, de que se fizeram registros. As calamidades são listadas por ordem de frequência.

"1) Inundações "relâmpago". É a calamidade mais frequente. Ocorreram 76, a maior parte nas seguintes áreas:

Zona serrana do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Estados do Rio e Guanabara, Espírito Santo, Nordeste de Minas Gerais, Sudeste da Bahia, Alagoas e Pernambuco. Nos Estados do Sul e Sudeste, a época mais propícia é durante o verão e no Nordeste, durante o inverno, quando as massas de ar frio atingem a faixa do litoral catarinense, ocasionando muita precipitação.

2) Inundações periódicas. São próprias das planícies banhadas pelos grandes rios da Bacia Amazônica, pelos rios São Francisco, Paraná, Paraguai, Guaíba. Ocorreram apenas 9, com prejuízos significantes. O rio Amazonas atinge seu nível máximo no fim de junho. As enchentes do Guaíba, designadas de

"enchentes de São Miguel" acontecem, quase sempre, nos últimos dias de setembro.

- 3) **Vendavais.** Ocorreram cerca de 11 em zonas diversas, com prejuízos apreciáveis. Em alguns casos, são acompanhados de granizo. No capítulo especial sobre vendavais, estão citados alguns casos importantes ocorridos no Brasil.
- 4) **Granizo.** Com um total de 7 ocorrências graves, as tempestades de granizo são encontradas longe da costa, no verão, de preferência nas zonas montanhosas e do planalto. Em 12 de novembro de 1971, uma chuva de granizo causou prejuízo de dois milhões de cruzeiros aos agricultores de Jundiá.
- 5) **Tornados e trombas d'água.** Estas duas calamidades podem ser consideradas como duas raridades no quadro geral brasileiro. Temos conhecimentos positivos de dois tornados ocorridos em Lageado, no Rio Grande do Sul, em 1967, e outro em Fôz do Iguaçu, em 21 de maio de 1973. Quanto às trombas d'água, tivemos o raro privilégio de ver apenas uma, nos fundos da Baía da Guanabara, em 1927, na altura de Magé, quando realizáva-

¹Op. cit. pag. 81 a 84

mos um voo de treinamento na antiga Aviação Naval.

- 6) **Secas**. As secas brasileiras são esporádicas e de caráter agrícola. A principal foi a de 1970, que atingiu com mais intensidade a parte setentrional do Polígono das Secas. O bolsão que tem como eixo principal uma linha que vai de Mossoró, no Rio Grande do Norte, a Cabrobó, Pernambuco, é a área mais crítica, com um coeficiente pluviométrico inferior 500 milímetros anuais, característica de zona semi-árida. Com um só máximo de chuva, situado em fins de março (chuvas de São José), para essa área não há esperança de melhor situação, se até aquela época a natureza não proporcionou a chuva esperada, e quase sempre muito escassa.

No Rio Grande do Sul, nas vizinhanças de Uruguaiana, e na zona norte do Estado do Rio, estão se esboçando pequenos polígonos de seca.

- 7) **Incêndios Florestais**. Os incêndios florestais ocorridos, de 1964 a 1973, foram os seguintes:

a) Incêndio dos pinheirais do Paranã, em

setembro de 1964.

b) Incêndio das matas de Acesita, Minas Gerais, em outubro de 1967.

c) Incêndio nos pinheirais da zona da serra do Rio Grande do Sul, em setembro de 1968.

É fácil verificar que todos esses incêndios ocorreram em meses de grande estiagem. Nenhum deles foi extinto pelos meios normais. Somente a chuva conseguiu exterminá-los.

8) **Deslizamentos.** Tomamos conhecimento de 4 casos. Todos eles têm fatores causais a infiltração de água da chuva. Podem ocorrer em qualquer parte. O mais significativo aconteceu em Campos do Jordão, São Paulo, em 18 de agosto de 1972, com 40 vítimas. Mas o mais curioso foi o de subsidência do solo ocorrido em Guaratuba, Paraná, em 23 de setembro de 1968. Não houve mortos, mas o setor comercial da cidade, incluindo o prédio da prefeitura, foi tragado por uma grande caverna, produzida, talvez, por infiltração de água salgada em rocha calcária.

9) **Pragas animais.** Houve uma de gafanhotos

em Terra Nova, Pernambuco, em 2 de junho de 1973. Em Ponta Grossa, Paraná, ocorreu uma praga de ratos e lagartas em 10 de outubro de 1972. No norte de Minas Gerais, na região da Espinosa, todos os anos, no mês de novembro, os gafanhotos causam grandes estragos.

No Vale do rio Mucuri, a praga da cigarrinha vem causando considerável prejuízo à pecuária e à indústria de laticínios, não tendo havido até agora soluções eficientes. Em fins de 1973, no Município de Paraúna, no Sudoeste de Goiás, surgiram bandos de patos e marrecos selvagens, devastando os arrozais de irrigação.

- 10) **Raio e pragas vegetais.** Houve alguns casos, sem grande importância.
- 11) **Geada.** Tivemos dois casos significantes de geada.

O primeiro, foi em julho de 1969 (inverno), no Paraná e o segundo nos Estados de Santa Catarina Paraná e São Paulo, em julho de 1972 (inverno), afetando cafezais e trigais. Neste particular, como já frizamos, o ensino meteorológico aplicado à agricultura dará bons resultados".